UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDRÉA DIAS VIAL

PATRIMÔNIO INTEGRADO E A PRÁTICA MUSEOLÓGICA

Versão Corrigida
São Paulo - 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PATRIMÔNIO INTEGRADO E A PRÁTICA MUSEOLÓGICA

ANDRÉA DIAS VIAL

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Cabral Alambert Jr.

Versão Corrigida
São Paulo - 2015

Resumo

O interesse e o conceito de patrimônio vem aumentando em diferentes partes do mundo e também no Brasil. Há um crescimento vertiginoso nas ações de patrimonialização de bens culturais e naturais, aspecto que já vem sendo discutido por diversos autores e que discutiremos no primeiro capítulo. Esse processo de expansão engloba tanto o interesse pelo tema patrimônio, como a sua implementação e gestão, isto é, as práticas envolvidas nesse processo, seja por meio do seu reconhecimento legal, como também, pelo seu emprego em ações de preservação, que frequentemente estão vinculadas à defesa de territórios e de manifestações culturais. Buscamos neste trabalho identificar nesse processo de interesse crescente por elementos que representem traços significativos de um passado, transformações no seu entendimento e aplicação que permitam entender a passagem de um processo de valorização de elementos isolados identificados por critérios de excepcionalidade, raridade, beleza por propostas que tragam para o centro do debate sobre o patrimônio como fenômeno social e conseqüentemente a ideia de ações de transformação social, econômica e política que podem ser implantadas e alcançadas a partir da sua identificação.

Palavras-chave:

Patrimônio, Museologia, Museus Comunitários, Ecomuseus, , Movimentos Sociais, Meio Ambiente

Abstract

The concept of heritage has been widening in different parts of the world and in Brazil too. Moreover, there is a huge expansion of the creation of new forms of heritage including cultural as well as natural goods, which has been discussed by several authors. This debate includes aspects of implementation and management, legal recognition, and preservation, which is often linked to the safeguard of territories and cultural manifestations. In this work we examine those issues, focusing on the process through which they assume the role of promoting social, economic and political transformation.

Keywords: Museology, Community, Ecomuseums, Social Movements, Environment

Sumário

Resumo	3
Abstract	3
Agradecimentos	6
1. Introdução	7
1.1. Hipótese	8
1.2. Capítulos	14
1.3. Fontes	16
Abreviações / Siglas	19
Capítulo 1. Patrimônio, uma ideia em movimento	20
1.1. Primeiros Movimentos	21
1.2. A expansão do patrimônio	23
2. As discussões sobre a noção de patrimônio no Reino Unido	24
3. As discussões sobre a noção de patrimônio na França	39
3.1. A independência das ex-colônias e o patrimônio francês	45
4. As discussões sobre a noção de patrimônio no Brasil	48
5. O patrimônio, os museus e a interdisciplinaridade	58
Capítulo 2. O movimento institucional do patrimônio	65
1. Os órgãos de preservação do patrimônio	66
1.1. A criação da Unesco e seus órgãos associados: ICOM, ICOMOS e IUNC	67
1.2. A criação do Conselho Internacional dos Museus (Icom)	69
1.3. O criação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)	70
1.4. A criação da União Internacional para Conservação da Natureza (Iunc)	71

1.4.1.	A Delegação Brasileira, Cândido de Mello-Leitão	72
2.	O movimento em direção à ideia de Patrimônio Mundial	73
	Documentos chaves para a constituição do patrimônio mundial	74
2.1.	O patrimônio mundial, cultural e natural	85
3.	O meio ambiente chega aos museus	89
4.	A Natureza nos Museus	99
4.1.	Dos parques nacionais ao ecomuseu	100
5.	Os caminhos da preservação no Brasil	105
	Capítulo 3. Os Ecomuseus: Patrimônio, Conscientização e Participação	110
1.	O Ecomuseu	112
2.	A Mesa Redonda de Santiago do Chile	116
3.	A Declaração de Caracas	119
4.	O Movimento Internacional por uma Nova Museologia	120
5.	O encontro com Paulo Freire	121
6.	Os ecomuseus chegam ao Brasil, os primeiras encontros	123
	I e o II Encontro Internacional de Ecomuseus	123
	Modelos de Ecomuseus	125
	Conclusão	140
	Fotos	143
	Anexos	158
	Bibliografia	168

Agradecimento

Muitas pessoas participaram desse percurso que resultou na escrita deste trabalho. Gostaria de agradecer a todas que se envolveram e se interessaram por ele.

Agradeço também à Francisco Cabral Alambert Jr. que aceitou prontamente orientar minha pesquisa, pelo apoio e incentivo, dando-me total liberdade frente aos caminhos escolhidos.

Agradeço aos professores Maria Critina Oliveria Bruno e Janes Jorge pelas importantes contribuições que fizeram no exame de qualificação, na medida do possível, tentei incorporá-las. Agradeço ao prof. Mike Robinson, meu supervisor ao longo do doutorado sanduíche realizado no Ironbridge International Institute for Cultural Heritage, pelas preciosas orientações e por seu genuíno interesse pelas questões relacionadas ao patrimônio cultural brasileiro.

Agradeço também à Comissão de Pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior que permitiu complementar minha pesquisa no Ironbridge International Institute for Cultural Heritage, da Universidade de Birmingham, Reino Unido.

À Manuelina Maria Duarte Cândido pelas discussões que muito contribuíram para o resultado final deste trabalho.

Por fim gostaria de agradecer aos meus amigos e familiares que me apoiaram sempre de modo incondicional ao longo de todo o período de realização desta pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa de doutorado, realizada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, discutimos as transformações da ideia de patrimônio e sua aplicação, analisando as ações de preservação, a partir de um recorte específico, o da prática museológica, por meio de um modelo de museu, criado na segunda metade do século XX, e que tem sido implantado em diferentes partes do Brasil e do mundo, o denominado Ecomuseu ou Museu Comunitário. Essa forma de museu tem como objeto de preservação o chamado patrimônio integrado, cultural e natural, material e imaterial, a partir da participação ativa dos grupos sociais envolvidos no território e nos processos museológicos abarcados por esse modelo de preservação, que visa a encontrar formas de transformar o patrimônio em instrumento de desenvolvimento local, contando com a participação dos grupos sociais diretamente ligados ao patrimônio identificado.

A pesquisa foi realizada no Brasil e no Reino Unido, mais especificamente na Universidade de Birmingham, no Ironbridge International Institute for Cultural Heritage. O Ironbridge é um sítio histórico, patrimônio cultural da humanidade desde 1987, por ter sido o local onde teve início a Revolução Industrial. O Ironbridge Gorge Museum foi o primeiro museu industrial da Europa e é um complexo que conta atualmente com uma rede de doze museus com acervos variados que cobrem o período da Revolução Industrial e uma recriação de uma vila vitoriana. Para Peter Davis (2011) iniciativas como a do Ironbridge Gorge Museum não estão dedicadas à conservação de edificações e objetos associados, mas à preservação de tecnologias e habilidades.

O interesse pelo patrimônio tem aumentado em diferentes partes do mundo e também no Brasil. Há um crescimento vertiginoso nas ações de patrimonialização de bens culturais e naturais, aspecto que já vem sendo tratado por diversos autores e que discutiremos no primeiro capítulo. Esse processo de expansão engloba tanto o interesse pelo tema patrimônio, como a sua implementação e gestão, isto é, as práticas envolvidas nesse processo, seja por meio do seu reconhecimento legal, sua institucionalização, como também, pelo seu emprego

em ações de preservação, que frequentemente estão vinculadas à defesa de territórios e de manifestações culturais. Nesse processo de interesse crescente por elementos que representem traços significativos de um passado, buscamos neste trabalho traçar por meio das transformações das categorias de patrimônio, suas formas de expressão e da organização dos movimentos sociais, percursos que testemunharam a criação e implantação do ecomuseu, isto é, uma experiência de museu, calcada na identidade de um território, amplamente ancorado na participação da população local e realizando ações que contribuam com o bem estar e o desenvolvimento dos grupos sociais participantes do processo.

1.1. Hipótese

A tese desenvolvida neste doutorado é a de que os ecomuseus, que nascem no momento de afirmação do movimento denominado 'Nova Museologia', são um instrumento de gestão do patrimônio integrado que só se realiza de fato, ao ser apropriado por movimentos sociais previamente organizados que veem na identificação e gestão do patrimônio um instrumento a mais de ação política, de reforço de identidades e de luta. A preservação do patrimônio, baseada na atualmente denominada museologia social, na constituição de um ecomuseu, não é suficiente para alavancar o processo de preservação e transformação a que se propõe, se não estiver sustentada por uma coesão externa a ela, isto é, uma coesão que seja fruto de outras lutas empregadas pelos grupos sociais envolvidos, organizados em busca de resolução de questões que não estejam diretamente ligadas ao patrimônio, como por exemplo, habitação, questões fundiárias, meio ambiente, acesso à educação, mas que são a base sobre a qual os processos museológicos envolvidos na gestão do patrimônio podem ser implementados.

Acreditamos que são as lutas por diferentes direitos no Brasil, que permitiram que a Constituição Brasileira de 1988 incluísse, no campo do patrimônio cultural, artigos que ampliassem a possibilidade de reconhecimento oficial de expressões imateriais, o que atendeu diretamente a grupos sociais historicamente marginalizados das políticas públicas em geral, mais especificamente culturais, dentre eles, indígenas e quilombolas, que apesar da histórica exclusão têm se mantido organizados e ativos.

Em 1972, em Santiago do Chile, foi organizada pelo ICOM, sob os auspícios da Unesco, um encontro dedicado à discussão do papel dos museus na América Latina, que é considerado um marco importante de uma mudança no campo da museologia regional. Dela participaram pessoas ligadas aos museus com especialistas de diferentes áreas das ciências naturais, sociais e aplicadas destacando a interdisciplinariedade desse processo como a forma conveniente de entendimento de realidades contemporâneas (Menezes, 1993).

O termo “eco” se origina de “ecologia”, mas se refere mais diretamente à uma outra forma de se interpretar a relação com o patrimônio cultural, mais holística e menos focada em objetos como mais comumente era, e ainda o é em muitos casos, feita pelos museus tradicionais, assim chamados na literatura, por oposição aos ecomuseus. Criado na França, a ideia do ecomuseu se desenvolveu no contexto europeu pós Segunda Guerra Mundial, marcado por rápidas transformações sociais e econômicas e efervescência de diferentes movimentos, como o ambiental, o pacifista e o terceiro mundista, cujas bandeiras e questões estão refletidas na insatisfação face ao papel e ao desempenho dos museus expostos, tanto nos documentos do Conselho Internacional de Museus (ICOM)¹ e do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM)², quanto nas convenções e recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para o patrimônio. No entanto, após algumas experiências bem sucedidas em alguns países da Europa, notadamente na França, Portugal e mais recentemente na Itália, as experiências de ecomuseus apontam para um recuo, ao passo que no continente latino-americano elas crescem e se desenvolvem de maneira distinta do contexto original, sendo que as experiências brasileiras hoje são inspiradoras e referências para esse modelo de museu. Não é apenas no continente latino-americano que essa tipologia de museu cresce e se desenvolve, mas também em diferentes países, em todos os continentes³, mas como objeto de estudo de nossa pesquisa focamos no contexto latino-americano, mais especificamente no

1 O ICOM (International Council of Museums) foi fundado em 1946, em Paris. Em 1947 foi reconhecido pela UNESCO com a assinatura de um acordo de cooperação que permitiu à nova organização receber subsídios e abrir sua sede e um centro de documentação em Paris, posteriormente denominado *UNESCO-ICOM Documentation Centre*.

2 O MINOM foi fundado em 1985, em Lisboa, Portugal durante o segundo Workshop Internacional da Nova Museologia. O reconhecimento oficial de sua criação é resultado do primeiro Workshop Internacional – Ecomuseus/Nova Museologia em Quebec, Canadá em 1984, quando museólogos de 15 países adotaram a Declaração de Quebec como ponto de referência para o movimento. Sua origem ideológica é a Declaração de Santiago. Chile, adotada em 1972. , In: www.minom-icom.net

caso brasileiro. Buscamos traçar um percurso a partir do patrimônio, de como ele se relaciona com as “comunidades” cujos atores são a base, o motor e os beneficiários diretos dessa relação, a fim de entender a passagem de um processo de valorização de elementos isolados identificados por critérios de excepcionalidade, raridade, beleza, por propostas que passam a englobar territórios e paisagens culturais e que trazem para o centro do debate o patrimônio como fenômeno social e, conseqüentemente, a ideia de ações de transformação social, econômica e política que podem ser implantadas e alcançadas a partir da sua identificação e da implantação dos processos museológicos envolvidos na constituição de um museu. Trata-se de uma série de experiências de museus alternativas desenvolvida a partir do movimento autodenominado Nova Museologia, que vêm sendo realizadas desde o início dos anos 1970. Essas diferentes experiências, embora heterogêneas e irreduzíveis a um único modelo, foram envolvidas por uma perspectiva comum e inovadora em relação a noção de patrimônio cultural, ampliada para abarcar diferentes expressões e testemunhos da cultura humana e também os conceitos de território e identidade. Tanto no que diz respeito às funções e objetivos das práticas museológicas, quanto de representação, de narrativas históricas, de produção cultural não imposta, mas construída pelo grupos sociais envolvidos, distanciando-se de valores socioculturais e conteúdos hegemônicos, temas tratados no capítulo dois no qual discutiremos especificamente o surgimento do movimento da Nova Museologia e do ecomuseu.

Buscamos refletir sobre a atuação de movimentos sociais organizados em torno da luta por melhorias das condições de vida ou ainda pela permanência ou (re)conquista de um território e a implantação do ecomuseu, que passa a agir como gestor das ações empregadas, operando a partir do instrumento patrimônio como eixo norteador de diferentes ações diretas e/ou complementares, que poderiam dessa forma, valorizar aspectos culturais locais, a construção e afirmação de identidades, pertencimento a territórios e organizar demandas coletivas junto aos poderes públicos. Nesses casos, o emprego de processos museológicos, via a constituição de um ecomuseu, podem de fato ser transformadores, pois são potenciais

3 O movimento se espalhou internacionalmente para tornar-se um modelo que desafia a forma de atuação profissional mais tradicionais, em diferentes partes do mundo. O movimento tem se tornado mais forte em muitos países, tendo destacado-se no Brasil, Canadá, China, França, Itália, Japão, Noruega, Portugal, Suécia e Taiwan. (Hudson, 1992).

catalisadores de ações e apoios que contribuem para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos grupos sociais envolvidos.

As ações de preservação sempre enfrentaram o desafio e a dificuldade de atender a demandas e expectativas muito diferentes, naturais de sociedades complexas, heterogêneas e, especialmente no caso brasileiro, muito desiguais. No entanto, a participação de diferentes grupos sociais nas políticas culturais e especialmente nas políticas de preservação de bens culturais e ambientais tem sido restrita, ficando sob a responsabilidade de indivíduos com alto grau de especialização profissional responsáveis por atuarem “no Estado em nome do interesse público, na defesa da cultura, identificada com valores das camadas cultas.” (Fonseca, 2005:23)

A expansão da noção de patrimônio cultural não permite que ele seja entendido apenas como uma atribuição exclusiva dos órgãos de preservação. A ampliação do significado social da preservação, está diretamente ligada ao diálogo permanente com diferentes grupos sociais, herdeiros e representantes de histórias e de valores, culturais e identitários, atribuídos ao patrimônio. A participação dos grupos sociais envolvidos nas políticas e ações de preservação, não é apenas uma demanda explícita do texto constitucional, mas é principalmente parte estruturante da própria ação de preservação pois “são a fonte do conhecimento acerca dos bens culturais com os quais estão envolvidas” (Porto, 2012:15). O patrimônio também não pode ser encarado apenas como objeto de consumo cultural e turístico, como afirma Varine, um dos idealizadores do conceito de ecomuseu, é marco de nossa vida diária e contribui para a qualidade desta; é finalmente o material de base com o qual devemos construir nosso futuro. (In: POSSAMAI e LEAL, 2000)

Os museus são espaços destinados à salvaguarda do patrimônio cultural, seja ele natural, científico e tecnológico, histórico, artístico, como comprovam as diferentes tipologias de museus tradicionais. São locais onde os diferentes discursos acerca do patrimônio preservado são construídos e expostos à apreciação, formação e fruição pública. Tradicionalmente era na formação e no estudo de significativas e valiosas coleções que o museu tinha seu principal foco. Na constituição de coleções, o bem cultural identificado como patrimônio entra para o

museu e nessa passagem transforma-se em patrimônio musealizado, reforçando assim seu valor patrimonial. Cabe ao museu, exercendo seu papel de espaço e meio de comunicação (ICOM, 2008), estabelecer a interação das comunidades com os acervos salvaguardados.

A ênfase na função social do museu e na criação e reforço de elos entre o patrimônio cultural musealizado e os grupos sociais envolvidos, integrando-os aos processos de identificação de objetos, locais ou manifestações significativas, ao estudo e à comunicação desses patrimônios culturais foram expressas na declaração final da Mesa Redonda de Santiago do Chile, da qual destacamos o item abaixo:

“ Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. ”(ICOM, 1972)

Diante da percepção de que a preservação de um determinado item identificado como patrimônio cultural só consegue ser atingida de fato, quando o patrimônio em questão torna-se relevante para um número significativo de pessoas, o ecomuseu constituiu-se como uma forma de entender, interpretar e gerir o patrimônio, que valorizaria sua permanência nos locais de origem, criando coleções significativas para os grupos locais, estimulando a participação de comunidades nas estratégias de conservação, educação e comunicação e propondo a articulação dessas ações, visando a propiciar a implantação de ações de desenvolvimento local.

Especialmente a partir da década de 1960 houve significativas transformações na política de preservação que passa a considerar também os monumentos históricos, sítios e paisagens de países em desenvolvimento e as declarações e recomendações da UNESCO vão definindo responsabilidades e indicando ações de preservação que apontam os novos entendimentos acerca do patrimônio, culminando em 1972 com a criação dos Patrimônios da Humanidade. E

nesse período que surge entre os profissionais de museus, o movimento denominado “Nova Museologia” e a proposição de uma outra forma de se pensar sobre museus e mais importante, de fazer museus, caracterizado mais pelas ações empregadas, do que pelas coleções salvaguardadas. Entender o contexto histórico no qual emergiu o modelo de ecomuseu e sua aplicação ao caso brasileiro é um dos desafios deste trabalho. Trata-se de um recorte que está focado em acompanhar, sempre da perspectiva dos museus, o impacto dos debates e movimentos relativos ao meio ambiente, ao desenvolvimento socioeconômico e à participação popular que levaram à área do patrimônio novos desafios e novas respostas frente a eles. Buscamos acompanhar como as questões relativas ao meio ambiente entraram no universo dos museus e o transformaram, culminando com a criação do ecomuseu, mas também o impacto das independências das colônias africanas e asiáticas tiveram para o debate acerca do patrimônio, em termos de valoração, propriedade, participação e identidades.

Considerando que os museus são instituições dedicadas à preservação de referências patrimoniais e que além da sua conservação eles refletem sobre o homem, seu meio ambiente e as mais diferentes atividades por ele desenvolvidas, o que só podem fazer por meio de uma abordagem interdisciplinar. Dentre as diversas áreas abordadas pelo discurso museológico, destacamos em nossa pesquisa a História, presente para além dos denominados museus históricos, pois as referências patrimoniais selecionadas representam um recorte historicamente produzido e permanecem ligadas a ele ao longo de sua existência como elemento significativo preservado, ao mesmo tempo que a apropriação do bem preservado, possa ser distinta, enriquecida pela complementariedade do olhar interdisciplinar, criando novos sentidos e significados. Dessa forma, outro desafio deste trabalho é discutir a relação história e patrimônio na contemporaneidade e refletir sobre o ofício de historiador, especificamente frente às construções de narrativas históricas que embasam as justificativas de patrimonialização e que no caso dos ecomuseus e museus comunitários trazem necessariamente a perspectiva de atores sociais frequentemente marginalizados mas que são os sujeitos ativos na construção das histórias locais, construídas muitas vezes por meio de narrativas orais, isto é, das memórias individuais e coletivas dos grupos envolvidos (Peixoto, 1998).

Para analisar os modelos de ecomuseu no Brasil, examinamos exemplos, mas nossa reflexão não se limita a eles, e utilizamos assim, ao longo do trabalho outros exemplos que nos ajudam a entender esse movimento de expansão dos ecomuseus. Não se trata de estudos de caso, pois seu estudo esteve pautado em documentos ainda esparsos, como os materiais de divulgação distribuídos por eles, documentos específicos como estatuto, deliberações e a bibliografia existente referente à eles. Pautamos nossa discussão nesses exemplos de ecomuseus brasileiros, por terem origens muito distintas entre si e que conseqüentemente possuem realidades, objetivos, estratégias e metas distintas também, mas é exatamente essa diversidade que nos levou a optar por esses exemplos. São realidades distintas, que buscam desenvolver estratégias que garantam o efetivo engajamento dos grupos sociais por meio da identificação e preservação dos itens elencados como patrimônio e por meio de ações que visam o desenvolvimento local.

1.2. Capítulos

O trabalho está dividido em três capítulos que abordarão os seguintes temas: história e patrimônio; a expansão do conceito de patrimônio; o ecomuseu, consciência e participação.

No **capítulo 1** iniciamos o trabalho discutindo a ideia de patrimônio e suas transformações. Por meio de uma discussão bibliográfica, abordamos o seu processo de expansão, que refletiu de forma diferente nos países europeus analisados neste trabalho – Reino Unido, França – e no Brasil, bem como a relação entre patrimônio, museus e a interdisciplinaridade.

No **capítulo 2** discutimos os percursos do conceito de patrimônio, a questão da atribuição do valor patrimonial; a construção do discurso da posse e propriedade dos bens culturais como bens coletivos e a construção do discurso histórico como legitimador das ações patrimoniais. Abordamos o percurso do patrimônio cultural, natural e finalmente o patrimônio imaterial como base sobre a qual se desenvolve o conceito de ecomuseu.

No **Capítulo 3** discutimos a relação entre museus, educação e comunidades a partir da

perspectiva do movimento da Nova Museologia e a criação dos Ecomuseus, cujo foco está no papel social dos museus, mais especificamente na papel de construção de uma consciência crítica, por meio do patrimônio cultural e natural. A movimento da Nova Museologia rediscutiu o papel dos museus e de seus profissionais, e nesse processo a transformação do conceito de coleção de objetos expostos para um público visitante para a ideia de um patrimônio inserido num território e os grupos sociais que o habitam e dele participam ativamente na defesa e promoção do patrimônio.

Discutimos as diferentes denominações que essa tipologia de museu recebe: ecomuseu, museu comunitário, museu de território, , suas proximidades, diferenças e aplicações a partir dos aspectos de pertencimento, protagonismo e participação por meio da atuação dos grupos sociais diretamente ligados ao patrimônio, da sua relação com especialistas da área do patrimônio e com os poderes público e privado envolvidos nessa relação. Essa discussão está embasada em diferentes experiências de ecomuseus no Brasil e em outras partes do mundo, especificamente na França, berço do conceito e no Reino Unido, onde a discussão acerca da participação das denominadas comunidades as atividades do museu, vem sendo academicamente bastante discutidas.

A retomada das discussões acerca do papel educativo dos museus é trabalhada com ênfase nas especificidades do ecomuseu, pautada na educação popular embasada no patrimônio visando o desenvolvimento local, por meio da formação de pessoas

“conscientes da sua força e das suas capacidades de iniciativa e de controlo do presente e do futuro; capacidades que brotam do conhecimento do respectivo património cultural e natural. Só podemos lamentar que as instituições públicas, e em especial os museus e o conjunto das estruturas de ensino, não se tenham dado conta ainda da utilização educativa que pode fazer-se do património, muito para além duma mera abordagem como instrumento complementar da educação 'bancária'.” (Varine, 2008)⁴.

⁴ Hugues de Varine, juntamente com George Henri-Rivière foram os criadores do conceito d ecomuseu na França e Varine foi o responsável pela implantação do primeiro ecomuseu, o ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau (Bourgogne, França). É também ex-diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM). Viveu e trabalhou vários anos em Portugal, ligado à ação cultural da Embaixada francesa. Atualmente dirige uma associação de desenvolvimento local e é consultor internacional nesta mesma área,

Nesse percurso destacamos a influência que o trabalho do educador Paulo Freire teve no desenvolvimento do conceito de ecomuseu, notadamente sua crítica à educação “bancária”, isto é, a acumulação forçada de conhecimentos segundo um esquema, conteúdos e métodos definidos de cima para baixo, a qual tem se mostrado insuficiente para a formação de cidadãos responsáveis. Segundo Varine, “... a aplicação de uma nova pedagogia interativa, em que o educando terá igual valor e igual contributo que o educador, podendo este último beneficiar até, por sua vez, da posição de educando. É aqui que os recursos culturais e patrimoniais do território, da comunidade e dos seus membros, entram em jogo, porque irão ser suporte, pretexto e matéria-prima desta pedagogia”. (Varine, 2008)

1.3. Fontes

Neste doutorado utilizamos como fonte para a pesquisa um conjunto de documentos considerados referenciais para a denominada museologia social, reunidas pelo Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM) e que foram produzidos no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM). O MINOM é uma organização internacional afiliada ao ICOM, que possui uma banco de dados disponível online com a reunião dos documentos considerados fundamentais para a constituição e história do movimento.

O ICOM por sua vez é uma organização sem fins lucrativos, que é afiliado à UNESCO e é reconhecida como entidade consultiva do Conselho Econômico e Social da Nações Unidas. Seus objetivos são a promoção, a criação, o desenvolvimento e a gestão profissional dos museus e a melhoria do conhecimento acerca da compreensão da função e do papel dos museus na sociedade. Outro fundo documental trabalhado são as chamadas cartas patrimoniais da UNESCO, especificamente as publicadas após a segunda guerra mundial. As decisões da Unesco são uma chancela política e dependem das decisões e ações dos Estados nacionais para serem implantadas de fato, mas essas mesmas recomendações e declarações resultam de consensos debatidos no âmbito das Nações Unidas, que explicitam, introduzem transformações sociais, econômicas e políticas que impactaram na seleção dos aspectos

tendo já realizado frequentes viagens de trabalho ao Brasil.

referentes ao patrimônio que merecem ser destacados e valorizados no momento de sua publicação, sendo uma fonte importante para a reflexão acerca da história do patrimônio.

O recorte cronológico desse trabalho abrange o período pós Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir dos anos 1960, até a os primórdios do século XXI, tendo como marcos a Recomendação de Nova Delhi (1956) que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas e a publicação da Convenção do Patrimônio Imaterial da Unesco (2003). Este recorte abarca o período no qual o modelo de ecomuseu se desenvolve e as primeiras experiências internacionais e nacionais ocorrem, acompanhando as transformações pós promulgação da Constituição Federal de 1988, que consolidou uma ideia em si abrangente de cultura atribuindo ao Estado o dever de garantir o *acesso à fontes de cultura nacional*, sua *valorização e difusão*, assim como sua *proteção*. e que culmina em 2000 com a promulgação do nº 3551 que institui o registro do patrimônio imaterial brasileiro (2000) .

As convenções da UNESCO no campo da cultura foram elaboradas e adotadas a partir da demanda dos Estados membros a fim de que fossem desenvolvidos no âmbito internacional modelos que pudessem servir de base para a construção de políticas culturais nacionais e que incentivassem a cooperação internacional na área (UNESCO, s/d)⁵. Os instrumentos normativos produzidos por esse órgão, desde a sua criação em 1948, refletem as prioridades da comunidade internacional no campo da cultura no momento da sua adoção. A análise conjunta desses documentos permite entender melhor o processo de transformação pelo qual a noção de patrimônio vem passando, pois eles refletem a evolução das políticas culturais e o papel de diferentes agentes governamentais e não-governamentais nesse processo e permite refletir sobre o impacto das recomendações e convenções passadas e as necessidades de transformá-las ajustando-as às novas demandas e necessidades frente a preservação do patrimônio.

A Declaração de Estocolmo e as Recomendações de Paris sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ambas de 1972, por exemplo, são fundamentais para a discussão

5 UNESCO <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00004> acessado em 10/10/2013.

das questões relativas ao patrimônio natural e o contexto dos movimentos ambientais, bem como a introdução da noção de patrimônio mundial e os desafios e questões que tal denominação e classificação impuseram ao debate sobre patrimônio e especialmente à implantação e gestão das ações de preservação empregadas.

Os documentos produzidos no âmbito do ICOM refletem a posição de um órgão associado à UNESCO e responsável pelo aprimoramento tanto no âmbito teórico quanto das práticas museológicas. Para a nossa pesquisa as chamadas cartas patrimoniais permitem refletir sobre a expansão da ideia de patrimônio acompanhando a transformação, desdobramentos e inclusão de novos aspectos como a integração e o crescente processo de transformação de aspectos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis em patrimônio, isto é, a *patrimonialização*, e como esses bens identificados transformados em detentores de discursos sobre as memórias e a história.

ABREVIACÕES / SIGLAS

IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional para Museologia do ICOM
ICOM	Conselho Internacional de Museologia
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INODEP	Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INODEP	Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
IUNP	União Internacional para a Proteção da Natureza
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCH	Patrimônio Cultural da Humanidade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Capítulo 1. Patrimônio, uma ideia em movimento

Neste primeiro capítulo vamos refletir sobre o patrimônio por meio da discussão bibliográfica sobre a construção, expansão e usos da noção de patrimônio, pois é no contexto de sua expansão que nasce a ideia do ecomuseu. A rápida expansão do patrimônio ocorrida nos últimos quarenta anos, num processo possível de ser identificado em diferentes países do ocidente e do oriente, criou novas indústrias, profissões e um largo campo interdisciplinar de estudo. A partir da perspectiva do patrimônio analisamos o surgimento do ecomuseu e seus desdobramentos. Nosso propósito neste capítulo é entender a conjuntura que gerou o ecomuseu e acompanhar, a partir dela, o desenvolvimento de um aparato institucional, via órgãos como a Unesco, o ICOM e posteriormente o MINOM, que pautaram e ao mesmo tempo refletiram essa discussão sobre a natureza do patrimônio, seus usos e práticas. Privilegiamos autores que refletiram sobre o patrimônio nas décadas de 1970 a 2000 e que vivenciaram o período de transformações da ideia de patrimônio no Reino Unido, França e Brasil. Não poderíamos deixar de mencionar a contribuição de autores portugueses para o debate, mas sua participação será mais explorada nos capítulos que tratam do movimento denominado nova museologia, o patrimônio local e o papel das 'comunidades' como agentes do patrimônio.

Entender a conjuntura na qual se molda uma nova tipologia de museu que mantém sua missão de preservação do patrimônio cultural, mas expande suas fronteiras ao incorporar ao museu como acervo o patrimônio 'integral', que não é mais composto apenas dos objetos portadores de significados, mas por edifícios, conjuntos arquitetônicos e seus entornos, sítios, paisagens, isto é, territórios inteiros, um conjunto de bens naturais e culturais a serem preservados de forma a garantir a permanência e diversidade do espaço comunitário dos grupos sociais que nele habitam, entendidos como agentes desse processo. A ideia de ecomuseu é gerada no contexto de expansão do patrimônio, de reavaliação dos valores a ele comumente atribuídos, no momento de valorização de práticas, objetos e lugares representativos e significativos para os grupos sociais envolvidos, as 'comunidades' agentes dessa seleção e preservação. A ideia do ecomuseu busca a conscientização do indivíduo por meio da construção de uma visão crítica de sua existência, por meio do patrimônio,

instrumento de desenvolvimento social e econômico.

Na segunda metade do século XX, por meio da Unesco um conjunto de convenções, recomendações e normas que buscam regular e viabilizar um regime do patrimônio comum, natural e cultural, em escala mundial são debatidas e implantadas. Trata-se de um patrimônio comum e insubstituível que valoriza a diversidade e opera de forma indissociável da história da humanidade. Esse conjunto de convenções e orientações técnicas de normas, recomendações e procedimentos são estabelecidos para os chamados patrimônios mundiais da humanidade e, para os países signatários, valem também para as esferas nacionais, respeitadas suas especificidades.

Usamos como fonte para esta parte da pesquisa os documentos produzidos no âmbito da Unesco e do Icom - Conselho Internacional de Museus. O Icom foi criado em 1946, mesmo ano de criação da Unesco, sendo órgão afiliado às Nações Unidas. Os documentos do Movimento Internacional para uma Nova Museologia - Minom, acompanhados pela documentação e publicações produzidas pela Unesco e pelo Icom serão mais trabalhados nos capítulos sobre a nova museologia, os ecomuseus e os movimentos sociais. O Movimento Internacional para uma Nova Museologia foi fundado em 1985 e é um organismo internacional afiliado ao ICOM – Conselho Internacional de Museus.

1.1. Primeiros Movimentos

O patrimônio possui diferentes definições que refletem as transformações pelas quais o mundo tem passado, especialmente na segunda metade do século XX. É possível acompanhar a intensa produção dos debates, textos e legislações que tentam abarcar e melhor entender essa noção, que é fluida e instável por definição, vinculada que está às lutas, disputas e interesses diversos envolvidos nas ações de preservação.

Nesta primeira parte do capítulo, dedicada à dinâmica noção de patrimônio, buscamos identificar dimensões históricas, políticas e sociais que o marcaram desde o início. Retomar o contexto histórico no qual surge a ideia de patrimônio, de conservação e dos demais termos a

ele associados, antiguidades, monumentos nacionais, históricos, entre outros, é importante para uma melhor compreensão dos mecanismos que permitem sua transformação e ampliação em escala mundial. As transformações da definição de patrimônio permitem conhecer os valores que o sustentam hoje em dia nas sociedades ocidentais e nos lugares onde ele tem se imposto.

A partir da segunda metade do século XX as ações ligadas ao patrimônio são permeadas por uma série de novas iniciativas, desafios, experiências, regulamentações, inseridas num processo de consolidação de transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas ao longo de todo o século XX. A incorporação do conceito de paisagem cultural, de aspectos da cultura popular e da ideia de autenticidade e imaterialidade do patrimônio, apontam para novos desafios tanto de ordem conceitual, como também de ordem prática, já que na sua aplicação evidenciam a necessidade de maior participação dos grupos sociais ligados ao bem protegido, pois estão diretamente relacionados aos valores e às referências locais. As ações vinculadas à preservação do patrimônio cultural estão subordinadas à atuação dos órgãos de preservação do país e uma das consequências dessa ampliação é a exigência de uma aproximação efetiva com os grupos sociais diretamente relacionados ao bem protegido, cuja participação trouxe uma visibilidade social relevante para as políticas de preservação e reforço da relação entre referências locais e universais. Neste capítulo vamos discutir essa expansão da ideia de patrimônio, a incorporação das questões relativas ao meio ambiente e a maior participação dos grupos sociais ligados aos bens protegidos com o propósito de identificar a trajetória de incorporação desses novos elementos ao universo dos museus, que entendemos como estruturantes para o desenvolvimento e implantação de ecomuseus.

As discussões acerca de questões patrimoniais, uma realidade em diferentes países, são importantes para entender o processo de transformação pelo qual a compreensão acerca do patrimônio ocorreu na Europa e que fazem parte do contexto histórico que marca o surgimento do modelo de ecomuseu e suas primeiras experiências. Por sua vez, no contexto latino-americano, especificamente no Brasil, a ampliação da noção de patrimônio, a participação dos grupos sociais nesses processo e a implantação de ecomuseus constituídos, a princípio, a partir da mesma premissa, se desenvolvem de maneira distinta. No caso brasileiro

a valorização de remanescentes materiais e imateriais organizados de forma a contribuir com a construção de uma consciência crítica em relação ao passado, que seja a base para transformações e superações de problemas presentes, visando a construção de um outro futuro se desenvolvem e se representam de forma distinta e, inicialmente, diremos que foram favorecidas pelo contexto latino-americano. Podemos pensar que a forma como remanescentes do passado são organizados e representados parece ser um tema de interesse mundial, mas a forma como as sociedades se relacionam com seu passado são específicas e determinantes para a compreensão de como o patrimônio atua nesse processo.

1.2. A expansão do patrimônio

A visão de que o patrimônio cultural implica na transmissão, na passagem, isto é, na herança cultural que se transmite de uma geração a outra é o que justifica sua preservação, pois tem como objetivo possibilitar às gerações futuras o acesso à herança deixada pelas gerações passadas, continuamente, num processo marcado por escolhas e ações conscientemente definidas. O patrimônio remete tanto aos bens herdados e que devem ser transmitidos, como também a questões que envolvem seus usos e benefícios incluindo o papel econômico de sua expansão.

Essa ideia se desenvolveu ao longo do século XVIII, através da filosofia patrimonial difundida pelo Iluminismo (Peixoto, 2000:5-6). Até o período moderno as pessoas viviam de acordo com as tradições, isto é, com práticas culturais constantes e consistentes e cotidianamente compartilhadas com seus ancestrais. A transmissão de modos de vida e visão de mundo estava mais vinculada a hábitos arraigados do que a uma ação específica. A herança de terras e rebanhos, linhagens e prestígios estava socialmente codificada e não dependia, em geral, de decisões pessoais. Os discursos e formas de valorização do passado que surgiram durante a Renascença e o Iluminismo europeus e que foram potencializadas pelo nacionalismo e pelo populismo são difundidas e estão presentes em quase todo o mundo (Lowenthal, 1998:13).

A noção de patrimônio que se construiu ao longo do século XX, especialmente a partir da segunda metade, integra bens naturais e culturais, móveis e imóveis, materiais e imateriais, que incluem monumentos, edificações, objetos, lugares, paisagens, tradições, saberes e práticas sociais carregados de valores que lhe foram atribuídos e que têm a perspectiva de serem transmitidos às gerações futuras continuamente. A noção de patrimônio cultural é uma permanente reconstrução e incorporação de novos elementos, que resulta de seleções e escolhas feitas a partir de diferentes perspectivas e visões de mundo, num processo no qual se evidenciam disputas e interesses distintos e conflitantes que refletem permanentes exercícios de poder.

A construção do patrimônio é um tema já bastante estudado por diferentes autores e áreas do conhecimento, especialmente pelas ciências humanas, e refletem por sua vez a crescente expansão da ideia de patrimônio e das ações vinculadas a ele (Nora, 1984, Choay, 2001, Poulot, 2006; Pomian, 1990, Lowenthal, 1996, Smith e Robinson, 2006, Harrison, 2013, Wright, 1985, Peixoto, 1998, 2000, Arantes, 1984, Gonçalves, 1996, Fonseca, 2005,, Meneses, 1993, 1994, 2011). A identificação de patrimônios que mereçam ser protegidos e preservados cresceu em distintas partes do mundo, ainda que sob critérios de seleção e ações de preservação diferentes entre si.

2. As discussões sobre a noção de patrimônio no Reino Unido

Autores como Samuel, Harrison, Smith, Robinson, Wright e Lowenthal, cujos trabalhos discutiremos abaixo, refletindo a partir do contexto anglo-saxão dos anos 80 e 90, argumentam que a onipresença de bens remanescentes do passado, identificados como patrimônio e tratados por meio de sofisticados mecanismos de categorização, catalogação e gestão da herança cultural são capazes de obstruir uma visão crítica acerca dos usos indiscriminados do patrimônio e da História. O sentimento de crise e incertezas, que tem crescido bastante nas sociedades pós-industriais, também produziu efeito significativo nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, reforçando o desejo de estocar o redundante, o fora de uso e o fora de moda como potenciais matérias-primas para a produção de memórias que nos parecem indispensáveis de serem mantidas.

Em seu livro *Heritage: critical approaches* (2013) Harrison afirma que o patrimônio é um termo amplo e difícil de precisar, já que pode ser usado para se referir a qualquer coisa material (como edifícios, monumentos, memoriais e objetos) e, mais recentemente, imaterial (como músicas, cerimônias, festividades, saberes e línguas). Geralmente é um termo entendido de forma positiva, ligado à ideia de tradição, continuidade, pertencimento e por isso mesmo também é empregado para a venda dos mais diferentes produtos contemporâneos, desde móveis “de época”, sabonetes produzidos de forma “artesanal”, até residências e estabelecimentos comerciais localizados em bairros históricos “*Grade II listed*”⁶, hierarquizados no caso britânico pelas categorias estabelecidas pelos instrumentos de proteção ao patrimônio do país. O termo engloba uma vasta série de bens que variam de tamanho, do grande ao pequeno que podem estar em ambientes “naturais” preservados ou conjuntos urbanos, podendo ser usado para descrever desde paisagens a pequenos fragmentos de osso, pedras e carvão em sítios arqueológicos, de grandes palácios a casas modestas. Para ele, a ideia de patrimônio não engloba apenas a relação de uma Nação com a história, ou com o fazer história, mas se refere de forma crescente aos caminhos pelos quais uma ampla e heterogênea base social de apoio está envolvida na produção do passado no presente. De forma crescente também, o patrimônio descreve processos globalizados e globalizantes de interesse internacional e, dessa forma, pode ser visto como uma categoria capaz de operar em diferentes escalas espaciais, temporais e institucionais. Em seu argumento usa a lista de categorias de patrimônio cultural elencados pela Unesco para o Ano Internacional do Patrimônio das Nações Unidas (2002), como exemplos da amplitude que a ideia de patrimônio engloba atualmente:

- sítios do patrimônio cultural (incluindo sítios arqueológicos, ruínas, edifícios históricos);
- cidades históricas (paisagens urbanas e os conjuntos que as compõem, assim como cidades em ruínas);
- paisagens culturais (incluindo parques, jardins e outras paisagens modificadas como

6 No Reino Unido o termo “listed buildings” se refere aos edifícios, conjuntos ou estruturas oficialmente designados como sendo de interesse especial devido a seus aspectos arquitetônicos, históricos ou culturais, particularmente significantes. A categoria ‘Grade II’ refere-se aos bens considerados como edifícios particularmente significativos para além do interesse local.

pastagens e fazendas);

- sítios sagrados naturais (lugares reverenciados e sacralizados pelas pessoas, mas que não possuem nenhuma intervenção humana, como por exemplo, montanhas sagradas);
- patrimônio subaquático (por exemplo, naufrágios);
- museus (incluindo museus, galerias de arte e museus casa);
- patrimônio móvel (objetos diversos como pinturas, tratores, ferramentas, câmeras, enfim, todos os tipos de objetos móveis e que estejam fora de um contexto arqueológico);
- artefatos;
- patrimônio documental e digital (os arquivos e objetos depositados em bibliotecas, incluindo arquivos digitais);
- patrimônio cinematográfico (os filmes e as ideias que transmitem);
- tradições orais (histórias e tradições que não estejam escritas, mas são passadas de geração para geração);
- línguas;
- eventos festivos (festivais e carnavais e as tradições que eles incorporam)
- ritos e crenças (rituais, tradições e crenças religiosas);
- música e canções;
- artes cênicas (teatro, drama, dança e música);
- medicina tradicional;
- literatura;
- tradição culinária;
- esportes e jogos tradicionais.

Apesar de ser uma vasta lista, ela trata apenas dos itens elencáveis no final do século XX e início do XXI como patrimônio cultural oficial e nem ao menos menciona as diferentes categorias de patrimônio natural, isto é, a lista restringe-se a objetos, práticas e lugares. Harrison ainda destaca que o eixo central de articulação do patrimônio é a sua vinculação e articulação com os conceitos de categoria e registro, que lhe dão a concretude necessária para a sua valorização e preservação. O patrimônio não existe individualmente, só na relação que se estabelece entre indivíduos e/ou grupos e os itens destacados como patrimônio que nessa

relação devem ser identificados, categorizados e registrados como tal. Para o autor, o que distingue a noção de patrimônio na contemporaneidade não é tanto sua característica ou as qualidades daquilo que foi selecionado e mereceu ser identificado como patrimônio, mas sim sua abrangência e abundância, definida por ele como “a enorme quantidade de coisas no mundo que ele pode ser usado para descrever, e as maneiras pelas quais as categorias de 'coisas' (um termo que eu uso para incluir patrimônio material e imaterial) que foram definidas como patrimônio se multiplicaram exponencialmente.”⁷ (2013:6). Considera que, apesar da noção de patrimônio como 'coisas' e tradições do passado estar presente e em uso há um longo tempo, ela é definida, gerenciada e entendida na pós-modernidade de forma distinta. Da mesma forma, há outras noções que se referem ao patrimônio que são antigas e que pertencem ao desenvolvimento da ideia de modernidade que se formou no período subsequente ao Iluminismo. Essas primeiras ideias sobre patrimônio e sobre a natureza do passado e do presente persistem com as ideias desenvolvidas na segunda metade do século XX e isso dá o caráter mais marcante do patrimônio: um conceito em constante transformação cujas formas de compreensão são sempre ambíguas e nunca precisas. Para ele uma abordagem crítica acerca do patrimônio é o que permite entender o papel que o conceito adquiriu em qualquer contexto no qual ele seja invocado e a cadeia de conhecimentos e poder agregada a ele.

O patrimônio não é um bem, material ou imaterial, tampouco um movimento histórico ou político, mas se refere a um conjunto de atitudes que se relacionam com o passado (Smith e Robinson, 2005). Essas relações podem ser caracterizadas pela reverência e ligação com determinados objetos, lugares e práticas que são entendidas como conectores com o passado ou ainda, como exemplos que podem elucidar o passado. As formas que essas relações assumem variam tanto geograficamente como cronologicamente, mas demandam sempre a participação dos atores sociais envolvidos na sua construção.

O patrimônio é construído no presente e reflete questões herdadas e atuais, permeadas por

⁷ Apesar do autor se referir ao patrimônio imaterial e reconhecê-lo como uma categoria do patrimônio, é importante ressaltar que o governo do Reino Unido não é signatário da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, ratificada por 161 países e não possui legislação nacional específica sobre o tema. Vide Anexo 3 para a lista de países que assinaram a Convenção, organizada em ordem cronológica.

um conjunto de relações físicas com objetos, lugares e outros atores ou grupos sociais e, nesse sentido, seria inadequado estabelecer uma separação rígida entre aspectos materiais e imateriais. Ao longo de sua argumentação, Harrison, assim como Smith e Robinson, estabelecem uma divisão entre o patrimônio oficial e o patrimônio extraoficial. No primeiro grupo estariam as práticas executadas pelo corpo de profissionais da área, autorizadas pelo Estado e motivadas por alguma forma de legislação que esteja em vigor, isto é, um conjunto de mecanismos legais e práticas por meio dos quais objetos, edifícios, paisagens são destacados do cotidiano e conservados por seus valores estéticos, históricos e sociais. No segundo grupo estariam os patrimônios extraoficiais que reúnem o mesmo conjunto de argumentos e práticas ligadas ao patrimônio oficial, mas não possuem nenhum tipo de reconhecimento na legislação e se manifestam por meio de objetos, lugares e práticas que sejam significativas para indivíduos ou coletividades, mas que não são reconhecidas pelo Estado como patrimônio e, dessa forma, não estão inseridas nas ações oficiais e nos mecanismos de proteção e financiamento. Para Harrison a separação em patrimônio oficial e extraoficial não exclui a possibilidade de que ambos atuem conjuntamente como, por exemplo, no caso de sítio arqueológico, oficialmente reconhecido e gerido por instituições e financiamento público, como *Stonehenge* na Inglaterra, patrimônio cultural da humanidade desde 1986, mas ao mesmo tempo pode ser visto como local de uma série de práticas religiosas neopagãs que se reúnem no local para acompanhar os solstícios de inverno e verão desde o início do século XX, acrescidas atualmente de um número muito maior de turistas. Os praticantes das religiões neopagãs tem autorização do *English Heritage* - órgão responsável pela preservação do patrimônio inglês - para se aproximarem do monumento durante as celebrações religiosas. Esse caso exemplifica como o patrimônio é significado e ressignificado pelos grupos sociais diretamente vinculados a ele, nesse caso os grupos religiosos neopagãos, cujas práticas conectam o passado ao presente, mas também os significados atribuídos a ele por meio das pesquisas arqueológicas, ao longo de gerações de pesquisadores que o mantém inserido nos debates contemporâneos da arqueologia inglesa, as quais participam e contribuem para a ressignificação do sítio arqueológico. Retomando Smith e Robinson, em alguns casos, os objetos, lugares e práticas podem ser identificados como patrimônios oficiais e extraoficiais, mas o atributo patrimônio não tem conexão direta com o bem cultural em si, mas são definidos por valores atribuídos por profissionais especializados

ou por autoridades cujos pontos de vista são reconhecidos e executados pelo Estado.

Por sua vez, os objetos, práticas e lugares podem ter diversos e distintos valores atribuídos a eles por diferentes grupos sociais, mas de alguma forma falharam na tentativa de serem reconhecidos pelo Estado como suficientemente significativos para merecerem o status de patrimônio, casos em que os valores e práticas representados de forma menos convencional, representativos na esfera local ou comunitária, não reúnem, na percepção dos responsáveis pelo reconhecimento oficial, os atributos necessários para serem considerados patrimônios representativos da Nação. Essas situações não são estáticas e nada impede que em um novo contexto de profissionais e de políticas públicas de preservação, esses mesmos bens sejam então alçados à categoria de patrimônios oficiais. Essa mudança no enfoque com que são analisados os bens passíveis de patrimonialização, segundo Harrison, ocorre nos países ocidentais por volta dos anos oitenta do século passado. Até então os bens culturais vinham sendo oficialmente reconhecidos a partir de critérios como a monumentalidade, excepcionalidade, singularidade, ancestralidade, pautado num modelo de patrimônio desconectado do cotidiano. Esses bens deveriam marcar um distanciamento significativo do presente, e era exatamente o fato de pertencerem a um passado distante, desconectado do presente, o que lhes atribuía valor e importância. As questões que colocaram em cheque uma interpretação mais 'canônica' do patrimônio estavam ligadas à valorização da representatividade do patrimônio, o que por sua vez expõe as tensões que envolvem a valorização não mais apenas de aspectos da cultura erudita, mas também entidades mais abstratas como o conceito de paisagem que abrange as práticas culturais tradicionais e o território (*space*) no qual elas ocorrem.

No caso britânico é também o período que marca a ascensão das políticas econômicas neoliberais que acompanharam o retorno dos conservadores ao poder, personificadas na figura da primeira ministra Margaret Thatcher. O historiador britânico Patrick Wright, em seu livro *On Living in an Old Country* (1985), discute a presença do passado Britânico nas políticas dos primeiros anos do governo de Margaret Thatcher e assinala que a aprovação pelo parlamento britânico do *National Heritage Act* (1980), que legisla sobre as formas de proteção do patrimônio britânico, é marcado não apenas pelos interesses e direitos de

propriedade cujo peso e importância são indiscutíveis, mas pela garantia de acesso público ao patrimônio, que por sua vez está disponível para consumo cultural. O autor buscou entender a motivação cultural, a valorização pública do passado nacional que traduz qual a história que se quer preservar e, portanto, quais os aspectos que mobilizam o senso comum sobre a história nacional. O debate anterior à aprovação dessa legislação, surge no governo trabalhista e ganha os jornais, envolvendo outros setores da sociedade, após a recusa inicial do governo de se responsabilizar pela manutenção de Mentmore Towers. Tratava-se de uma residência de campo aristocrática construída para o Barão Meyer Amschel de Rothschild em meados do século XIX, projetada pelo arquiteto Sir Joseph Paxton, e mobiliada e decorada com significativas peças e obras de arte de diferentes períodos, representativas do estilo francês e italiano e pinturas inglesas reunidas ao longo do tempo por antigos membros da dinastia Rothschild. Nos anos 1970, a propriedade pertencia ao Conde de Rosebery e após sua morte, frente as despesas e impostos incidentes sobre os bens, seu herdeiro, não conseguindo vendê-la, ofereceu a casa e seus conteúdos à Nação por dois milhões de libras esterlinas como forma de cumprir com suas obrigações tributárias. Diante da recusa inicial do governo de assumir a sua manutenção, considerada excessiva para os recursos públicos, um grupo denominado *Save Britain's Heritage* iniciou uma campanha “*Save Mentmore for the Nation*” que durou dois anos de discussões sobre se e como o Estado deveria ou não se responsabilizar pela sua manutenção, aumentando o risco de demolição que era uma das possíveis soluções, o que foi impedido pelo seu registro na “*listed buildings*” como “*Grade I*”. As discussões que chegaram ao jornal *The Times* e contaram com a participação de parlamentares de distintas afiliações, testemunharam o leilão dos móveis, objetos e pinturas na casa de leilões *Sotheby* que atingiu seis milhões, valor muito maior do que os dois milhões de libras pelos quais havia sido inicialmente oferecido ao governo. Ao final, Mentmore representou uma derrota no campo do patrimônio para o governo trabalhista do primeiro ministro Callaghan (1976-1979), que foi considerado desrespeitoso e omissor frente a perda de significativo patrimônio. A residência vazia foi comprada em 1978 pelo Mararishi International College uma organização especializada em meditação transcendental, assinalando transformações num país marcado pelas glórias do antigo império britânico (Wright, 1985:33-87).

Outro autor que discute a ampliação da ideia de patrimônio e suas aplicações é David Lowenthal, cujo trabalho sobre este tema mais conhecido é o livro *The Past is a Foreign Country* publicado em 1985, tendo escrito posteriormente outro livro sobre o mesmo tema, *The Heritage Crusade and the Spoils of History* cuja primeira edição foi publicada no Reino Unido em 1997. Em seu primeiro livro, Lowenthal argumenta que “a paisagem dos anos oitenta do século XX parece saturada pela crescente presença do patrimônio”, que ele entende como um crescimento “dramático e exponencial em número e categorias de objetos, lugares e práticas que são definidas, conservadas, exibidas como patrimônio cultural” (1985:xv) e adiante em seu texto menciona que “Grande parte do passado ainda está por se tornar visível. Mas o que é potencialmente visível é onipresente” (1985:147). O autor argumenta nesse trabalho que, apesar dos avanços da ciência e dos estudos acadêmicos, o passado para as sociedades contemporâneas passou a ser um país estrangeiro e exótico, no qual seus habitantes viviam de forma diferente e que mantém pouca relação com o mundo contemporâneo. Buscando traçar a mudança de percepção em relação ao passado, especialmente após as transformações ocorridas ao longo dos dois últimos séculos que revolucionaram a consciência sobre a história, ele afirma que o patrimônio passou a ser considerado como um bem absoluto e de valor incontestável e entende que esse processo é permeado pelo sentimento de nostalgia, marcando um afastamento em relação ao passado e uma crescente valorização de novas identidades coletivas. Com o advento das sociedades modernas, industrializadas e seculares, e com o consequente afastamento dos antigos modos de filiação coletiva, como a religião ou a monarquia, o patrimônio surge como um artifício construído, que ressignificado, contribui no sentido de fortalecer um sentimento de pertencimento a um mesmo espaço simbólico. Lowenthal dedica parte de seu livro ao debate acerca do legado tangível, isto é, o patrimônio material, móvel e imóvel, que para o autor apresenta vantagens e desvantagens como fonte de conhecimento. Para ele uma grande desvantagem é o “âmbito restrito do passado que ele descortina... .As relíquias nos oferecem apenas conjecturas sobre comportamentos e convicções; para demonstrar reações e motivos do passado, os artefatos precisam ser ampliados por relatos e reminiscências. ... pois são os pensamentos, sentimentos e ações ... que são a substância da história, e não paus, pedras e bombazines⁸. Ao contrário da história e da memória, cuja própria existência prenuncia o

8 Segundo a definição da enciclopédia britânica, bombazine é um tecido, geralmente de cor preta, com uma teia de seda e trama de lã, ou de enchimento, tecido em qualquer ponto de tafetá ou sarja. Categorias mais baratas são tecidas com uma urdidura de rayon e trama de

passado, as relíquias não têm vida própria. As relíquias são mudas; elas requerem interpretação para exprimir sua função de relíquia.” (1985: 150-153).

Em *The Heritage Crusade* (1998) o autor retoma a questão da onipresença do patrimônio e inicia seu segundo livro afirmando que “*Repentinamente o patrimônio está em toda parte – nas notícias, nos filmes, no supermercado – em tudo desde as galáxias até os genes. É o carro chefe do patriotismo e a atração número um do turismo. É difícil se movimentar sem se deparar com um sítio histórico. Todo legado é valorizado, desde raízes étnicas até parques temáticos históricos. De Hollywood ao holocausto, o mundo todo louva – ou lamenta – algum passado, seja ele um fato ou uma ficção*” (1998:xiii), assinalando que a preocupação contemporânea com o patrimônio remonta à década de 1980 de forma similar nos Estados Unidos da era Reagan, na França de Pompidou e no Reino Unido de Thatcher e está parcialmente ligada também a um sentimento de crise que é resultado de diferentes fatores, dentre eles de um sentimento de aumento da velocidade dos acontecimentos e frente ao desenvolvimento tecnológico, de mudanças sociais e ambientais que geraram incertezas frente às emergências sociais, econômicas, humanitárias, políticas e ambientais. Diante desse quadro, o sentimento de nostalgia e perda que surgem estão refletidos na evocação do passado pelo presente. E essa evocação que está vinculada a distintas realidades e histórias vai, conseqüentemente, variar de lugar para lugar, sendo que no caso Britânico reflete principalmente o sentimento nostálgico de um passado imperial (*op. cit.*, 1998:12).

De acordo com Lowenthal, o discurso do patrimônio que se espalhou pelo mundo é principalmente ocidental; retomando o primeiro encontro internacional para debater o tema, que foi organizado pela Sociedade de Nações, por meio do Escritório Internacional de Museus, em 1931, e contou com a participação exclusiva de países europeus; já em 1964 outro encontro internacional contou com a participação de países latino-americanos como o México e o Peru e países africanos como a Tunísia; e, em 1972, oitenta países construíram a Convenção do Patrimônio Mundial. No entanto, a popularidade contemporânea do

lã ou algodão. Originalmente feito exclusivamente de seda e com uma variedade de cores, mas a cor tornou-se gradualmente padronizada como preto por causa de seu uso principal em trajes de luto e de pessoas nas ordens religiosas. Foi tecida com teias de seda e tramas de lã. Foi produzido na antiga China e Japão, Inglaterra elisabetana, e na Itália, França, Espanha e Inglaterra durante os séculos 18 e 19. As mantilhas usadas no inverno na Espanha e na América Latina são frequentemente feitas de *bombazine* preta. - 2015. *Encyclopædia Britannica Online*. Retrieved 08 January, 2015, from <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/72565/bombazine>

patrimônio - que não se restringe aos três países mencionados no parágrafo anterior, Estados Unidos, França e Reino Unido - de certa maneira homogeniza o discurso do patrimônio e seus objetivos e características podem ser avaliados de forma similar em locais tão díspares como uma pequena cidade no interior da Noruega, na capital do Líbano, numa ilha do pacífico ou na capital do Canadá, por exemplo, expressando em seu discurso as mesmas preocupações com a procedência e antiguidade, continuidade e coerência, heroísmo e sacrifício, entre outros. Quando essas ações de preservação são difundidas pela mídia e redes globais a tendência também é de homogeneizar as singularidades de cada um. A maior parte do que é considerado patrimônio é acumulado por grupos sociais específicos, mas sua difusão midiática e as redes globais fazem desse conjunto de bens cada vez mais uma moeda comum. O cuidado com o patrimônio e sua difusão reúnem as conveniências e necessidades que cercam a gestão de bens naturais e culturais únicos, seja na Austrália ou na Amazônia, mas sua inserção no mercado turístico e expositivo tende a colocá-los sob um mesmo patamar, tendem a esmaecer as diferenças.

Ao contrário de Lowenthal, Wright escreve a partir das circunstâncias sociais, políticas e econômicas do Reino Unido dos anos 1980, sendo esse contexto determinante para formar sua crítica frente ao patrimônio. São reflexões que surgem a partir das transformações ocorridas na sociedade britânica como resultado da desindustrialização, da globalização e do impacto imposto pelas rápidas migrações internas e imigrações que ajudaram a criar o sentimento de nostalgia e desterritorialidade. Harrison (*op.cit*, 2013) aponta para a discussão sobre o crescimento do número de museus no pós guerra e o sentimento de nostalgia não pelo passado em si, mas por um passado “sanitarizado”, livre de tensões.

O livro de Wright *On Living in an Old Country* foi escrito após o retorno do autor ao país e sua surpresa frente aos usos explícitos do patrimônio como instrumento para a produção de uma identidade nacional feita pelo novo governo conservador recém eleito. Sua argumentação levanta várias partes da legislação sobre o patrimônio que poderiam ser lidas como uma revitalização ancorada no patriotismo inglês da Segunda Guerra Mundial, conectado com um patriotismo 'explicitamente construído' para o conflito com a Argentina, sobre o domínio das ilhas Malvinas:

“O patrimônio nacional implica na extração da história – da ideia de significado histórico e seu potencial – de uma vida do dia a dia menosprezada e sua remontagem ou exposição em alguns locais selecionados, eventos, imagens, ... Nesse processo a história é redefinida como 'o histórico', e se torna objeto de uma similaridade transformada e uma atenção pública generalizada ... Abstraída e realocada, a história parece purgada de tensões políticas; ela se transforma num espetáculo uniforme acomodando todas as disputas. Como as visitas feitas de um sítio para outro sítio selecionado, o passado nacional ocorre numa dimensão própria – a dimensão na qual nós parecemos lembrar apenas para esquecer. (Wright, 1985:69)”

A preocupação com a representação cultural da cultura popular e a mídia foi um ponto central no desenvolvimento acadêmico do campo *cultural studies* que surgiu no Reino Unido nos anos 1960 e 1970, associado ao trabalho de pesquisadores como Raymond Williams (1958) e Stuart Hall (1997). Hall abordou o patrimônio e os museus no contexto pós-colonial britânico, discutindo modelos de representação da nacionalidade britânica e o patrimônio como prática discursiva:

“... a maioria das versões sobre o patrimônio deveria revisar a sua própria concepção sobre si mesmas...A presença africana na Grã-Bretanha desde o século dezessete, dos asiáticos desde o século dezoito e dos chineses, judeus e irlandeses desde o dezanove demandam há muito tempo se transformarem em sujeitos de seus próprios lugares de patrimônio. Assim como integrados numa versão bem mais 'global' do que a versão da 'história da nossa ilha'. Através de grandes cidades e portos, na construção de fortunas, na construção de grandes casas e edifícios, por meio da genealogia das famílias, através de saques e da exposição de riquezas do mundo como apêndices da empresa imperial, através das histórias escondidas das esculturas de heróis, no segredo dos diários privados, até no centro das grandes narrativas sobre 'englishness' como a das duas guerras mundiais recai a sombra improvisada dos 'outros' esquecidos.”
(Hall, [1999] 2008: 225)

Outro autor que trouxemos para essa reflexão sobre a expansão do patrimônio e suas representações na segunda metade do século XX é o historiador Raphael Samuel, em seu livro *Theatres of Memory* (1994). O autor discute o aumento do interesse sobre 'o passado' na forma de vestígios, ou de produtos de mercado para consumo, tanto objetos originais como réplicas e o desenvolvimento da indústria do turismo em escala local e nacional e a participação popular nos processos ligados ao patrimônio.

Utilizando os guias e materiais de propaganda de turismo locais como fonte, Samuel afirma que a indústria do turismo usou como recurso a divulgação das diferenças regionais ou a diferença geográfica do território inglês. As propriedades sob cuidado do *English Heritage* e presentes nos materiais de divulgação levavam a crer que a Inglaterra ainda vivia nos tempos das sete pequenas regiões autônomas (*heptarchy*) e que o Ato de União com a Escócia nunca tivesse ocorrido. Em busca de recursos financeiros e investimentos, as autoridades locais viraram-se para o passado para promover uma nova imagem. Essa 'nova visão' do passado nacional permitiu uma reconstrução inclusive de uma urbanidade britânica na qual os *terraces*⁹ alcançaram o mesmo patamar das casas de campo. Samuel oferece inúmeros exemplos de reapropriação do passado e da valorização dos aspectos locais e oriundos de outras representações sociais para além da nobreza e da realeza.

Ao tratar da escalada do interesse popular sobre o passado e o papel desse interesse em processos de transformação social ele afirma que eles não confirmam a posição de Wright ao ligar diretamente o patrimônio aos interesses dos Conservadores. Para ele o patrimônio e 'o passado' tinham sido 'utilizados' como forma de pressão para um série de posições políticas e interesses e o patrimônio tinha sido útil para democratizar o passado por meio da ênfase na vida das pessoas comuns. Ele também vê as raízes do interesse popular pelo passado num tempo bem mais remoto do que o período dos conservadores:

“A nova versão do passado nacional, apesar dos esforços do National Trust em promover a casa de campo tipicamente inglesa, é incomparavelmente mais democrática do que as anteriores, oferecendo muitos pontos de acesso às pessoas

9 Modelo de casa britânica geminada, inicialmente associada à classe operária e localizadas em áreas e imóveis onde atualmente se verificam intensos processos de gentrificação.

comuns e a uma forma mais alargada de pertencimento. Na verdade, mesmo no caso da casa de campo, um novo interesse extravagante é pela vida 'abaixo das escadas' (a cozinha dos serviçais) enquanto os proprietários (ou os grupos de gestores-'trustees') estão ansiosos para projetarem pessoas comuns em ocupações familiares. Sociedades de histórias familiares, praticando 'o faça você mesmo' a sua pesquisa, ... e as bibliotecas de história local com pesquisadores, democratizaram a pesquisa genealógica, tratando acordos legais e contratos como equivalente simbólico dos brasões familiares e demais símbolos heráldicos, certidões de batismo como títulos de nobreza. Estimulam as pessoas a olhar para baixo e não para cima na reconstrução de suas raízes, para não estabelecerem vínculos com o nobiliárquico e o grandioso". (Samuel, 1994: 160)

Ele identifica nessa reconstrução desse passado nacional não apenas uma versão mais democrática, mas também mais feminina e doméstica. A esfera privada é privilegiada em relação à esfera pública e vê as pessoas como consumidores ao invés de – ou tanto quanto – produtores. O lar e a intimidade passaram a ser símbolos de uma existência nacional, mais do que o cetro e a espada. Na mão da demografia histórica as grandes permanências da vida nacional não são mais o trono e o altar, mas a família nuclear. Aponta para o papel da história oral nesse processo, a qual ele chama de 'a memória falada do passado', que a partir dos anos 1970, inicialmente, de autobiografias majoritariamente masculinas, passou a se concentrar no perfil do dia a dia familiar e numa visão de sociabilidade centrada na casa. Outro aspecto que marca a passagem para a representação de um passado nacional mais feminino é a da presença da natureza. A natureza passou a ser vista como um habitat aconchegante e estimulante mais do que um ambiente inóspito com montanhas escarpadas e rochosas. (Samuel, 1994:158-165)

Mas o que é mais relevante da análise de Samuel para esta discussão é a distinção que ele faz ao não enfatizar o patrimônio apenas como um fenômeno potencialmente democrático, mas também para ver nas práticas sociais que cercam o patrimônio a possibilidade de promover uma mudança social. Ele defende o poder potencialmente transformador da história e o patrimônio com potencial poder de produção de diversidade e projeção do

multiculturalismo na sociedade. O autor entende o patrimônio como um fenômeno social e um processo:

“A conservação não é um evento mas um processo, o início de um ciclo de desenvolvimento mais do que (ou tanto quanto) uma tentativa de parar a marcha do tempo. O simples fato da preservação, ainda que seja apenas para estabilizar (o processo), necessariamente envolve uma série de inovações, só para nos atermos na 'agradável decadência'. O que começa como uma operação de resgate, planejada para preservar relíquias do passado, passa para um novo patamar, um trabalho de restauração no qual um novo ambiente tem que ser fabricado a fim de transformar fragmentos em um todo significativo.” (Samuel, 1994: 303)

Outro ponto que vamos levantar e que foram debatidos pelos autores anglo-saxões é a relação entre patrimônio, diversidade e direitos humanos, aspectos que entendemos como fundamentais para a discussão sobre o surgimento dos ecomuseus e da museologia social. Para Harrison (2013) o princípio do relativismo cultural que embasa a abordagem do patrimônio nos aspectos de representação e valores caracterizam a maior mudança na gestão do patrimônio iniciada no final dos século XX. Esse princípio não é consistente com a ideia de direitos humanos universais ou com a ideia de um patrimônio mundial. A discussão sobre 'valores' presentes numa série de debates sobre patrimônio marcam o crescente reconhecimento pela diferença, ainda que de formas distintas. Harrison aponta a metade dos anos 1990 como o momento em que a noção de valor social passou a ganhar importância na determinação do significado do patrimônio, ao mesmo tempo que se reconheceu que um mesmo lugar, objeto ou paisagem poderiam receber valores muito diferentes, tanto por parte de seus apoiadores quanto por parte de distintos grupos sociais. Essa ideia tem tido forte impacto na construção de narrativas, práticas expositivas e lógicas de representação na instituição de novos museus e reformulou a forma canônica de abordar o patrimônio baseado em padrões absolutos, pautados num conjunto de normas estreitamente ligadas ao patrimônio material e ao valor estético. As diferenças culturais dos mais variados grupos sociais tiveram o direito reconhecido de valorizar diferentes formas de patrimônio e atribuir-lhes diferentes valores.

Outro aspecto bastante discutido pelos autores é a relação entre patrimônio e indústria do turismo, que foi significativamente intensificada com a perspectiva do desenvolvimento e/ou revitalização econômica, que projetos vinculados ao patrimônio poderiam gerar, conforme constam em várias resoluções e convenções da Unesco. O processo de 'globalização' do patrimônio em sociedades pós-modernas foi consequência não apenas do trabalho da Unesco e seus órgãos afiliados, mas também de um processo maior de reestruturação econômica global, marcado pelo surgimento da indústria do turismo, do aumento significativo da circulação transnacional das pessoas, capital, ideias e imagens (Harrison, 2013; Smith e Robinson, 2006). Ao mesmo tempo ela evidencia uma série de transformações conceituais do patrimônio que testemunham um redirecionamento para modelos de patrimônio mais representativos e mais distanciados das formas tradicionais, sobre as quais grande parte da indústria do turismo foi estruturada (Smith e Robinson, 2006). Essa nova direção incorpora entidades materiais e não materiais, já mencionadas acima, mas também o impacto que resulta da passagem de um patrimônio vinculado à construção nacional para uma comercialização brutal do passado como patrimônio em sociedades transnacionais, pós coloniais e multiculturais. A participação do patrimônio em circuitos econômicos mundiais impulsiona o patrimônio a ser mais inclusivo e para isso precisa ser apresentado como relevante para mais pessoas, para uma audiência maior, mais diversificada. Por outro lado, o patrimônio como sendo um aparato do Estado assume um papel educativo na produção de uma narrativa nacional única e dominante. Para o estudo dos ecomuseus, no contexto anglo-saxão, o caso do museu de Rodden Island, na África do Sul, é um caso importante, por permitir analisar os desafios da gestão compartilhada de diferentes patrimônios, frente a diferentes instâncias administrativas. Mais conhecida pelo papel que teve como prisão para presos políticos masculinos envolvidos na resistência contra a opressão política durante o período do *apartheid* na África do Sul e na independência da Namíbia, a ilha já foi descrita como 'um dos mais potentes símbolos da liberdade' e abriga hoje o primeiro Museu Nacional da África do Sul pós-apartheid e também faz parte da lista de patrimônio mundial da Unesco. Usando indicadores desenvolvidos por pesquisadores do *International Centre for Cultural and Heritage Studies, School of Arts and Cultures, Newcastle University*, no Reino Unido, a partir do modelo de ecomuseu originado na França, Corsane (2006) analisa que o projeto

inicial de patrimônio desenvolvido para a ilha possui muitas características geralmente associadas aos ecomuseus. Nesse texto são apresentadas as zonas de conflito entre abordagens patrimoniais tão distintas, cuja viabilidade econômica está ancorada no turismo de massa.

3. As discussões sobre a noção de patrimônio na França

Segundo os historiadores franceses (Polout, 2006; Choay, 2001; Nora, 1984), as questões relativas à preservação do patrimônio são relativamente novas. Surgidas no século XIX, quando a França se preocupou com a permanência dos monumentos sobreviventes da Revolução Francesa, essas questões rapidamente se espalharam pelo mundo, tornando-se fatores relevantes na constituição política dos países. Dessa forma, o patrimônio passou a constituir interesse comum a diversos povos, surgindo daí a necessidade de se debaterem em escala mundial aspectos concernentes à definição e à gestão do patrimônio, assim como o envolvimento dos diferentes grupos sociais envolvidos.

Para Françoise Choay, autora do livro *A Alegoria do Patrimônio* (2001), o termo patrimônio está desde a sua origem atrelado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade. Ele é, portanto, um bem de herança, transmitido de uma geração à outra. Todos os termos importantes para a noção de patrimônio estão contidos nessa definição. O patrimônio nasce do conceito de monumento histórico, identificando na restauração da cidade de Roma e de suas ruínas, por volta de 1420, durante o papado de Martin V, a tentativa de, por meio da história, agregar prestígio e simbolismo a um passado glorioso restaurando ruínas e reprovando os saques perpetrados contra a cidade (1992:25). A partir de 1430, os humanistas passam a defender conjuntamente a conservação e proteção dos monumentos romanos se opondo à substituição de antigas esculturas de mármore e pedras. Dessa forma, nos anos seguintes são implementadas medidas preventivas e restauros sob auspício dos papas e, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a cidade de Roma se transforma no destino para o estudo de monumentos e antiguidades. E serão as antiguidades o centro das atenções patrimoniais ao longo do século XIX, com inúmeros trabalhos de pesquisa e levantamentos, nascendo nesse processo a noção de antiguidade nacional e de monumentos nacionais. O

patrimônio passa a representar e celebrar não mais apenas o gênio de um povo e sua época, mas a celebração da Nação. O primeiro valor conferido ao patrimônio pela Revolução Francesa foi o valor nacional atribuído aos bens, que era o valor mais importante e que se sobrepunha aos demais. O valor educativo do patrimônio vinha em seguida e, nesse caso, pela possibilidade que ele tinha de construção de uma história política, de modos, técnicas, artes, entre outras, e mais do que isso como instrumento que transmite uma certa pedagogia de civismo e por meio da memória histórica suscita a fidelidade nacional. Seu valor econômico não era negligenciado e entendido como um atrativo para visitantes estrangeiros e modelo para as manufaturas; nessa sequência, o valor artístico vinha por último. Choay destaca ainda o papel de destruição da Revolução Francesa no que concerne ao patrimônio, ao mencionar a sua responsabilidade por atos perpetrados pelo exército revolucionário contra bens representativos do Antigo Regime, atos esses denominados à época de *vandalismo* e se referiam aos saques e destruição de igrejas, de esculturas, de palácios, entre outros. Mas é também nesse momento que paralelamente ao *vandalismo* (Daniel, 1978:703-719), assiste-se a uma fase importante para a conservação física dos monumentos considerados nacionais.

Ainda em seu trabalho *A Alegoria do Patrimônio* (2001), Choay identifica na trajetória da expansão do patrimônio ocorrida ao longo do século XX, a primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos realizada em 1931, em Atenas, como sendo o momento em que é mencionada, num encontro oficial, a ideia de um patrimônio internacional, estipulando-se as bases de uma solidariedade internacional nos planos jurídico e científico. Embora se tenham discutido questões referentes aos espaços contíguos aos monumentos, o domínio patrimonial, da forma como é considerado na conferência, limita-se aos edifícios individuais, predominando o critério da monumentalidade do patrimônio, ideia que o acompanhou até o período pós Segunda Guerra Mundial

Outro autor francês que trabalha com a história do patrimônio é Dominique Poulot, em seu livro *Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII - XXI* (2006). Para ele, nos últimos anos as ciências humanas e sociais têm multiplicado os estudos sobre o patrimônio, especialmente as áreas da antropologia e da história, que a partir de uma origem comum, a história da arte, foi se fragmentando em vários outros objetos de pesquisa, desde os museus e

monumentos, passando pela recente categoria de patrimônio imaterial, diversificando de tal forma os debates que tornaram incerto, ao longo do tempo, a unidade desses estudos:

“Os desafios ideológicos, econômicos e sociais extrapolam amplamente as fronteiras disciplinares (entre história, estética ou história da arte, folclore ou antropologia), como pode ser notado no decorrer das décadas de 1970-1980, pelo reconhecimento de “novos patrimônios”, que abrangem uma profusão de esforços públicos e privados em favor de múltiplas comunidades. Progressivamente o entusiasmo pela promoção e valorização do patrimônio passa por uma verdadeira 'cruzada' no âmago do mundo ocidental”. (Poulot, 2006:9)

O patrimônio se define ao mesmo tempo pela natureza física dos objetos, pelo valor estético que lhes é atribuído e por um estatuto específico legal ou administrativo. Depende assim de uma reflexão erudita, de uma vontade política que precisa por sua vez ser reconhecida pela opinião pública e é baseado nesse suporte que adquire a função de representação da civilização e da construção de identidades. Para chegar a ter o papel proeminente que adquiriu ao final do século XX a noção de patrimônio passou por um processo cultural complexo e de longa duração, resultado de uma dialética da conservação e da destruição (Poulot, 2006:13).

Poulot afirma ainda que a história da proteção e da transmissão do patrimônio nacional tem dois aspectos, um referente a sua construção ao longo dos últimos dois séculos, marcada pelo culto às efemérides e às personalidades, enaltecendo a pátria, suas conquistas e seus servidores; e um outro movimento relativo aos profissionais e associações envolvidos na conservação física dos monumentos, oriunda de um compromisso contra o vandalismo (Daniel:1978:703-719), o que está distante da celebração, mas mais próximo da denúncia de descasos, abandonos e lacunas do patrimônio oficial. Para ele, há cerca de uma geração, a história do patrimônio vem sendo estudada amplamente como a história da maneira pela qual uma sociedade constrói seu patrimônio e para além disso, como considera a posição do patrimônio no desenvolvimento de uma coletividade. A partir das décadas de 1970 e 1980, o patrimônio deixou de ser apenas histórico, artístico ou arqueológico, para ser também

etnológico, biológico ou natural, podendo ser dividido em aspectos materiais e imateriais, de abrangência local, regional, nacional ou ainda mundial.

A obra coordenada por Pierre Nora, *Rethinking France, Les Lieux des Mémoire* (2001), foi editado no Reino Unido também sob sua coordenação, mas com formato e organização distintos da versão francesa e é composta por quatro volumes independentes: “O Estado” (v.1); “O Espaço” (v.2); “Legados” (v.3); “História e Memória” (vol.4). Os dois primeiros volumes focam em eventos e análises históricas específicos da França, o terceiro volume reúne ensaios que tratam de aspectos considerados partes essenciais da cultura francesa: cafés, a arte da conversação, músicas, vinho, galanteios e lugares carregados de simbolismo nacional como as catedrais de Notre Dame e Sacré Couer, todos eles reunidos sob a ideia de patrimônio. O texto marca as profundas transformações que essa noção vem sofrendo ao longo de tempo, iniciada na Revolução Francesa, conectando-a com outras rupturas profundas ao longo da história da França. e o quarto volume que aborda textos e lugares que construíram a memória coletiva da história da França. São ensaios de diferentes autores dos quais destacamos a introdução de Nora e o texto de Pomian sobre os *Annales* que abordaremos mais adiante neste trabalho.

Na introdução do quarto volume Nora lembra que esse projeto monumental, se desenvolveu a partir do reconhecimento de que, especialmente a partir da segunda metade do século XX, “os violentos choques que abalaram os países e a sociedades contemporâneas, juntamente com as transformações aceleradas que eles trouxeram consigo, romperam os vínculos que esses países e sociedades tinham com seu passado. ... Em meio a rápida e dolorosa metamorfose no modelo de nação e identidade coletiva, um inventário geral de tradições e uma análise crítica dos elementos constitutivos do modelo tornaram-se indispensáveis”. (2001: xi)

Na introdução do terceiro volume, *Legacies*, Nora busca esclarecer o termo '*lieux des mémoire*' por entender que em um período de trinta anos houve uma mudança radical de sentido e foi essa mudança que o inspirou a tentar justificar uma transformação no sentido da expressão 'lugares de memória'.

Nesse processo de mudança ele afirma que o patrimônio e a memória tornaram-se praticamente sinônimos, expandiram-se para incluir todas as reminiscências do passado e, dessa forma, o patrimônio passou não por uma mudança, mas por uma metamorfose. Antes estava ligado diretamente a artefatos significativos, mas fora de uso, e, no entanto, passou a incorporar elementos contemporâneos. Tratava-se anteriormente tradicionalmente de um fenômeno cultural, mas que com a legislação protegendo os sítios históricos, o entorno e o meio ambiente ele passou a incorporar também a natureza. *“Resumidamente, deixando a era da história para entrar na era da memória, o patrimônio não se encontrava longe de se transformar no oposto do que tinha sido.”* (2001:viii), e continua afirmando que *“se esse processo for entendido como uma verdadeira revolução da memória, ligada a uma consciência do presente e de sua conexão com o passado, pode-se interpretar a história da ideia de patrimônio como uma série de mutações sucessivas”*. A primeira mutação teria ocorrido no momento da Revolução Francesa quando o termo patrimônio foi inicialmente utilizado no sentido moderno da palavra e poderia ser facilmente definida como nacionalização do passado, já que uma grande quantidade de bens até então em poder de poderosas famílias e instituições religiosas, foram para o controle do Estado. Desse momento, Nora destaca três grandes instituições do patrimônio que surgiram: os Arquivos Nacionais, a Biblioteca Nacional e o maior dos museus nacionais, o Louvre. A segunda mutação seria no período entre os anos de 1820 e 1840 abrangendo a Restauração e a monarquia de Julho. Nesse período a geração de Liberais e românticos entenderam que a Revolução Francesa havia promovido uma ruptura radical distanciando-a de todo o passado, impedindo uma conexão desse passado com o presente. Foi um passado perdido que só poderia ser atingido por meio de coleções de documentos autênticos, tratava-se de uma poética do passado expressa no apreço pelas ruínas. Desse momento ele destaca três grandes nomes: Victor Hugo e seu apelo ao Gótico (período medieval); Guizot pela criação das grandes instituições da memória (*Société de l'histoire de France* e o Comité de trabalhos históricos) e Mérimée, a quem se deve a primeira classificação dos monumentos. Era a experiência do passado como passado. A terceira mutação do patrimônio ocorreu no final do século XIX, durante a Terceira República quando a história nacional absorve o passado, em detrimento do legado físico da nação. O patrimônio caminha em direção de uma história de nação totalmente desenvolvida e

consagrada tanto do ponto de vista científico quanto acadêmico. O significado desse movimento extrapolou o patrimônio e ajudou a dar ao passado francês o seu 'classicismo'. É dentro dessa nova configuração que o patrimônio e a memória estão diretamente relacionados com a identidade, a imagem pela qual a França se compreendeu até o final dos anos 1950 e 1960. (2001:viii-x).

Nora identifica na quarta mudança uma revolução silenciosa elencando alguns pontos fundamentais que contribuíram para uma transformação da sociedade francesa. O final da guerra da Argélia, em 1962, significou para a França um momento de virada na compreensão que a França possuía sobre si mesma. Nora afirma que o país parou de se projetar para o exterior, para o mundo e se voltou para dentro do seu território europeu. O final desse sangrento conflito representou para a França o primeiro momento de paz, no qual o país não estava envolvido em nenhum conflito militar desde 1939. Com a independência das ex-colônias um modelo existente de nação deixou de existir, foi o momento em que imagem de uma França “estática, imperialista e messiânica” deixou de ser cultivada nas escolas e na formação dos cidadãos. Em 1965, outra mudança marcante para a sociedade francesa, foi a realização da primeira eleição para presidente da república por meio do sufrágio universal, transformando radicalmente as funções das instituições republicanas. Além disso, esse também foi um período marcado pela expansão de grandes centros comerciais e do consumismo de massa. Nora identifica ainda como fator externo que contribuiu para uma mudança na forma de se ver e entender o mundo, a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) anunciado pelo papa João XXIII que resultou em mudanças profundas para a Igreja e seus membros. A importância da reforma da disciplina e rituais católicos está no fato de que elas parecem ter sancionado o fato de que a nova geração já não os seguia mais. O declínio da sua observância pela juventude é considerado por Nora como indicador da emergência de uma sociedade mais individualista, hedonista e permissiva, que são indícios de uma transformação cuja eclosão dos protestos estudantis em maio de 1968 são a simbólica expressão.

Ao confrontar essa nova França com os '*lieux de mémoire*' Nora indica um ponto em comum: eles representam uma visão interna, ligada à preservação do legado, e uma externa

que a objetifica e traz para o chão transformando-a em tradição. Todos estão vinculados ao lugar que é de fato ou aparentemente integrante da identidade francesa na sua profundidade imaginada ou real: a antiguidade de sua formação religiosa, ideológica e social no momento em que só restam as reminiscências como o '*métier*' ou as '*villages églises*'; sua cultura popular remontando a tempos imemoriais como seus provérbios, músicas, vinhos, quando não existem mais só como expressões folclóricas e como produção para exportação. Esses são exemplos de sua civilização como a conversação educada, os galanteios às senhoras, no exato momento em que o poder do mundo dos negócios e o movimento de liberação feminina os transformaram em modos ultrapassados e conhecidos como a velha França. O autor se questiona se a sobrevivência desses lugares de memória se deve a suas virtudes e charmes ou se são fruto de um sentimento de nostalgia que eles despertam. Ele não concorda que a memória seja apenas lembrança, mas sim garante a continuidade e confirma a permanência mesma que de forma esmaecida. A memória estabelece uma diferença enorme na sua relação com o passado e, ao produzir essa separação, ela ao mesmo tempo se reapropria dele. Não se trata de uma reapropriação de algo vivo, mas sim com uma conotação de natureza simbólica que ajuda a diferenciar o que é tradição do que é memória que se tornou consciente de si mesma. (2001:x e xi).

Essas mudanças ou metamorfoses da noção de patrimônio demandam que se faça uma distinção entre os símbolos impostos e construídos, pois essa distinção não tem nada de artificial. Esses dois tipos de símbolos abarcam todos os sentidos da expressão '*lieux de mémoire*'. Para o autor há os símbolos que demandam do historiador apenas sua identificação, mas há também aqueles que exigem um esforço mais ativo na sua modelagem e elaboração. É uma diferença muito importante porque permite a transição do que seria uma categoria de objetos para ser uma categoria de inteligibilidade para a história contemporânea (2001:x).

3.1. A independência das ex-colônias e o patrimônio francês

As relações entre o momento de descolonização da África e da Ásia e suas relações com o patrimônio produzem impactos na sociedade francesa que são importantes para compreender o contexto no qual nasce a ideia de ecomuseu. Esse processo de descolonização, no caso

francês, é discutidas por Jean-Pierre Rioux, no texto *Décolonisation et Patrimoine* (1997). Iniciada em 1954 com a independência da Indochina, seguida da Tunísia e do Marrocos, foi intensificada em 1960 pelas independências da África negra, culminando em 1962 com a independência da Argélia e o retorno massivo em direção à metrópole de franceses que lá habitavam. A 'grande França' deixa de existir e com ela o sonho imperial, o que produziu efeitos consideráveis em diferentes frentes para o país. O 'choque' da descolonização foi suficientemente violento para abalar uma boa parte da vocação humanista e universalista da nação, mas também viu seu modelo republicano e sua cultura republicana serem afetadas a ponto de, em 1962, De Gaulle selar uma nova República com a eleição presidencial submetida ao sufrágio universal. Além de outros paradigmas perdidos, a França, denominada como o Hexágono, era também o território 'em convalescença e regeneração', no momento em que a modernização adquirida e o processo de globalização se reforçam com a trocas econômicas e culturais que provocaram e sacudiram o país inteiro (1997, 290). O autor busca compreender como nesse grande contexto se pode inserir o patrimônio e propõe dois recortes: o território e a etnografia. Inicialmente ele pensou num terceiro recorte que seria o 'retrô', bem mais urbano que se mistura nos anos 1970 com os efeitos da moda, a valorização das raízes e o ressurgimento conflituoso e nostálgico da memória nacional, das memórias de grupos sociais e as memórias locais, mas optou por manter esse aspecto inserido nos recortes de território e etnologia.

Para o recorte que se refere ao território, o Hexágono, ele sugere que o período entre 1964 a 1978 seja de afirmação e evolução da noção de patrimônio. A redistribuição da administração regional de 1964 permitiu transformar uma relação entre o governo central e os poderes regionais e locais. O autor aponta uma retração na regulamentação que reforçava, do ponto de vista da administração regional, uma negociação de cima para baixo e o surgimento de um regionalismo cultural e um aumento da valorização em escala local e um discurso bastante reivindicativo. Um regionalismo cerebral, mas bastante presente na Bretanha, na Córseica ou na denominada '*Occitânia*' em certa medida fracassaram já que a funcionamento da gestão retomou seu papel frente a autonomia sonhada, por volta de meados dos anos 1970. Mas teria sido o suficiente para reforçar contatos úteis com outras contestações sociais e se impor sob o ponto de vista cultural. Permitiu o surgimento, após a descolonização, de um

diálogo renovador por meio da redescoberta das riquezas de suas províncias e a reabilitação de suas culturas e das sociabilidades associativas locais. Ele reconhece que esses 'diálogos interiores' advindos da regionalização, democratizaram esse processo porque reencontraram uma verdadeira aspiração sociocultural que se fortaleceu ao longo dos anos 1970 com a percepção, um tanto confusa, de uma generalização da crise; a racionalidade do processo é questionada e o sentido de modernidade perde força, ao mesmo tempo que aparecem de forma mais clara que na década anterior o interesse pelo cotidiano, a intimidade e a proximidade. Esse investimento no particular, nos valores sem história carregados de localismos buscam dar um fôlego novo às aspirações de qualidade de vida, ao domínio do meio ambiente e mesmo à mudança de vida, entre outros, temas que o autor denomina como sendo político afetivos, que viriam a ser estudados pelos sociólogos no início dos anos 1980. Resumidamente, o autor sugere que essas aspirações de refúgios reforçam e alimentam o aspecto emotivo do patrimônio que se delineia em paralelo e sua intensidade alimentou as celebrações associativas e provinciais do Ano do Patrimônio, celebrado em 1980. O apego ao patrimônio se desenvolveu na proximidade do individualismo, na intimidade familiar e nos localismos seguros. O patrimônio assumiu dessa forma uma utopia democratizante a partir da proximidade, um valor perene, imediatamente apreensível sem mediações e códigos culturais inoportunos. Numa síntese um tanto quanto caricatural, o autor afirma que a França, órfã do exterior, em busca de adoção se apropria do patrimônio. (*op. cit*, 1997:290-193)

Nesse contexto, não é de estranhar que o patrimônio tenha adquirido um caráter etnológico e a partir dos anos 1960, ao longo da realização do pré-inventário e do inventário geral de bens realizado em 1964. Somado a isso a contribuição de outras disciplinas das ciências sociais nessa “invenção patrimonial”, destacando o papel maior que a etnologia teve nesse 'tempo patrimonial' (*op.cit*, 1997:293) e foi essa noção patrimonial fortemente etnológica que lhe permitiu aproximar-se de uma definição mais antropológica da cultura contribuindo para uma desconcentração e uma valorização do local, mais democrática relativizando antigas políticas de culto ao monumento ou da conservação pela conservação.

4. As discussões sobre a noção de patrimônio no Brasil

No Brasil as discussões sobre o patrimônio cultural e sua preservação surgiram no início do século XX.

A institucionalização do patrimônio ocorreu em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), precedido pelo anteprojeto de lei apresentado por Mário de Andrade para a criação do Serviço de Proteção Artístico Nacional (SPAN). O anteprojeto de Mário de Andrade apresenta um conceito ampliado de cultura, com a inclusão de elementos novos apontando para novos campos de interesse e pesquisa como as formas, sons, objetos e hábitos populares, entre outros. A ênfase do anteprojeto recai sobre a preservação, conservação e nas ações de difusão desses conteúdos selecionados, especialmente por meio de ações educativas e publicações. Havia a preocupação com a ampliação do repertório de informação cultural da população e também um olhar direcionado à diversidade da produção e da vivência cultural das camadas populares.

Os debates acerca do patrimônio foram muito enriquecidos pelas contribuições da antropologia, como afirma Abreu (2007:29) para quem o fato da antropologia ter incorporado o patrimônio como centro de suas análises foi promissor, pois o instrumental antropológico pode ser uma boa estratégia para interpretar aspectos de diferentes modos de fazer e de pensar estados-nações, grupos sociais e étnicos. O estudo do patrimônio a partir de um ponto de vista antropológico não significa estudar apenas os museus classificados como 'museus antropológicos' ou se ater aos chamados 'objetos etnográficos', ou seja, aqueles que foram coletados por antropólogos como parte de suas pesquisas sobre a diferença cultural, mas sim no sentido de contribuir para a compreensão de valores sociais e sistemas simbólicos que são aspectos relevantes e significativos para o patrimônio. O trabalho que segue sendo referencial para esse debate é o de José Reginaldo Santos Gonçalves com sua tese *Rediscoveries of Brazil: nationalism and historic preservation of narratives* (1990) e posteriormente o livro *A retórica da perda* (1996), dos quais vamos destacar neste momento sua análise sobre a construção das narrativas nacionais e o papel que o patrimônio cultural assume nesse processo, principalmente as noções de apropriação e perda.

Para tratar das transformações acerca da ideia de patrimônio a análise de Gonçalves traz para o contexto nacional, uma análise sobre as políticas públicas brasileiras de preservação histórica, vistas como alegorias da construção nacional. Seu estudo pretende ser uma narrativa antropológica na qual a preservação histórica e o nacionalismo são também entendidos como narrativas. Nesse sentido, as histórias construídas pelos intelectuais e profissionais da área do patrimônio acerca do patrimônio cultural nacional são histórias de apropriação e redenção empregadas como respostas diante de uma narrativa de uma situação de perda. Esse patrimônio é descrito como sendo parte de um processo de desaparecimento, e exposto ao risco de perda iminente. Para ele a compreensão do risco frente à perda definitiva pressupõe uma situação inicial, na qual está subentendida a pureza, integridade e continuidade original e o risco de sua perda seria a substituição por algo impuro, desintegrado e descontínuo. O caminho oficialmente apontado pelos intelectuais e profissionais responsáveis seria a apropriação e preservação. O autor destaca que essa compreensão pode levar ao entendimento de que a Nação representada por meio do seu patrimônio cultural é construída contra seu próprio processo de desconstrução ou destruição. Se a nação é representada por um processo de perda de seu patrimônio cultural a própria existência da Nação está ameaçada e é a proteção ao patrimônio que contribuirá para a sua preservação. Voltaremos ao papel dos intelectuais no campo do patrimônio quando discutiremos a constituição dos órgãos de patrimônio no Brasil.

Em seu texto *O Patrimônio com Categoria de Pensamento* (in: Abreu e Chagas, 2003:25-33) José Reginaldo Gonçalves destaca a contribuição dos estudos antropológicos para a descoberta e análise de categorias de pensamento “exóticas e aparentemente estranhas ao pensamento ocidental” que auxiliaram na compreensão da vida social e cultural, e a aplica para uma categoria não exótica ao pensamento moderno ocidental, a categoria patrimônio. Propõe que sejam repensadas as maneiras pelas quais tratamos o tema patrimônio, frequentemente por meio de categorias cristalizadas, tais como memória, patrimônio, identidade, tradição entre outras. Tais categorias não deveriam mais ser entendidas como 'entidades', mas como 'formas de ações e atividades'. O patrimônio pode tanto ser econômico e financeiro como imobiliário, mas também é cotidianamente usado para se referir aos

patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos, imateriais numa diversificação sem limite aparente.

Para ele, a expansão da noção de patrimônio cultural e seus mais diversos usos, que vão desde a consagrada função histórica de construção dos Estados Nacionais até o momento em que se instala como estratégia operacional em diversos domínios sociais como agências, grupos sociais e étnicos, academia, indústria cultural (turismo), tanto em escalas nacional, quanto internacional, resultou também numa hipervalorização do patrimônio e dos museus.

Referindo-se à literatura que aponta para o surgimento da noção de patrimônio a partir do século XVIII, no contexto da formação dos Estados Nacionais, diz que apesar de correta ela omite que a noção de patrimônio é muito anterior, “tem caráter milenar” (2009: 26). O autor afirma que ela não é uma categoria inventada na modernidade, mas já está presente na Idade Média e no mundo clássico e que é na modernidade que ela recebe os “contornos semânticos”, pois pode-se “...dizer que a categoria “patrimônio” também se faz presente nas sociedades tribais”(2009:26).

Apesar de ser uma categoria cuja existência pode ser detectada em contextos sociais não europeus e em sociedades “milenares”, foi na modernidade que o patrimônio adquiriu uma denominação específica. Embora seu significado permaneça num processo dinâmico de transformação e expansão, ele pode também ser caracterizado por um corpo jurídico que o define, regulamenta, enfim, que o legitima. O que diferencia o patrimônio a partir do período moderno europeu é a denominação voluntária de bens considerados patrimônio e o arcabouço técnico-científico e jurídico que se constitui a partir de então. Entendemos também que a possibilidade de trabalhar com o patrimônio numa perspectiva de tempo expandida e com sociedades não europeias nas quais a oralidade é o veículo de transmissão de práticas, saberes e tradições é importante para a compreensão não apenas da expansão da noção de patrimônio, mas especialmente para a importância que o reconhecimento do que atualmente é denominado como patrimônio imaterial teve para o seu fortalecimento. A incorporação da noção de patrimônio para sociedades que não tem no objeto material ou no monumento a base para o reconhecimento, a valorização e a preservação de aspectos significativos de sua

cultura, é um dos pontos a serem discutidos ao tratarmos das legislações internacionais sobre patrimônio.

O livro *Produzindo o Passado* (1984) organizado por Antonio Augusto Arantes reúne diversos autores que num seminário discutem cultura, patrimônio e preservação. Em seu texto inicial, Arantes pontua os temas que serão debatidos e destaca a intensidade como o tema patrimônio aparece especialmente na mídia quando esta divulga intervenções urbanas de conservação ou destruição de edificações antigas ou descaracterização de áreas urbanas e naturais. A velocidade com que se propagam os debates indicam o quão importante o tema é para os diferentes grupos sociais e a complexidade da gestão por parte dos órgãos públicos, obrigados a intermediar interesses conflituosos, especialmente quando os interesses econômicos, especialmente a especulação imobiliária, estão presentes.

Além do aspecto econômico do patrimônio, a autor discute a dimensão ideológica da defesa do patrimônio cultural, que dá conteúdo às ideias de 'nacionalidade' e 'identidade' que pautaram as seleções e as ações de preservação. A dimensão ideológica abarca não apenas concepções divergentes sobre o patrimônio, mas também a mobilização de diferentes grupos sociais que se organizam em torno de interesses ou reivindicações de direitos.

“Mas a constituição e defesa do patrimônio cultural tem também a sua vertente ideológica. Eles são meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a 'nacionalidade' e a 'identidade'. Desse ponto de vista, o problema não é apenas o de preservar ou não, mas determinar o que defender e como fazê-lo. Ressoa, nesse aspecto da questão, o debate sobre concepções acerca de como se reconstrói o processo histórico (o triunfo dos vencedores ou a perspectiva dos vencidos) ou, num modo de ver mais abrangente, o problema do lugar e significação da cultura popular no contexto da cultura nacional. E, evidentemente, esses temas são, no mínimo, muito controvertidos, já que se trata, aqui, da face cultural do processo político de construção de lideranças morais e intelectuais legítimas.

A dimensão ideológica desse problema, entretanto, não se encontra apenas no confronto de concepções divergentes entre si. Há, além disso, a crescente

organização e mobilização de segmentos sociais os mais variados que somam forças em torno de interesses – ou da percepção e reivindicação e direitos – talvez mais fundamentais do que os decorrentes da propriedade privada. Como que toma forma, nestes dias, a vontade coletiva de defender o que constitui e que, ao mesmo tempo, é testemunho de experiências comuns, que são pensadas como história compartilhada.” (Arantes, 1984:8)

Outros pontos levantados pelo ator abordam a relação entre conjuntos arquitetônicos e urbanos, paisagens e recursos naturais selecionados como vetores de continuidade com o passado. No caso desses conjuntos a ideia de uma transmissão direta, como o sentido de herança para a próxima geração não se realiza, pois são espaços em permanente construção e reconstrução. Seus usos e suas interpretações revelam a reconstrução e destruição do passado e a sua preservação como uma transformação no presente seguindo códigos, interesses e necessidades do presente.

“Para nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos físicos, vazios de significado. Toda cultura, antiga ou moderna, de nações política e socialmente complexas ou de pequenos grupos, de caçadores e coletores nômades, transforma o 'espaço físico' em 'lugar', 'território' ou 'lar'. Essa regra não se aplica apenas aos espaços privados, ao interior das casas ou aos locais de culto. Ruas, caminhos, praças, campos e montanhas, rios, praias e o mar são apropriados pelos grupos humanos de acordo com concepções que são próprias de seus modos de vida. Basta constatar, por exemplo, pescadores caiçaras em sua vida cotidiana e turistas veraneando, comparando as suas atividades, habitações e formas de sociabilidade para entender que mar, praia e mata não são apenas componentes físicos da natureza. Eles são, ao mesmo tempo, integrados em modos de vida diversos e ganham, por isso, significações particulares.” (op.cit, 1984:9)

Para o autor o patrimônio, ou o interesse pelo passado, está necessariamente conectado a uma a construção do ambiente onde se vive. Ambiente entendido tanto como lugar, quanto território, como espaço onde se realizam formas de viver distintas e contraditórias, onde

diferentes grupos sociais disputam recursos naturais e espaços num processo de apropriação e interpretação, simbólica e econômica.

Desse seminário interdisciplinar proposto pelo órgão responsável pela preservação no Estado de São Paulo, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (o Condephaat) trazemos para nosso debate sobre o patrimônio, analisado a partir do modelo de ecomuseu, o tema proposto pela museóloga Waldisa Rússio, que são os conceitos apontados por ela, com os quais os museólogos trabalham no seu cotidiano, isto é, com quais elementos culturais ele opera, caracterizados principalmente por serem ideias, processos, passíveis de análise e reformulações, muito mais do que definições definitivas.

Inicia pelo debate sobre o museu e a museologia, destacando a identificação do patrimônio como sendo um conjunto de bens culturais selecionados, sobre os quais são atribuídos significados e é essa atribuição de significado que o transforma num dado cultural, *“a partir daí, acho que há toda uma outra gama além do reconhecimento de objetos, ou seja, de elementos naturais existentes fora do homem, aos quais o homem pode atribuir função, e no atribuir função ele pode inclusive, intervir sobre esse dado natural e construir o artefato.”* (op.cit., 1984:61-62)

Rússio continua sua argumentação afirmando que a tradição não é um fato completo, acabado e estático, e que dessa forma, o patrimônio pode ser transmitido *“em termos de contemporaneidade em dados sincrônicos”*, da mesma forma que pode ser transmitido em termos de contato, de assimilação, entre outros. A tradição é um processo de passagem, uma relação dinâmica realizada com homens, entendidos como seres 'inacabados', em permanente processo de construção. O fundamental para que exista um patrimônio preservado é a sua contribuição para a definição de uma identidade cultural e que essa identidade é antes de tudo um fato cultural e político. A ideia de preservação está estreitamente interligada à ideia de patrimônio em si e também à ideia de cultura. Entendendo a cultura *“não apenas com o caráter de um vivência, de um processo, de algo que pode ser objetivamente considerado, de algo que pode ser estimulado para uma criação futura, mas sobretudo como um dado qualitativo, como um fator indispensável e muito significativo para a mudança, inclusive,*

das próprias relações sociais. É nesse sentido que a gente está colocando todo o processo.”(op.cit., 1984:63).

Em seu trabalho *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas* Meneses (2011) destaca a importância de se manter, no campo do patrimônio, uma atitude permanentemente crítica em relação às premissas que acabam por se banalizar e para isso propõe um aprofundamento crítico e uma reflexão continuada frente a algumas questões que envolvem o patrimônio.

A partir de um exemplo concreto, uma ilustração de uma senhora idosa ajoelhada rezando numa igreja e próximos a ela um grupo de turistas orientais acompanhados de um guia ocidental que toca no ombro da senhora e lhe informa que ela está atrapalhando a visita. A partir dessa ilustração o autor propõe a reflexão sobre a questão da prática e representação da cultura, sobre a materialidade e imaterialidade do bem cultural; sobre a atribuição de valores: cognitivos, formais, afetivos e éticos.

Meneses trata inicialmente do relacionamento entre os atores sociais e suas práticas cotidianas frente a uma indústria do patrimônio. A atividade cotidiana da senhora é bastante territorializada ao passo que a dos turistas é exatamente o oposto, não há nenhum vínculo com o local e não possui nenhuma relação com práticas cotidianas e usuais. Diametralmente opostas são também as formas de relacionamento com o bem cultural. A prática da oração expõe uma vida cultural qualificada pelo sentido religioso interior profundo e consciente e a vivência do patrimônio se dá por meio de uma apropriação afetiva e estética, por meio dos estímulos, de naturezas distintas, que a percepção lhe permite aprofundar. Esse aprofundamento da experiência é também cognitivo, não necessariamente de um saber especializado, mas da fruição da antiguidade do local, das “*experiências acumuladas ao longo do tempo, de enraizamentos e referências para o espaço de sua cidade e de interação com seus vizinhos, com os frequentadores e responsáveis pelos cultos, com a comunidade de fiéis. Mais ainda sua oração busca transcendência e comprometimento, que envolvem dimensões profundas e abrangente do ser, da subjetividade, de outras esferas de sua existência.*” (2011: 27-28). Já a apreciação dos turistas se dá de maneira superficial e

imediate, mais atentos provavelmente à narrativa do guia do que ao contato com o ambiente da igreja. Podemos retomar aqui o que Wright menciona sobre as visitas aos sítios históricos que criam um relacionamento fugaz entre os indivíduos e o patrimônio, na qual o lembrar é momentâneo e aqui podemos substituir pelo “conhecer apenas para esquecer” (Wright, 1985:69), já que há uma profusão de informações, mas não há nenhum enraizamento da experiência.

Meneses continua sua análise reforçando essa oposição entre práticas regulares locais e as práticas de visitação programada para facilitar a análise e discussão desse aspecto da experiência do patrimônio. Ele afirma que no caso da senhora o uso que ela faz do bem cultural é um uso existencial ao contrário do uso feito pelos turistas que é um uso cultural que elimina a prática e se restringe à representação, trata-se da substituição das condições de produção concreta, pelo simbólico. Mas reforça que não é correto considerar que a fruição do patrimônio 'regional, nacional ou o universal' demandem o esvaziamento das práticas locais, mas sim que é uma relação que demanda cuidado e reflexão. Não haveria sentido num patrimônio mundial dissociado das práticas locais.

Quanto ao aspecto da materialidade e imaterialidade do patrimônio, destacamos sua afirmação que o patrimônio material também carrega consigo uma dimensão de significado e valor que são aspectos imateriais desse bem material e o mesmo, no sentido contrário, vale para o patrimônio imaterial, que possui uma dimensão material que permite que ele se realize. Os aspectos da imaterialidade serão importantes para discutirmos o processo que levou à redação da Convenção do Patrimônio Imaterial da Unesco.

Em outro texto, *A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)* (1993) Meneses discute sobre identidade, semelhanças e diferenças refletindo sobre o problema da identidade sociocultural nos museus e as consequências dessa 'teatralização' da vida social. Retomando um trecho de um documento do Conselho Internacional de Museus (ICOM, Buenos Aires, 1986) que afirma a centralidade do problema da identidade cultural para que o museu possa “...colocar a população local em contato com sua própria história, suas tradições e valores. Por meio dessas atividades o

museu contribui para que a comunidade tome consciência de sua própria identidade que geralmente lhe foi encoberto por razões de ordem histórica, social ou racial, ou se foi apagando sob a pressão da centralização ou da urbanização” (Meneses, 1993:208 *apud* Laumonier 1993:39), e dessa forma assumir suas 'novas responsabilidades' voltadas para a transformação social. Ele discute ainda a incorporação do “trabalho sem a devida crítica”, que inegavelmente favorece a ação política, mas não contribui com a discussão sobre o fenômeno da identidade. Entende que trata-se de um processo que se fundamenta no presente ainda que apele ao passado, por meio de um incessante processo de construção e reconstrução, o qual ganha sentido e expressão nos momentos de ruptura e dessa forma só pode ser identificada com a sua historização e análise de conjunturas.

“ A identidade não é, pois, fruto do isolamento de sociedades ou grupos, mas, pelo contrário, de sua interação. Ela é crucial quando existem segmentos sociais que não se pensam como totalidades únicas” (Carvalho 1983:20 *apud* Meneses, 1993:210).

A possibilidade real que o patrimônio e os museus tem de anular as tensões e reduzir uma realidade complexa e dinâmica a um referencial fixo, imune a mudanças, leva à “reificação dos objetos, ou sua coisificação, fetichização” que induz a um engano ainda maior que é o de que eles se relacionam entre si e possuem conteúdos próprios, ofuscando que são as sociedades e os grupos que se relacionam entre si e que são eles que produzem, mobilizam e dão sentido ao referencial.

Outro aspecto do problema da identidade sociocultural nos museus e as consequências dessa “teatralização” da vida social na construção de imagens levantadas por Meneses é, novamente, a possibilidade real que o patrimônio e os museus têm de serem campo para mobilizações ideológicas e de assumirem papel legitimador. Como afirma o autor, “*A imagem que o indivíduo faz de si mesmo será utilizada para justificar ou reclamar uma certa partilha de direitos e obrigações*”; sem negar a existência do risco, nem tampouco minimizar as consequências da manipulação de dados e interpretações, argumentamos que esse risco não é exclusivo dos discursos que impactam na construção de identidades realizados pelos museus e pelo patrimônio. A identidade social não se constrói em campo neutro e sim imersa

numa complexa e dinâmica rede de interações e imagens construídas que sejam reconhecidas e aceitas socialmente.

Meneses distingue três níveis principais de amplitude e atuação dos museus: o universal, o nacional e o local/regional. No primeiro nível, o universal, seu viés ideológico da identidade pode ser identificado na atuação dos museus enciclopédicos (Louvre, Museu Britânico, Metropolitan Museum, etc.) cuja própria pretensão universalista é o sintoma de seu etnocentrismo. No caso dos museus de nível nacional é uma totalidade duvidosa que se pretende abarcar, sendo considerado pelo autor 'o de maior risco' de privilegiar o esteriótipo por meio dos inúmeros exemplares que poderiam sintetizar o 'típico' eliminando a diversidade. O autor afirma que *“seria obrigação primordial de um museu, não fornecer o 'típico' para consumo, mas condições para que se possa entender como, numa sociedade, se constrói tipicidade, como se formulam nos diversos lugares sociais e se articulam entre si (inclusive hierarquicamente) os inúmeros vetores materiais emblemáticos de objetos, práticas e valores, e como estes conteúdos 'típicos' e seus suportes são utilizados, funcionam e mudam.”* (Meneses, 1993:213-214) No terceiro nível estariam os museus locais e regionais que seriam os espaços mais indicados para a expansão dos processos de identidade. No entanto, os riscos mencionados nos exemplos acima poderiam se reproduzir, já que não há em nossa realidade espaços homogêneos e estáticos. O perigo reside na tentação de transformar esses museus em locais de compensações de determinadas perdas, simbolicamente 'recuperando' unidades ou se transformando em 'espelhos' nos quais são projetados autoimagens já atribuídas a si e refletidas de forma sedutora. *“G. H. Rivière, o grande mentor do museu socialmente responsável e inspirador dos ecomuseus, sempre chamou a atenção para estes desvios, seja do museu-refúgio, seja do museu-espelho”* (cf. Raphael & Herbérich-Marx, 1987:87, *apud* Meneses, 1993:214). Conclui afirmando que não cabe ao museu ser depositário de símbolos de uma identidade sagrada, mas sim, criar condições para conhecimento e entendimento do que seja identidade, isto é, permitir que o público compreenda os diferentes enfoques, recortes e as justificativas que se articulam e se confrontam.

Como buscamos apresentar, a noção de patrimônio que se construiu ao longo do século XX, especialmente a partir da segunda metade, integra bens naturais e culturais, móveis e imóveis, materiais e imateriais, que incluem monumentos, edificações, objetos, lugares, paisagens, tradições, saberes e práticas sociais carregados de valores que lhe foram atribuídos e que têm a perspectiva de serem transmitidos às gerações futuras de forma contínua. No entanto, sua continuidade, sua preservação está baseada numa permanente reconstrução, que resulta de seleções e escolhas feitas a partir de diferentes perspectivas e visões de mundo, num processo no qual se evidenciam disputas e interesses distintos e conflitantes que refletem permanentes exercícios de poder.

5. O patrimônio, os museus e a interdisciplinaridade

Ao tratar do patrimônio é importante ressaltar que é um campo de estudo e de trabalho caracterizado pela interdisciplinaridade, uma área de múltiplos interesses abarcando pesquisas sobre o que é escolhido para ser preservado. Como afirma Lowenthal (1985 e 1998), os historiadores buscam valorizar na indústria do patrimônio o aspecto de popularização da história que este possibilita, mas também como campo de produção de uma "má" história, aspecto negativo dessa relação largamente discutido por Samuel (1994) em *Theatres of Memory*, por Wright (1985) e por Meneses (1993 e 1994). Outras áreas como a história da arte e a arqueologia questionam a simplificação dos aspectos relativos à autenticidade e significado identificados em ações educativas a partir do patrimônio (Carman, 2002). Para Harrison (2013), tanto os sociólogos como autores que escrevem a partir da perspectiva do *cultural studies* destacam "uma certa reverência" pela seleção de vestígios materiais do passado como características integrais das sociedades pós moderna. Os geógrafos trabalham com o campo do patrimônio aproximando-o dos estudos e planejamento urbanos e processos de revitalização e gentrificação e territorialidade como componente indissociável da condição humana (Bosredon, 2011; Haesbaert, 2004; Santos, 1978). E por último, mas não menos importante, as áreas da ecologia e biologia ao discutirem biodiversidade e sustentabilidade (Davis, 2011).

Em seu texto *Do Teatro da Memória ao Laboratório de História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*, Meneses questiona o papel do museu na produção do conhecimento histórico sem ignorar a tarefa educacional, nem responsabilidades sociais e políticas. Discutindo a partir de um texto da educadora britânica Eilean Hooper-Greenhill sobre o termo Teatro da Memória, no qual ela afirma que o *Theatrum Memorial* se insere na linguagem das coleções, isto é, dos paradigmas visuais que recriam simbolicamente o mundo do conhecimento e o espaço do exercício do poder. Para ela é nessa articulação de imagens a lugares e espaços para assegurar rememoração que surge a ideia de museu como teatro da memória e dessa forma, ele opera de forma mais eficiente do que a escrita e outros sistemas intermediados de registro já que a matriz sensorial facilita a rememoração. É a partir da seleção mental operada pelo visitante que ele registra, interpreta e realiza a síntese cognitiva na apresentação visual, ganhando “notável impacto pedagógico” (1994: 9-10). Meneses afirma que essa postura caracteriza a visão dominante do que seja o museu histórico e quais suas funções, mas continua afirmando que os objetos não são só produtos, mas vetores de relações sociais, o museu só se interessa pelos objetos por causa dos seus sentidos. E nisso o museu tem condições de análise e entendimento que nenhuma outra plataforma tem em nossa sociedade. A visão iluminista advinda dos museus europeus, na sociedade de consumo, vai desembarcar na estetização do social e na transformação da história em espetáculo. Retomando a criação dos museus comunitários, desde os museus de vizinhança (*neighbourhood museums*) americanos, como o Anacóstia, em Washington, até os chamados ecomuseus, ele afirma que eles trouxeram uma renovação ao campo geral da museologia, especialmente quanto as suas responsabilidades sociais. Mas se é a dimensão do conhecimento que é a mais evidente é preciso dizer que o museu histórico deve operar com problemas históricos, isto é, problemas que dizem respeito à dinâmica na vida das sociedades (1994:10-20).

Conforme mencionamos anteriormente o museu, gestor e responsável pela preservação do patrimônio por ele salvaguardado, possui os elementos necessários para participar da formação de uma consciência crítica construída a partir de uma compreensão de história que liga o passado ao presente, visando o debate e a resolução de problemas atuais, buscando a

construção de um futuro distinto, isto é, uma visão de história que dê a base para o olhar para a frente, assentada na participação ativa da sociedade (Icom, 2008).

Os primeiros debates acadêmicos que abordaram o tema patrimônio não foram analisados sob a perspectiva de um campo interdisciplinar. As primeiras discussões, no contexto europeu, focaram nos usos do patrimônio para a construção de identidades nacionais. Refletindo sobre o desenvolvimento do patrimônio em países de tradição anglo-saxã, Harrison (2013: 95-113) afirma que os debates surgiram de forma diferenciada em distintos campos da história e da arqueologia. Mas o estudo interdisciplinar acadêmico do patrimônio cresceu a partir da crítica surgida contra o uso do patrimônio e de “invenções de tradições” pelo governo com o intuito de criar um sentimento nacionalista, em meados dos anos 1980 (*op.cit*, 2013: 96). Outro historiador que estuda o patrimônio, Patrick Wright, concorda com Harrison ao afirmar que o patrimônio foi um dos temas que permearam a campanha eleitoral de 1980. O partido conservador ganhou as eleições e o governo liderado pela primeira ministra Margaret Thatcher deu início à consolidação de seu projeto de reavivar o orgulho nacional e outros valores antigos no país como um todo, reforçando suas glórias e sua unidade (Wright, 1991: 42-48).

O trabalho dos historiadores Eric Hobsbawn e Terence Ranger *A Invenção das Tradições* (1983), para Harrison, inicia o debate. De forma provocativa, eles argumentam que muitas das tradições dos Estados contemporâneos tinham pouco embasamento histórico e que essas chamadas tradições buscavam vincular o presente dessas sociedades a um passado distante e heroico com intuito de reforçar nacionalismos. Mesmo argumentando que todas as sociedades inventam tradições e que elas tem funções específicas no contexto de cada sociedade, Hobsbawn destaca que há períodos em que essa construção de tradições é acelerada em contextos de rápidas transformações sociais e tecnológicas e que isso ocorre há cerca de duzentos anos, sendo parte do processo de criação dos estados nacionais e do processo de colonialismo:

“Essa, comparativamente recente inovação histórica, a nação, com seus fenômenos associados: nacionalismo, o estado-nação, símbolos nacionais, histórias e tudo o mais. Tudo isso repousa sobre exercícios de engenharia social

que são frequentemente deliberados e sempre inovadores porque muito do que constrói as 'nações' modernas ... está associado com símbolos apropriados e, em geral, apropriados muito recentemente ou com discursos adequadamente ajustados.” (Hobsbawn, 1983: 13-14).

Em seu texto, Hobsbawn trata da produção 'em massa' de tradições na Europa durante o período de 1870-1914 introduzindo a distinção entre as formas de tradições 'manufaturadas' pelo Estado, denominadas políticas, e as formas de tradições que foram 'manufaturadas' extraoficialmente por grupos sociais, ou “comunidades”, como o autor se refere a eles. E a partir dessa discussão se pode mapear a distinção entre patrimônio oficial e extraoficial utilizado por Harrison. Ao longo do livro os textos dos demais autores se referem sempre a exemplos de tradições inventadas ao abordarem a Escócia, a Monarquia Britânica, a Índia e a África Ocidental do período vitoriano, entre outros.

Outro trabalho de Hobsbawn no qual ele aborda diferentes aspectos que estão ligados ao ofício do historiador e que se relacionam diretamente com questões que envolvem o patrimônio é o livro *Sobre história: ensaios*. Para o estudo do movimento da nova museologia e especificamente dos ecomuseus, foco de nossa pesquisa, o texto *On History from Below*, a história de baixo para cima, ou a história das pessoas comuns traz importantes reflexões. A história dos movimentos sociais como foi traduzida na edição brasileira, tem como campo definido de pesquisa as pessoas comuns e concentra-se em suas experiências e perspectivas, em oposição a visão da história política tradicional e das ações dos "grandes personagens". Ela também se diferencia da história do trabalho tradicional, por estar mais interessada nos movimentos sociais e culturais e suas reivindicações, do que na organização da classe trabalhadora. Em parte, ela é oriunda de preocupações do grupo de historiadores do partido comunista inglês e da revista *Past and Present*, na década de 1950. A década seguinte à fundação do movimento *History Workshop* do *Ruskin College*¹⁰ testemunhou a mudança de ênfase dos debates e publicações de um marxismo rigoroso para a história das mulheres e a história oral, bem como para incentivar a participação de não-acadêmicos.

10 A Ruskin College é uma instituição educativa independente, afiliada à Universidade de Oxford, mas não é considerada parte da universidade. Fundada em 1899 é especializada em educação para adultos com pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Para Hobsbawm a história dos movimentos populares começa na verdade no século XVIII com o estudo sobre os movimentos de massa. Para o autor esse trabalho teve início com a obra de Michelet, a História de Revolução Francesa:

“A história das pessoas comuns como campo específico de estudo, ..., começa com a dos movimentos de massa do século XVIII. Suponho que Michelet seja o primeiro grande praticante da história dos movimentos populares : a grande Revolução Francesa está no cerne de seus escritos. E desde então, a história da Revolução Francesa, principalmente depois que o jacobismo foi revitalizado pelo socialismo e o Iluminismo pelo marxismo, foi o campo de provas desse tipo de história. Se há um historiador isolado que antecipa a maioria dos temas do trabalho contemporâneo, esse é Georges Lefebvre, cujo livro O Grande Medo, traduzido para o inglês quarenta anos mais tarde, é extraordinariamente atual. Para afirmá-lo em termos mais gerais: foi a tradição francesa da historiografia como um todo, embebida não na história da classe dominante francesa, mas do povo francês, que estabeleceu a maioria dos temas e até dos métodos da história dos movimentos populares, tanto Marc Bloch quanto Georges Lefebvre. Mas o campo começou a florescer em outros países apenas após a Segunda Guerra Mundial. De fato, seu avanço começou na metade dos anos 1950, quando foi possível ao marxismo fazer sua contribuição plena ao mesmo.” (Hobsbawm, 2013:282-283).

Trata-se da análise e interpretação do passado voltadas à construção de um projeto social, a compreensão dos processos históricos, por meio da rememoração, por meio das tradições ancestrais reconstruídas e reinterpretadas a cada nova manifestação, por meio da identificação de valores patrimoniais em objetos, sítios e tradições locais e regionais ou ainda por meio de um passado ainda mais distante, da formação do próprio território, da sua história geomorfológica, que reinserem os processos de ocupação do território numa nova interpretação, numa visão acerca do presente e ajudam na composição de um projeto de futuro (Fontana, 1998: 251-266).

Ao tratarmos de uma tipologia de museu que busca alcançar em relação à comunidade a valorização de seu patrimônio cultural e o fortalecimento contínuo do sentimento de pertencimento ao território, de modo que a memória coletiva possa servir como instrumento de mudança social e de construção do futuro, é fundamental ao museu atuar de forma interdisciplinar, capaz de refletir a realidade local e criar instrumentos que auxiliem indivíduos e grupos sociais na busca do equacionamento de suas questões e problemas. Pela sua natureza ativa, extensão e abrangência, as fronteiras patrimoniais e territoriais desse tipo de museu devem ter limites fluídos, capazes de retratar a própria dinâmica da vida social, podendo sofrer constantes mutações, decorrentes de um processo de criação contínuo. Interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo seus movimentos e percursos, ao mesmo tempo em que se associa a um projeto de futuro.

Na proposta desses ecomuseus também podemos identificar a influência do movimento iniciado ainda em 1929, com o início da chamada Escola dos *Annales* no qual se buscava a substituição da tradicional história narrativa pela história-problema; buscava-se fazer uma história das atividades humanas e não só uma história dos grandes feitos políticos, procurando na colaboração com outras disciplinas, como a geografia, sociologia, psicologia, economia, linguística, antropologia social entre outras, conceitos e instrumentos que permitissem a ampliação das possibilidades do fazer historiográfico.

Ao tratarmos de ecomuseus, com um recorte cronológico de longa duração, que busca criar os elos de vinculação entre comunidade e *locus*, apresentando a história ambiental, indissociável da Geografia. A *Geohistória* está presente nas narrativas desses museus, é o que vai referenciar todas as transformações ambientais e as ocupações humanas ao longo da história, inserindo a presença das comunidades contemporâneas no contexto de mais uma ocupação desse território, que por sua vez, está em permanente transformação.

Entender o patrimônio como uma construção do passado realizada no presente demanda identificar os atores e/ou grupos sociais envolvidos com as escolhas e recortes feitos, mas também o lugar no qual as seleções e as relações entre elas se estabelece. Não basta tentar entender o que é o patrimônio, mas para quem e o espaço no qual ele se insere, isto é, de

quem é o protagonismo e quais são as tensões existentes tanto na definição quanto na preservação desse patrimônio. O patrimônio fornece os referentes de significação para nos situarmos em relação ao passado. Neste sentido, não só o passado é recuperado, como também são exaltadas todas as atividades e expressões culturais que assumem dimensão territorial ao se converterem num instrumento ao serviço do fortalecimento da identidade de um grupo social.

Capítulo 2. O movimento institucional do patrimônio

Neste segundo capítulo vamos abordar as entidades criadas internacionalmente para a preservação do patrimônio cultural e natural e cujo trabalho criou as bases para que os acordos internacionais dessa área pudessem ser implementados pelos países membros, respeitadas as especificidades e o contexto de cada país.

No Brasil, além dos órgãos de preservação, introduziremos aspectos da legislação patrimonial brasileira no que se refere ao patrimônio cultural e natural e, em ambos os casos, nosso objetivo é inseri-los no contexto de expansão da ideia de patrimônio e do desenvolvimento dos ecomuseus. Um movimento que culmina com a Convenção do Patrimônio Mundial, natural e cultural, e que ao mesmo tempo estimula a valorização de patrimônios locais, sua territorialidade; a diversidade cultural, que reforça identidades e conecta diferentes atores e grupos sociais às ações envolvidas nos processos de identificação, salvaguarda, comunicação e gestão do patrimônio.

Iniciamos pela Unesco e seus órgão afiliados, o Conselho Internacional de Museus (Icom) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e da União Internacional pela Conservação da Natureza (Iunc). No próximo capítulo abordaremos a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom), organização não governamental afiliada ao Conselho Internacional de Museus (Icom), cuja criação ocorre já em meados da década de 1980.

No caso brasileiro faremos uma breve apresentação da constituição dos órgãos de preservação e no campo da legislação discutiremos os artigos referentes ao patrimônio cultural e ambiental presentes na Constituição Federal de 1988. A participação popular durante a Constituinte será discutida no capítulo 3 inserida no contexto dos movimentos populares e do papel da comunidade nos ecomuseus.

1. Os órgãos de preservação do patrimônio

“Como as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas”.

Unesco, Ato de Constituição, 1946

Para entendermos a construção desse patrimônio expandido analisamos o desenvolvimento da Unesco, órgão que, por meio da sequência de resoluções, cartas, recomendações e conferências firmados internacionalmente, foi o responsável por criar e delimitar os conceitos e orientações que nos permitem acompanhar as transformações do pensamento preservacionista ao longo do século XX e abordar os temas caros aos ecomuseus, como diversidade cultural, direitos humanos, paisagem cultural e patrimônio natural e cultural. Posteriormente à criação da Unesco, duas organizações não governamentais afiliadas na área de museus e patrimônio foram organizadas: o Conselho Internacional de Museus (Icom), em 1946 e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), em 1965.

Inicialmente restrito ao monumento e seu entorno, os documentos apontam para a ampliação das áreas identificadas que passam a abranger conjuntos arquitetônicos e posteriormente aspectos relativos ao urbanismo, ao uso dessas áreas e suas articulações inserindo a sua preservação dentro dos planos de desenvolvimento local. Nesse mesmo sentido, são incorporados aspectos relativos à arqueologia, circulação e comercialização de bens, restauração, assim como também questões relativas à garantia da qualidade de vida e proteção do meio ambiente, refletindo a compreensão de que os aspectos culturais estão ligados aos recursos naturais disponíveis, vinculados aos contextos culturais em que os bens preservados se inserem (Cury, 1999).

A ideia de patrimônio também está vinculada à valorização de identidades coletivas, a partir de um passado socialmente construído ou reconstruído, por meio da seleção de passagens, marcos e/ou feitos, escolhidos como significativos da trajetória do grupo social em questão. Esse passado reconstruído por sociedades contemporâneas e transformado em patrimônio gera, por sua vez, práticas e discursos vocalizados por numerosos atores sociais,

políticos, administrativos, econômicos ou científicos, que lhe dão a legitimidade, já que o patrimônio precisa ser conhecido, salvaguardado e valorizado por esses distintos atores sociais. A ideia de patrimônio não existe isoladamente, só existe em relação a alguém ou a alguma coisa. A transformação de um aspecto - seja ele um bem móvel ou imóvel, material ou imaterial - da trajetória de um grupo em patrimônio, se dá baseada não num voluntarismo específico, mas por meio de uma articulação complexa de relações entre os diferentes atores que viabilizam também o uso que se dará ao patrimônio, ou seja, sua instrumentalização em veículo de ações políticas e econômicas que acarretam consequências, que, por sua vez, também expõem a complexidade dessas relações ao acarretar benefícios para determinados atores sociais e problemas e/ou inconvenientes para outros.

Para a discussão sobre a Unesco utilizamos materiais publicados pela própria organização e disponíveis no Unesdoc, via portal da instituição; as cartas patrimoniais publicadas no Brasil pelo Iphan e organizadas por Isabela Cury; e os trabalhos de autores dedicados à história do patrimônio (Harrison, 2013, Bosredon, 2009, Poulot, 2009, Peixoto, 1998, 2000, Batisse e Bolla, 2003).

1.1. A criação da Unesco e seus órgãos associados: ICOM, ICOMOS e IUNC

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) é um órgão das Nações Unidas criado para contribuir para a paz por meio da educação, da ciência e da cultura com ênfase nas ações voltadas para a promoção da cooperação internacional, tanto no campo das artes quanto no estudo das formas de reconhecimento da variedade de identidades culturais existentes no mundo.

A Unesco foi oficialmente criada em 1946, quando o tema do patrimônio ganhou visibilidade como parte dos esforços de reconstrução do pós Segunda Guerra Mundial. Os países envolvidos na reconstrução tiveram que lidar com protestos contra o grande número de sítios de patrimônio cultural destruídos durante o conflito. Autores como Harrison (2013: 140-165) destacam que a criação da Unesco está inerida no contexto mais amplo de um sistema de cooperação e regulamentação internacional, criado a partir da conferência de

Breton Woods, que se materializou em organismos de regulação financeira internacional que tiveram papel chave nos processos de globalização, muitas vezes utilizando o patrimônio para seu desenvolvimento.

Os primeiros programas da Unesco refletem esse período do pós-guerras, isto é, um período marcado não apenas pela reconstrução da Europa, mas também pela independência das colônias africanas e asiáticas, especialmente da França e do Reino Unido, e ainda um período marcado pela ascensão dos movimentos ambiental e pacifista (contra a instalação de armas nucleares e a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN). Por isso, várias das ações da Unesco estavam relacionadas com domínios culturais tradicionais, como a literatura, museus, música e idiomas.

Diante de inúmeros monumentos, sítios históricos e arqueológicos e toda a destruição ocorrida nos centros urbanos durante a guerra, a Unesco, desde o seu início, teve o grande desafio de reunir recursos financeiros e técnicos para a pesquisa, planejamento e execução de suas propostas.

Para atender a amplitude dessa demanda e dessas ações a Unesco se apoiou em órgãos consultivos que pudessem mobilizar especialistas de diferentes áreas e técnicas e em diferentes partes do mundo. Na área de museus esse papel seria exercido pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), que já tinha sido precedido pelo Escritório Internacional de Museus; mas para a área de monumentos foi preciso estimular a criação de um novo órgão, o que só correu de fato em 1965, com o surgimento do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), órgão que se tornou parceiro técnico da Unesco nessa área. Para a área da salvaguarda do patrimônio natural a Unesco não possuía mandato constitucional declarado e por isso teve de se apoiar numa organização já constituída e mundialmente reconhecida, a União Internacional para a Preservação da Natureza (Iunc), criada em 1948 pela ação de seu primeiro diretor geral, o zoólogo, filósofo, educador e escritor Julian Huxley.

1.2. A criação do Conselho Internacional dos Museus (Icom)

Como já observamos, após a Segunda Guerra Mundial a Europa se deparou com inúmeras destruições de monumentos históricos e artísticos causados pela guerra que necessitaram não apenas de recursos financeiros para sua recuperação, mas também do trabalho de especialistas, o que demandou desde o início, o emprego da cooperação internacional para a reconstrução e restauração especialmente dos monumentos, os conjuntos arquitetônicos e os sítios históricos e arqueológicos.

O Conselho Internacional dos Museus, com sede em Paris, foi criado em 1946 para promover os interesses da museologia e de outras disciplinas relacionadas com a gestão e as atividades dos museus. A primeira cooperação internacional entre museus foi criada no âmbito da Liga das Nações, por meio de seu Comitê de Cooperação Intelectual que, em 1922, criou o Escritório Internacional de Museus, órgão que operou até 1946, quando foi criado o Icom. Até meados dos anos 1960, as principais atividades do Icom estiveram voltadas especialmente para os museus, as exposições e a circulação internacional de bens culturais; assim como também à conservação e restauração de bens culturais. O papel de seus primeiros responsáveis – Georges-Henri Rivière, diretor de 1948 a 1966 e Hugues de Varine, seu sucessor que ficou na direção até 1975. Esse foi um período importante para a definição da filosofia da associação. (Poulot, 2013:17).

O Icom possui uma intensa produção técnica e teórica realizada no âmbito de seus subcomitês. Para nossa pesquisa utilizamos como recorte os documentos do Icom referenciados na base de dados do Movimento para uma Nova Museologia (Minom) o . O documento de criação do Icom é elencado na cronologia do Minom como o primeiro documento em referência à história do Minom. No registro do documento ele é descrito da seguinte maneira:

“Nasce um Órgão Consultivo da Unesco para assuntos do Patrimônio com 14 Países. Organizado o Centro Internacional de documentação Unesco-Icom. Primeira visão supranacional e organizada do Patrimônio. Chauncey Hamlin presidente.” (Minom, 2005).

1.3. O criação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) com sede em Paris, foi criado em 1965, como organização não governamental e é um conselho que exerce um papel de consultoria, junto à UNESCO, especialmente no que se refere à elaboração de Listas do Patrimônio Cultural. Sua criação resulta das recomendações oriundas da Carta de Veneza, documento que resultou do II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em 1964.

A primeira resolução daquele Congresso estabeleceu a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, mais conhecida como Carta de Veneza. A Carta de Veneza assumiu a forma de um tratado internacional, estabelecendo os marcos para a preservação e restauração de monumentos e sítios históricos. A segunda resolução criou o próprio Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) para acompanhar a implementação da Carta. No mesmo ano da criação do Icomos (1965) houve uma reunião em Washington que tentou organizar um fundo internacional '*World Heritage Trust*' para “a preservação de sítios históricos e áreas naturais e de beleza cênica para o presente e futuro dos cidadãos do mundo todo” (Unesco, 2008).

No ano seguinte, 1966, houve em Veneza, uma grande inundação que acionou novamente a cooperação internacional levando ao estabelecimento de uma segunda campanha internacional para a salvaguarda do patrimônio, com ampla divulgação de imagens que reforçaram o sentimento de vulnerabilidade do patrimônio e a necessidade de ações globais para a sua preservação (Harrison, 2013: 61).

As resoluções da Carta de Veneza estiveram refletidas também na proposta apresentada por outra organização afiliada à Unesco, a União Internacional para a Preservação da Natureza (Iunc), que em 1972 apresentou-as à Conferência sobre Ambiente Humano. A Conferência redigiu o texto base da Convenção Referente à Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural (Convenção do Patrimônio Mundial) adotada na décima sétima Conferência Geral da Unesco em 1972.

1.4. A criação da União Internacional para Conservação da Natureza (Iunc)

A Iunc foi criada em cinco de outubro de 1948, em Fontainebleau, França, e no prefácio do Boletim de sua criação, o então presidente Dr. Ch. J. Bernard afirma que os membros não pretendiam inaugurar a proteção internacional à natureza e reconheciam como movimento genuíno em favor da proteção dos recursos naturais outras iniciativas tomadas desde o início do século XX, destacando a figura pioneira do suíço Paul Sarasin, criador não só do movimento nacional capaz de atuar em favor da preservação dos recursos naturais, mas também da criação do Parque Nacional Suíço (1914), nos Alpes Centrais. Ciente das necessidades de um acordo internacional que unisse as diferentes legislações e coordenasse a implantação das ações de proteção à fauna e flora 'ameaçadas pela civilização humana' (Iunc, 1948:3), já em 1913, Sarasin conseguiu estabelecer um documento que veio a ser assinado em Berna, na Suíça, contando com a participação de alguns países, mas a eclosão da primeira guerra mundial interrompeu a ação, que ensaiou um ressurgimento após o término do conflito, mas efetivamente só foi retomada após o final da Segunda Guerra Mundial. Os esforços dos grupos envolvidos nas tentativas de criar uma proteção internacional visavam a proteger remanescentes intocados da natureza da 'destrutiva' ação humana em sua incessante exploração dos recursos naturais.

Uma sequência de encontros foi realizada em Fontainebleau dias antes da criação da União Internacional para a Proteção da Natureza (Iunp), iniciados pela fala do Diretor-geral da Unesco, Julian Huxley, que destacou como a conservação dos recursos naturais deu origem a uma série de problemas relacionados aos três objetivos principais da Unesco: educação, ciência e cultura. Em 1947, a Assembleia Geral já havia decidido recomendar uma conferência técnica, depois dos trabalhos da Conferência Científica das Nações Unidas para a Proteção da Natureza que seria realizada em 1949, para o debate sobre conservação e uso dos recursos naturais. E foi nesse contexto que a Unesco, por meio de seu Diretor-geral, sugeriu a criação da União Internacional de Proteção da Natureza. O tema da proteção da natureza por meio da educação e da popularização foi amplamente reforçado.

Dois Comitês – o de Credenciais e o de Nomeações – foram organizados, contando com a participação de vinte e um governos, representados por delegados com plenos poderes. O Brasil fez parte do Comitê Financeiro, composto por doze membros das seguintes delegações: Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, França, Holanda, Polônia, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos e Venezuela. O Comitê Programático estabeleceu algumas atividades iniciais, que partiam de um levantamento nacional para identificar as condições que havia para a proteção da natureza e principalmente os meios empregados para o ensino “*para as massas na conservação dos recursos naturais*”; do exame das legislações em vigor; da introdução de autoridades competentes que garantissem que o tema da proteção da natureza estivesse incluído nos programas educativos de todos os níveis; o levantamento extensivo das espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção e a produção de um *index* de filmes que pudessem ser úteis na popularização da ideia da proteção da natureza. O Comitê programático aprovou que um corpo de especialistas, conjuntamente com os governos envolvidos, deveriam examinar as eventuais transformações da flora, da fauna e das camadas superiores dos solos sob influência direta da ocupação humana. (Iunc ou Iunp, 1948: 5-10)

No período entre guerras foi fundado o Escritório Internacional para a Proteção da Natureza (1928) cuja fusão com a União Internacional para a Proteção da Natureza (Iunp) em 1956 deu origem à União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (Iunc).

1.4.1.A Delegação Brasileira, Cândido de Mello-Leitão

Segundo a lista de delegados presentes à Conferência de Fontainebleau a delegação brasileira contou com apenas um membro, o zoólogo e professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), o sr. Cândido de Mello-Leitão. No Brasil, ele trabalhou em conjunto com intelectuais e funcionários públicos na luta pela implementação de políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro. Para dois autores que pesquisaram o trabalho de Mello-Leitão, “*O grupo empenhou-se em articular propostas relacionadas ao conceito de proteção à natureza com um projeto político mais amplo, de cunho nacionalista ... Data dessa época a edição da primeira geração de leis brasileiras de proteção da natureza – o*

Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas, o Código de Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, instituídos entre maio de 1933 e outubro de 1934.” (Franco e Drummond, 2007, p. 1265-1290).

Ainda segundo os autores, a perspectiva de Mello-Leitão era a de uma natureza “*bela e harmônica*”, que poderia ser manejada pelo homem, desde que com base em conhecimentos científicos. Para Mello-Leitão, era fundamental prever os efeitos da ação humana sobre os equilíbrios bióticos.

“...acreditava que o Estado tinha o dever de controlar o uso dos recursos naturais nas propriedades privadas. Alertava para o fato de que, no Brasil, a queimada e a derrubada das florestas ainda eram os principais métodos agrícolas. Enxergava, portanto, a necessidade de uma mudança de hábitos, para a qual as autoridades deveriam contribuir educando, investindo na pesquisa científica, fiscalizando, orientando a produção econômica para atividades e técnicas que não comprometessem os recursos naturais e a diversidade de espécies. O extrativismo e o aproveitamento dos frutos das árvores silvestres, por exemplo, constituíam, para o autor, modelos de iniciativa econômica compatível com a conservação das florestas.” (Franco e Drummond, 2007: 1265-1290).

Apesar da atualidade das opiniões de Mello-Leitão que constam nos cinco livros por ele escritos entre 1935 e 1947 e discutidos por Franco e Drummond, os autores constataam que tanto o trabalho de Mello-Leitão quanto o de seus colegas do Museu Nacional do Rio de Janeiro “*permanecem desconhecidos*” pelas vozes que se articulam contra o uso irracional da terra e dos recursos naturais no Brasil, já que grande parte da obra desse grupo de pensadores não consta dos catálogos das editoras especializadas e consequentemente está fora do alcance de novos públicos (Drummond, 2007: 1265-1290).

2. O movimento em direção à ideia de Patrimônio Mundial

Veremos em qual contexto histórico nasce o conceito de Patrimônio Mundial, qual a sua definição original, como ele evoluiu e quais são as críticas e as questões que se podem

formular a partir da relação entre o patrimônio mundial e o local, expresso em nosso trabalho na ideia do ecomuseu.

Buscamos construir um breve retrospecto dos movimentos da Unesco até a criação do conceito de patrimônio mundial e sua relação com o patrimônio local. Há outras convenções e recomendações que vão construindo a ideia de um patrimônio de todos que fosse gerido inicialmente por normas internacionais.

Documentos chaves para a constituição do patrimônio mundial

A noção de patrimônio cultural nasceu da adoção da Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, na Conferência Geral da Unesco, em 16 de novembro de 1972. Os objetivos da Unesco foram desde o início amplos e ambiciosos: 'construir a paz na consciência dos homens, por meio da educação, da ciência, da cultura e da comunicação'. O projeto que deu origem à Unesco nasce do espírito de uma reunião entre os ministros da educação do bloco aliado, a CAME (Conferência de ministros aliados de Educação), em 1942. Como escreveu Bosredon (2008: 15-25), a guerra ainda não tinha acabado e eles já discutiam a reconstrução dos sistemas educativos. O projeto rapidamente toma amplitude mundial e novos governos, como o dos Estados Unidos decidem participar. Ao final da guerra, em Londres, ocorre uma conferência das Nações Unidas para o estabelecimento de uma organização educativa e cultural, que reuniu representantes de quarenta países, que ao final assinam¹¹ o Ato de constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A intenção dos membros fundadores era que a entidade deveria estabelecer a “solidariedade intelectual e moral da humanidade” e dessa forma, pudesse impedir a eclosão de uma nova guerra mundial. A ideia central é a da solidariedade mundial que é empregada anos mais tarde no conceito de patrimônio mundial. Já no Ato de Constituição da Unesco (artigo I, 2.(c)) há menção ao 'patrimônio universal' tanto no documento em francês, quanto em espanhol, embora na versão em inglês o termo

11 A constituição da Unesco foi assinada em 16 de novembro de 1945 e entrou em vigor em 4 de novembro de 1946 depois de ter sido ratificada por vinte países: África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, República Dominicana, Tchecoslováquia, Turquia. (Unesdoc, portal unesco.org, acessado em 20 de abril de 2014).

empregado seja *inheritance*¹² e não *heritage*¹³ como nas declarações posteriores. Na versão original em espanhol:

“Ayudará a la conservación, al progreso y a la difusión del saber:

Velando por la conservación y la protección del patrimonio universal de libros, obras de arte y monumentos de interés histórico o científico, y recomendando a las naciones interesadas las convenciones internacionales que sean necesarias para tal fin;

Alentando la cooperación entre las naciones en todas las ramas de la actividad intelectual y el intercambio internacional de representantes de la educación, de la ciencia y de la cultura, así como de publicaciones, obras de arte, material de laboratorio y cualquier documentación útil al respecto;

Facilitando, mediante métodos adecuados de cooperación internacional, el acceso de todos los pueblos a lo que cada uno de ellos publique.”

Dentre os temas de interesse do patrimônio são geralmente destacados os aspectos identitários, de valores e históricos, sejam eles individuais ou coletivos, locais, regionais, nacionais ou mundiais, e também como elementos ativos do processo de constituição, percepção e compreensão individual e coletiva. Como discutimos no capítulo anterior, o patrimônio é objeto de estudo de diferentes áreas e a produção acerca do tema reflete ainda com frequência a perspectiva de cada uma das disciplinas. Estudos interdisciplinares vêm demonstrando como as experiências de implantação e manutenção do patrimônio na esfera local impactaram a definição de patrimônio em esfera global (Harrison, 2013: 42-47).

É no século XX que um conjunto de convenções e recomendações desenvolvidas e coordenadas pela Unesco viabilizaram um regime do patrimônio comum em escala mundial. Um patrimônio da humanidade que busca preservar sua diversidade e opera como acervo de uma herança comum e indivisível; que sendo insubstituível é, também, indissociável tanto da história da humanidade, como do seu futuro. Esta noção de patrimônio viria a compreender

12 Definição segundo o Oxford Dictionaries (2015): 1.uma coisa que é herdada; 1.1. o ato de herdar.

13 Definição segundo o Oxford Dictionaries (2015): 1. propriedade que é ou pode ser herdada, uma herança; 1.1.objetos importantes a qualidades como edifícios históricos e tradições culturais que tem sido passadas de geração em geração.

não só bens patrimoniais do meio ambiente, mas também bens culturais capazes de tornar visíveis os laços e dependências intergeracionais de uma “comunidade humana” (Peixoto, 2000). Esse arcabouço de normas, recomendações e procedimentos estabelecidos para os chamados patrimônios mundiais da humanidade, valem também para as esferas nacionais, guardadas as diferenças e especificidades de cada país.

A noção de um patrimônio comum da humanidade surgiu em final dos anos 1960, no contexto da Guerra Fria e do pós-colonialismo. Destinava-se a preservar os direitos dos países do chamado 'Terceiro Mundo' em espaços mundiais que estavam fora de alcance para os Estados subdesenvolvidos e criar um quadro em que os benefícios dos recursos naturais seriam mais equitativamente redistribuídos. As grandes críticas que se dirigem à noção de patrimônio são que ele não encontra fundamentação jurídica no direito internacional, e que ele beneficia apenas as economias mais desenvolvidas. No entanto, princípios e éticas que foram originalmente relacionadas a este conceito ainda são relevantes. Em um esforço para reascender a discussão sobre “patrimônio comum”, justiça e equidade, numa nova retórica para transmitir a noção de patrimônios mundiais (Bosredon, 2008: 15-25).

É no pós-guerras que os países reunidos na ONU assinam uma convenção que defende a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado (1954). A Convenção de Haia define como ação de proteção a realização de um inventário, ou melhor, um recenseamento de bens patrimoniais considerados por especialistas de valor inquestionável. Os Estados signatários ficam proibidos de expor os bens patrimoniais a alguns dos riscos comuns em caso de conflitos armados, tendo a obrigação de implementar ações de proteção, que visam evitar roubos e exportações desses bens culturais durante os conflitos. Em 1957, foi realizado o “Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos”, que visava constituir um corpo científico de intervenção em todos os domínios das áreas de conservação e gestão do patrimônio cultural (Harrison, 2013: 56-67).

A “Segunda Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos”, teve lugar em Veneza, em 1964. Nela pela primeira vez países não europeus tiveram acento, Tunísia, México e Peru. Suas resoluções introduzem uma alteração significativa em relação

ao que ficou estabelecido na conferência anterior: há uma expansão territorial e paisagística a ser considerada na preservação de um bem patrimonial que passa a englobar, para além dos edifícios individuais com valor monumental, os conjuntos construídos e o tecido urbano: cidades, bairros, centros históricos etc. Os monumentos históricos individualizados surgem na Carta de Veneza (1964) como sendo apenas parte de uma herança em crescimento por via da anexação de novos tipos de bens. Começa assim a desenvolver-se uma concepção de patrimônio que levaria, mais tarde, à ideia de um patrimônio urbano.

Entre essas duas conferências internacionais ocorreram três iniciativas importantes no domínio da conservação e proteção do patrimônio. A primeira é a Carta de Atenas, resultante do “Congresso Internacional de Arquitetura Moderna”, realizado em Atenas, em 1933, onde se destaca a preocupação com a salvaguarda dos valores arquitetônicos como a expressão de uma cultura e que correspondem a um interesse geral, mas que só passaram a ser implementados de fato após o final da Segunda Guerra Mundial.

A necessidade de políticas que visassem o desenvolvimento do conceito de “colaboração internacional” e “patrimônio da humanidade”, pelo menos para o patrimônio material, móvel e imóvel, foi fortemente sentida após a campanha de Núbia, no Egito.

Pouco tempo antes, em 1956, haviam sido aprovadas pela Unesco, para o seu programa de 1957-1958, as recomendações que definiram os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas, documento denominado Recomendações de Nova Delhi, destacando logo de início o interesse comum e a compreensão mútua entre os povos, considerando que o *“conhecimento das obras do passado podem facilitar grandemente a compreensão mútua entre os povos”* e que *“a história do homem implica no conhecimento das diferentes civilizações; que é preciso, portanto, em nome do interesse comum, que todos os vestígios arqueológicos sejam estudados e, eventualmente, preservados e coletados”*.

Em 1959 a UNESCO iniciou a campanha de doações por solicitação das autoridades do Egito e do Sudão, visando a salvaguarda dos monumentos da Núbia. Nessa região do Egito,

próximo ao Sudão, após onze anos de construção, a nova barragem de Aswan e seu reservatório, o Lago Nasser, no rio Nilo, foram inaugurados, em 1971. A construção encerrou com o ciclo natural de cheias e vazantes do rio Nilo que passou a ser controlado pelo homem e ao mesmo tempo se transformou num grande empreendimento para o fornecimento de energia renovável, mas provocou grandes impactos ambientais e gerou muita controvérsia. A criação do Lago Nasser demandou a realocação do templo de Abu Simbel a fim de evitar que ficasse submerso. Noventa mil egípcios *fellahin* (camponeses) e Núbios, sudaneses nômades, tiveram que ser realocados. Cinquenta mil egípcios foram transportados para o vale Kawm Umbû, cerca de 50 km ao norte de Aswan para formarem uma nova zona agrícola e a maioria dos sudaneses foi reassentada próximo a Khashm al-Qirbah, no Sudão. A obra gerou vários efeitos negativos, mas o principal foi a gradual queda de fertilidade e consequentemente de produtividade das terras agriculturáveis às margens do Nilo. As cheias transportavam sedimentos que desde então permanecem retidos no reservatório e nos canais, tendo que ser substituídos por fertilizantes artificiais(Encyclopædia Britannica Online , 2015).

Para a salvaguarda do templo e demais monumentos foram realizadas cópias e fotografias de todos os monumentos, a pesquisa arqueológica foi intensificada e alguns monumentos foram trasladados de seu sítio original, como ocorreu com os templos de Abu Simbel, desmontado, pedra por pedra, e reconstruído, entre 1963 e 1968, numa montanha artificial sessenta e quatro metros acima do sítio original; no caso de vários outros objetos e mesmo templos desmontados seu destino foram museus internacionais para os quais o governo do Egito os ofereceu. A decisão de construção de uma barragem que inundaria o vale no qual se encontrava um importante sítio arqueológico gerou uma grande preocupação e motivou o lançamento de uma campanha internacional. A campanha internacional foi considerada pela própria UNESCO como o exemplo mais significativo de mobilização da opinião pública mundial em favor da salvaguarda de um patrimônio cujo valor extrapolava as fronteiras locais, regionais e nacionais.

Em 1962 as recomendações para a salvaguarda da beleza e do caráter de paisagens e sítios naturais, em seus princípios gerais, estabelecia que não apenas estas, mas também as paisagens e sítios cuja formação se deve a obra do homem, incluindo sítios urbanos

ameaçados especialmente pela construção e especulação imobiliária e incluía uma proteção especial para as áreas próximas de monumentos (Unesco, 1962).

Em 1966, a décima quarta sessão da Conferência Geral da Unesco adotou a Declaração sobre os Princípios da Cooperação Cultural Internacional. Para um dos membros que participou da elaboração da Convenção do Patrimônio Mundial, Michel Batisse, a cooperação internacional sobre o patrimônio cultural teve um longo percurso antes de se estabelecer como instrumento oficial da Unesco. Ela esteve inicialmente focada na troca de experiências, posteriormente num número restrito de projetos pontuais, antes de se dirigir mais diretamente para uma ação internacional baseada numa fundamentação jurídica dotada de meios significativos para ser implementada (Batisse e Bolla, 2003: 15-16).

Consideramos que na Declaração sobre os Princípios da Cooperação Cultural Internacional há uma série de pontos que já antecipam o que será abarcado pela Declaração do Patrimônio Mundial, como a proposição de estimular o estudo mais aprofundado “das necessidades culturais da sociedade moderna em suas várias formas”, a referência a “sua herança comum”, a relevância de se estudar a relação “do homem com seu ambiente natural, social e cultural, a fim de contribuir com seu propósito espiritual e material em sua existência individual e social” e ainda a afirmação de que os princípios da Declaração são “extensão natural dos esforços” em prol da “.. universalidade e diversidade”. Na versão oficial em espanhol:

“...d) Las necesidades culturales de la sociedad moderna

10. Con miras a garantizar a todos los hombres un disfrute cada vez más pleno de su herencia cultural común, y una participación plena en las actividades culturales, la Unesco debe emprender un estudio a largo plazo de las necesidades culturales de la sociedad moderna en sus varias formas, y determinar los medios más adecuados para satisfacerlas. Otro estudio debe abarcar las relaciones del hombre con su ambiente natural, social y cultural, a fin de contribuir a su propósito espiritual y material en su existencia individual y social.

11. Los sectores del programa comprendidos bajo el concepto general de

cultura deben integrarse en la unidad orgánica y equilibrada del programa; por lo tanto, debe permitírseles desarrollarse, pero de una manera que responda a las exigencias de dicha unidad, de la cooperación intergubernamental efectiva y de la rápida evolución de las ciencias sociales y humanas y de los medios de comunicación. Además, los programas de la Organización en su conjunto deberán contribuir también al desarrollo de la cultura nacional en sus Estados Miembros.

12. La Declaración de los Principios de la Cooperación Cultural Internacional, aprobada con motivo del vigésimo aniversario de la Unesco, constituye una extensión natural de tales esfuerzos en lo que se refiere a los intercambios culturales entre los pueblos y concede una significación mayor a la noción de la universalidad en la diversidad.” (Unesco, 1966: 85).

Essa declaração não faz parte da seleção organizada por Isabella Cury e publicada pelo Iphan, Cartas Patrimoniais, tampouco da seleção organizada por Judite Primo de documentos fundamentais da museologia e patrimônio, publicados nos Cadernos de Sociomuseologia (nº15,1999), mas faz parte da seleção organizada pela Unesco sobre a criação do conceito de Patrimônio Mundial e trataremos dela abaixo já que a Declaração sobre a Cooperação Internacional, assim como o sucesso da campanha da Núbia e os princípios de Veneza, 1970, são consideradas as bases da declaração sobre o patrimônio mundial de 1972 (Unesco, 2003).

A Declaração estabeleceu as características essenciais das políticas de cooperação internacional da Unesco no campo da cultura, ao afirmar que cada cultura tem uma dignidade e um valor que deve ser respeitada e preservada; que cada povo tem o direito e o dever de desenvolver sua cultura; e que todas as culturas fazem parte do patrimônio comum que pertence a toda a humanidade, dando a base para o desenvolvimento futuro das políticas de patrimônio cultural no âmbito da Unesco.

O outro documento considerado base da Declaração do Patrimônio Mundial é fruto de uma conferência presidida por René Maheu, realizada em agosto de 1970, em Veneza, intitulada Conferência sobre Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros de

Políticas Culturais (Unesco, DG/70/11, 1970), cujo propósito era examinar o papel das autoridades públicas na definição e no alcance dos objetivos do desenvolvimento cultural, na promoção e organização do desenvolvimento cultural, na pesquisa sobre políticas culturais, na cooperação cultural internacional e o papel da Unesco na campo das políticas culturais.

Dessa Conferência resultou uma publicação, *Cultural Development: experiences and policies* (1972), que trata de diferentes aspectos da indústria cultural e do papel das autoridades públicas. Dividido em sete capítulos, o documento, que discute modelos e possibilidades de atividades culturais, busca organizar e resumir os resultados de pesquisas, de ideias e propostas coletivas, que subsidiaram diversos encontros internacionais, os quais, por sua vez, têm sido '*capazes de desenhar conclusões objetivas*' sobre o tema das atividades culturais. Todos os capítulos contam com exemplos de casos considerados de sucesso que indicam caminhos propostos pelos temas específicos abordados. No entanto, em seu prefácio, evidencia como a sensação de novidade do momento, de ruptura com o passado, demandou novas propostas e atitudes, inclusive das autoridades públicas, e a necessidade de construção de políticas culturais, principalmente '*a luz das novas mídias e das transformações em padrões e formas de vida*' (Unesco, 1983:12).

Os temas abordados nessa publicação se relacionam diretamente com o patrimônio, e especificamente com estratégias de democratização cultural, dos quais destacamos o capítulo três, intitulado “Animação”, pois nele o caso do ecomuseu Le Creusot Montceau-les-Mines é tratado em um contexto de valorização da participação de atores e grupos sociais em atividades culturais significativas para eles, isto é, na valorização da cultura local e na importância da cultura no processo de conscientização dos indivíduos a fim de que eles estejam mais preparados para se reconhecer, participar e se adaptar a '*um mundo instável e em transformação*', temas aos quais retornaremos no capítulo seguinte.

O capítulo “Animação” trata da crescente demanda por comunicação estimulada pelos veículos de comunicação de massa, e de como se poderia fazer a passagem de um público passivo, receptor para um público ativo. O objetivo cultural seria a mediação entre uma torrente de mensagens audiovisuais e o “*apetite do receptor*”, saindo do entretenimento

mediático e passando para a atividade cultural. Uma atividade cultural pautada no entendimento de que a democratização da cultura falhou ao tentar oferecer aspectos da 'alta' cultura para amplos públicos e que o objetivo deveria ser o de uma 'democracia cultural', promovendo a autoexpressão de culturas particulares e a possibilidade de relacioná-las por meio de veículos de comunicação. A animação cultural é entendida como diferentes estratégias que facilitem o acesso tanto de grupos quanto de pessoas, de forma participativa e criativa, visando melhorar determinadas habilidades como adaptabilidade, capacidade de comunicação e habilidade para participação ativa no dia a dia do grupo social, reforçando sua personalidade e independência. ,

“Abarca toda uma gama de atividades específicas que demandam comunicação entre membros de uma comunidade e cada indivíduo da comunidade a participar da vida cultural. Resumindo, o conceito de animação inclui as noções de comunicação, participação e adaptação a um mundo instável e em transformação” (Unesco, 1972).

Reproduzimos abaixo trecho que trata do Museu do Homem e da Indústria em Le Creusot no qual já aparece caracterizado como um ecomuseu e no qual a Animação tem papel fundamental para garantir a formação, a participação, estimular o diálogo e contribuir nessa interação com a formação de uma visão crítica sobre a sua realidade.

“O Museu do Homem e da Indústria em Le Creusot (França) (Unesco [1972], 1983:90-91)

O museu é exatamente o que o seu nome sugere: é um museu de uma típica região industrial. Le Creusot e Montceau-les-Mines tornaram-se símbolos da Revolução Industrial. Portanto, é natural que as pessoas desses duas cidades desejassem preservar memoriais associados com a história da Revolução Industrial e usá-los de forma a respaldar o entendimento dos antecedentes do nascimento e crescimento da sociedade industrial.

No entanto, esse museu é também um 'ecomuseu'. O ecomuseu representa um

radical distanciamento em relação a concepção tradicional de um museu. O objetivo é usar o museu para mostrar as realidades da vida humana em termos espaciais e temporais, em ambos contextos, naturais e culturais. Portanto, um centro interdisciplinar, não apenas um edifício contendo lembranças do passado. Seu objetivo é manter vivo um conhecimento do passado no sentido de explicar a situação presente e suas consequências para a vida das gerações futuras. O 'ecomuseu' busca evitar consentir em generalizações ou pretensões ao limitar essa abordagem integral, portanto ele se refere unicamente à Le Creusot e Montceau-les-Mines, as duas cidades para as quais ele foi fundado.

Ele foi instalado numa grande casa de campo que até recentemente fora a casa da família do industrial Schneider. Os cinco departamentos do museu estão respectivamente preocupados com a história da indústria e da tecnologia, arte popular e tradições, natureza e meio ambiente, arqueologia e arquitetura e história social e econômica. Uma das características desse museu é que ele não possui os tradicionais 'guias'; pelo contrário, ele tem animadores que podem atrair a atenção do visitante para diferentes exposições e outras atividades e organizar palestras, simpósios e seminários para o público em geral. Eles também podem organizar exposições itinerantes e, em particular, assessorar grupos e indivíduos visitantes que estejam fazendo uma visita de estudo. Já que não há espaço de guarda, os cômodos podem ser usados para receber grupos de pesquisadores e estudantes. Cômodos estão também disponíveis pra atividades ah doc que estejam conectadas com a vida cultural da região. O museu, que é o único desse tipo, é o centro da atividade cultural em Le Creusot e participa ativamente na vida da região.” (Unesco [1972], 1983)

A parte do trabalho de Augustin Girard - autor convidado pela organização da conferência para redigir o livro *Cultural Development: experiences and policies*, assistido por Geneviève Gentil - que interessa a nossa pesquisa trata do papel que os atores ou grupos sociais desempenham junto ao patrimônio cultural e natural. Os ecomuseus propõem uma forma de se relacionar com sua realidade a partir do patrimônio, assim definida, em 1980, por Georges-

Henri Rivière, um dos formuladores dessa tipologia de museu. Na versão traduzida pela editora:

“ Un ecomuseo es un instrumento que um poder público y una población conciben, fabrican y explotan conjuntamente. Dicho poder, com los expertos, las facilidades, los recursos que él le proporciona. Dicha población, según sus aspiraciones, su cultura, sus facultades de aproximación.

Un espejo em el que essa población se mira, para reconocerse em él, donde busca la explicación del territorio al que está unido, junto al de las poblaciones que la han precedido, en la discontinuidad o la continuidad de las geraciones. Un espejo que essa población presenta a sus huéspedes, para hacerse comprender mejor, em el respeto a su trabajo, sus comportamientos, su intimidad. Una expresión del hombre y de la naturaleza. El hombre es allí interpretado em su medio natural. La naturaleza está em su salvajismo, pero tal y como la sociedad tradicional y la sociedad industrial han adaptado su imagen.

Una expresión del tiempo, cuando la explicación remonta hasta la aparición del hombre em la región, se escalona a través de los tiempos prehistóricos e históricos que ha vivido y desemboca em la época actual. Con una apertura hacia el mañana, sin que por ello el ecomuseo tome decisiones, sino que juegue, em este caso, un papel de información y de análisis crítico.

Una interpretación del espacio. De espacios escogidos, donde el visitante pueda reposar, o caminar.

Un laboratorio, em la medida em que contribuye al estudio histórico y contemporáneo de essa población y de su medio y favorece la formación de especialistas em sus campos respectivos, em cooperación com las organizaciones de investigación que no pertenecen al ecomuseo.

Un conservatorio, em la medida em que ayuda a la preservción y a la valoración del patrimonio natural y cultural de essa población.

Una escuela, em la medida em la que asocia a essa población com sus acciones de estudio y de protección, em la que incita a un mejor análisis de los problemas de su próprio estudio y de protección, em la que incita a un mejor análisis de los problemas de su próprio futuro.

Ese laboratorio, esse conservatorio y essa escuela se inspiran em principios comunes. La cultura que ellos invocan hay que entenderla em su sentido más amplio, al tiempo que se consagran a dar a conocer la dignidad y la expresión artística de las diversas capas de la población de las que emanan las diferentes manifestaciones. En el ecomuseo la diversidad no tiene límites, habida cuenta de las diferencias existentes. La población no se encierra em sí mesma, sino que recibe y da.” (Rivière, 1989:191-192)

Essa apresentação do ecomuseu introduz pontos que são importantes na escolha e valorização de patrimônios locais como o aspecto do espaço. Não se pode falar de um ecomuseu sem considerar seu território, um determinado território no qual habitam grupos sociais, unificados aqui sob o termo população. O território, ao lado do aspecto identitário, aqui expresso na ideia de espelho e a expressão do tempo que conecta o passado ao presente, visando o futuro, são os aspectos que consideramos mais relevantes para a compreensão da forte relação que se estabeleceu no Brasil entre a ideia de um patrimônio expandido e os movimentos sociais.

2.1. O patrimônio mundial, cultural e natural

A Convenção de proteção do patrimônio mundial cultural e natural adotada pela décima sétima sessão da Conferência Geral da Unesco, em 1972, veio a ser o instrumento final de um processo e o mais importante para a implantação do conceito de patrimônio mundial. Esta convenção compromete os Estados signatários com a proteção, no interior e no exterior das suas fronteiras, dos monumentos e sítios que possam ser vistos pela comunidade humana como testemunhos únicos da diversidade das criações da humanidade e como repositórios de um patrimônio comum. Este documento visa consolidar o conceito de patrimônio mundial, procurando defini-lo e estabelecendo a necessidade de se desenvolver mecanismos que promovam a sua salvaguarda. As reações surgidas a ele apontam para o caráter intervencionista que o patrimônio adquire nesse momento, pois ele justificaria que um Estado estrangeiro não apenas participasse, mas interviesse nas ações do país sede de um determinado patrimônio. O texto da Convenção se justifica afirmando que esses bens têm um

valor universal e um interesse excepcional que pedem que a humanidade no seu conjunto se empenhe na sua salvaguarda. Outro ponto inovador da Convenção de 1972, que diz respeito ao nosso tema, está em reunir as noções de cultura e de natureza, até então situadas em campos opostos. A inclusão de bens culturais na noção de patrimônio mundial confere ao patrimônio todo o seu sentido, constituindo-se este como um fundo que não é apenas legado, mas que é também intencionalmente ampliado por via de uma acumulação contínua de uma variedade de bens. Por isso, este fundo de bens é tido por um capital indivisível que tem de ser gerido em proveito de todos os seus titulares. Sendo um produto de várias gerações, e caracterizando-se, assim, por uma diversidade sem fim, ele pertence a uma comunidade alargada às dimensões planetárias.

A Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 resulta de um processo iniciado com as grandes campanhas de cooperação internacional para a salvaguarda de grandes monumentos e sítios históricos e arqueológicos destruídos pela guerra, pelo clima (Veneza) ou em via de destruição em nome do desenvolvimento econômico (Abu Simbel), aprofundado na segunda metade dos anos 1960. Segundo Batisse e Bolla (2003: 16-17), entre os anos de 1968 e 1969 uma série de reuniões entre especialistas foram feitas a fim de aprofundar a ideia expressa na décima quarta Conferência Geral da Unesco (1966) de:

“ ...colocar sob um regime internacional apropriado ... um número restrito de monumentos que passam a integrar o patrimônio cultural da humanidade”
(Unesco, 1966 apud Batisse e Bolla:16-17).

O historiador francês Dominique Poulot entende o texto da convenção como a conceitualização de um patrimônio mundial, que por si só é o fato mais marcante da evolução do patrimônio. Para ele, o patrimônio mundial não trata apenas de alargar consideravelmente a noção de monumento, nem, tão pouco, se limita a fomentar um diálogo internacional. Trata sim de promover o abandono da imagem de um patrimônio definido e confundido com os valores de referência da leitura ocidental da História, em proveito de um inventário de variações de artefatos da humanidade tanto no espaço, quanto no tempo (Poulot, 1992: 27). A declaração do patrimônio mundial leva os Estados a subscreverem a noção de universalidade da cultura através do reconhecimento de culturas específicas (Parent *apud* Poulot, 1992: 27).

Neste sentido, as mudanças não ocorrem apenas na forma de reconhecimento e instituição de um patrimônio, mas estão claramente manifestadas também nas suas finalidades.

No entanto, segundo Batisse - que nesse momento era o diretor da divisão de recursos naturais do setor de ciências - até então, ainda que se pudessem antever questões relacionadas ao patrimônio natural, aquelas eram discussões e estudos voltados apenas para o patrimônio cultural; a discussão conjunta só foi oficializada em junho de 1970. Segundo ele, referências a um patrimônio da humanidade já haviam sido feitas em diversas outras ocasiões, como fica claro na 14ª Conferência Geral de 1966. Mas uma noção de patrimônio da humanidade, que comportasse tanto o patrimônio natural quanto o cultural, foi apresentada durante a discussão sobre a criação do '*World Heritage Trust*' em Washington, EUA (1965). Batisse menciona o importante papel que teve Russell Train, então presidente da '*Conservation Foundation*' e Joseph Fisher presidente da '*Resources for the Future*', que tratavam da possibilidade de criação de um fundo internacional, o '*World Heritage Trust*' que seria responsável pelo patrimônio mundial, um patrimônio que abarcasse os bens culturais e sítios naturais.

Como afirmou Batisse a primeira preocupação de um comitê sobre recursos naturais só dizia respeito aos sítios naturais. A UICN já tinha destacado o significado internacional dos parques nacionais. A ideia de 'patrimônio mundial' aplicada à natureza era de certa maneira uma transposição em escala internacional da própria noção de parque nacional. Em junho de 1966 durante da 9ª Assembleia Geral da UICN em Lucerna, na Suíça, Joseph Fischer, presidente da *Resources for the Future* (RFF)¹⁴ falou sobre a proposição de colocar a proteção da natureza sob o mesmo plano (e mesmo fundo de financiamento) que a proteção da cultura, ideia que para Batisse, apesar de “sem dúvida sedutora e oportuna”, não foi o centro das preocupações que giravam mais em torno das formas de financiamento, tanto do patrimônio mundial quanto da própria UICN. A ideia vinha sendo debatida desde 1965, mas foi apenas em 1971, nos Estados Unidos, sob o governo de Richard Nixon, ao longo das preparações para as comemorações do centenário do Parque Nacional de *Yellowstone*, que foi anunciado

14 **Resources for the Future** (RFF) é uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa de recursos naturais e meio ambiente, especialmente por meio de pesquisas das áreas de economia e ciências sociais. Foi fundada em 1952 e é reconhecida como uma das pioneiras nos estudos sobre recursos econômicos. www.rff.org

que alguns sítios naturais, históricos e culturais de valor universal único seriam reconhecidos como fazendo parte de um *World Heritage Trust*, sendo autorizado pelo presidente Nixon que o Departamento do Interior avançasse com a proposição no plano internacional.

Ainda segundo Batisse _ que apresenta em seu trabalho uma descrição detalhada dos bastidores da preparação da Conferência de Estocolmo sobre meio ambiente (1972) -, havia iniciativas semelhantes sendo discutidas em diferentes fóruns – Unesco, UINC, World Heritage Trust - e descreve, a partir de sua perspectiva como membro da UICN, como se constituiu a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

“Quanto aos representantes da Unesco, eles estavam numa situação desconfortável de reivindicar a responsabilidade pela convenção que vinha sendo discutida sem, no entanto, poder apresentar nenhum esboço de sua proposta, pois a inclusão dos sítios naturais ainda não havia sido incluída. O único resultado positivo foi que, por diferentes razões, todo se encontravam finalmente de acordo para a redação de um texto único que tratasse tanto da natureza quanto da cultura. No mais a UINC viu seu projeto ser útil ao precisar que patrimônio mundial deveria ficar restrito a um número limitado de sítios naturais e sítios culturais” (Batisse e Bolla 2003: 25-26).

A Convenção do Patrimônio Mundial ocorreu num momento crucial de transformações para o patrimônio, quando o interesse pelo tema passou a crescer de forma acelerada num contexto de forte industrialização e mudanças sociais. Para nós é importante entender como um conjunto de ideias criadas e desenvolvidas no contexto europeu, com forte vinculação nacionalista, se expande e se transforma novamente ao chegar ao contexto latino-americano, especificamente o brasileiro. Uma ideia de patrimônio expandida ao ponto de abarcar todo um território, sua gente e sua história e sob uma perspectiva temporal igualmente expandida, remontando a períodos geomorfológicos muito antigos e refletindo as diferentes transformações pelas quais esse território passou, implica necessariamente na compreensão de um reunião indissociável entre o patrimônio natural e o cultural. Esta ideia está no caminho que leva ao conceito de ecomuseu e por isso nos deteremos um pouco mais nela.

3. O meio ambiente chega aos museus

“O efêmero não é mais o homem, mas sim a natureza...”

(Gérard Simon, 1991)

Como afirmam os organizadores do simpósio Museologia e Meio Ambiente (1990), realizado em Lyon, França, desde os anos 1970 o meio ambiente é um tema presente nas questões que envolvem os museus e embasou inúmeras iniciativas por parte do ICOM, como o simpósio de mesmo nome, *Museums and the Environment* realizado em Paris, em 1972; no mesmo ano em que a Unesco realizou em Estocolmo, Suécia a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, primeiro grande evento internacional sobre meio ambiente, cujo documento final é conhecido como a Declaração de Estocolmo. O tema do meio ambiente voltou a ser debatido no âmbito do Icom quase duas décadas depois, em 1990, dois anos antes da realização da ECO-92, no Rio de Janeiro, Brasil. Os encontros organizados para debater o tema no âmbito dos museus tiveram início com o evento organizado pelo Comitê Internacional para a Museologia, na Zâmbia, *Museologia e Meio Ambiente*, em 1990; do Comitê Internacional para Ações Educativo Culturais, em Botsuana, *Educação em museus e o meio ambiente cultural e natural*, em 1990; do Comitê Internacional para Museus de História e Arqueologia, na Dinamarca, *As mudanças da paisagem cultural*, em 1990; o Dia Internacional de Museus, de 1992, com a adoção do tema *Museus e o Meio Ambiente* para incentivar ações em diferentes partes do mundo. Mas apesar disso, para o vice presidente do ICOM à época, Sr. Herbert Ganslmayr, essa relação entre museus e meio ambiente ocorria de forma superficial e não levava aos resultados esperados. Em 1974, a definição de museu do ICOM foi alterada e passou a incluir “uma instituição a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”, marcando um momento decisivo para os museus que se abriam às preocupações contemporâneas e reconheciam a necessidade de se envolver com políticas de desenvolvimento. Ao longo do simpósio são analisados, por diferentes especialistas, diversos ângulos dessa relação, como por exemplo o tema “o meio ambiente como um patrimônio natural ou social” que discutiremos quando abordarmos a passagem dos parques nacionais para os ecomuseus; e o museu como um meio governado pela *rationale* da Indústria Cultural que discute a inserção do museu num circuito de turismo cultural, recepção de visitas

massivas, comercialização de produtos museológicos e as novas relações comerciais entre produtores e distribuidores, que trazem desafios importantes para o caso dos museus.

O primeiro encontro sobre museus e meio ambiente foi realizado no mesmo ano da Declaração sobre Ambiente Humano, mais conhecida como Declaração de Estocolmo (1972). Do segundo encontro mencionado, realizado na Zâmbia, destacamos a abertura de Peter Van Mensch que complementa o simpósio de Lyon e a de André Désvallées.

Na abertura Van Mensch destaca que os temas dos simpósios do comitê internacional para a museologia focam na interrelação de três parâmetros: sociedade, objeto e museu. Fazendo referência ao tema do simpósio Museus e Meio Ambiente, retoma a discussão sobre qual a extensão do objeto museológico. Haveria um limite para a sua extensão? O que poderia ser considerado objeto de museu? Para os que defendem um limite em sua definição, o objeto de museu estaria restrito aos objetos como parte de coleções. Para os que defendem sua extensão, ela significaria a ampliação do escopo da museologia para todo o campo do patrimônio cultural e natural. Nesse caso, o termo "objeto museológico" foi introduzido preliminarmente definido como qualquer elemento pertencente ao domínio da natureza e cultura material considerado relevante para ser preservado, tanto *in situ* quanto *ex situ*, ou por meio de sua documentação. O tema escolhido expressou a tendência na prática e na teoria da expansão da definição de objeto museológico, expansão e contextualização do objeto, o que no caso do meio ambiente podem ser exemplificadas pelo crescente respeito à integridade das redes de relacionamento entre o objeto e o meio ambiente selecionados. Não houve nenhuma casualidade na escolha do tema, pois é um momento no qual o conteúdo da museologia parecia ter mudado de estudos de museus para estudos do patrimônio. Van Mensch afirma que “há uma crescente preocupação que o trabalho de museus deveria ser visto no contexto de nossas preocupações sobre o nosso patrimônio total, o que por sua vez, deveria ser visto no contexto de nossa preocupação com a sobrevivência da espécie humana”(ICOFOM, 1990:14). A inter-relação paisagem - museu envolve não só paisagem como tema de exposição de museus, mas trata da paisagem como sendo ela mesma um museu cujo exemplo poderia ser o Ecomuseu. Para a discussão ele propõe os seguintes eixos:

A) teoria museológica e meio ambiente	B) pratica museológica e o meio ambiente
---------------------------------------	---

a) <i>in situ</i> versus <i>ex situ</i>	a) reconstruindo a paisagem no contexto do museu tradicional
b) preservação dinâmica versus estática	b) museus como centros de atividades extra muros

Os pontos levantados por Van Mensch mostram alguns dos desafios que a inclusão do meio ambiente como objeto de museu apresentou para a área e, nos eventos mencionados acima, o impacto que as questões ambientais e do patrimônio - especialmente após a Declaração de Estocolmo e do Patrimônio Mundial - tiveram sobre os museus.

De volta ao simpósio de Lyon, embora o tema ecomuseus só apareça em dois momentos ao longo do livro, ele traz uma retrospectiva da história da criação das noções de parque natural e ecomuseus, feita por Jean-Claude Duclos e uma análise sobre o ativismo em ecomuseologia feita por Pierre Mayrand . Vamos acompanhar alguns dos aspectos dessa relação entre museus e meio ambiente tratados nesse simpósio que consideramos importante também para a discussão sobre ecomuseus.

Seguindo os dados por eles consultados para a elaboração do simpósio, foram identificadas três formas dos museus abordarem a questão ambiental. Como a tendência é sempre associar o termo meio ambiente à ecossistemas, o foco fica restrito à relação entre animais e seu habitat e nesses casos, em geral, o ecossistema mais exposto é a floresta tropical. Uma segunda abordagem usualmente empregada é da relação do homem com o meio ambiente, com foco nas questões de poluição, água e lixo, isto é, com foco na destruição e na perda provocada pelo modelo de civilização dominante no planeta. Há ainda uma terceira abordagem que se volta para o meio ambiente humano, mas são poucos os museus que a utilizam; , em geral estes focam na relação entre os ambientes humanos e naturais e o impacto do ambiente humano no ambiente natural. Da mesma forma, quando o tema é o ambiente social, o que geralmente é apresentado é a dimensão social do homem na sua relação com o ambiente natural. O sistema de representação que revela a consciência ecológica ficou centrado na oposição entre a natureza, entendida em sua fragilidade e as ações humanas na natureza, entendidas como força destrutiva.

Os debates do simpósio apontam, a partir do caso americano, que o tema preservação da natureza surge da relação do homem com a natureza, da qual ele é inseparável, e progressivamente gerou o que veio a ser entendido como o conceito de meio ambiente. O movimento pela preservação da natureza ocorreu em paralelo com o reconhecimento da evolução da ecologia como uma disciplina científica, cujas raízes podem ser encontradas em meados do século XIX, seguindo pelo nascimento da ecologia, no início do século XX, da moderna ecologia, por volta dos anos 1940, e da ecologia planetária, a partir de 1960, evolução esta proposta pelo ecologista Jean-Paul Deléage autor do livro *Histoire de l'écologie* (1991).

A origem do tema da preservação da natureza, final do século XIX, está profundamente ligada à relação do homem com a natureza. Neste primeiro momento de crescimento industrial e desenvolvimento desenfreado da urbanização que marcou este período, a natureza foi vista sob ameaça, embora tratada como espaços míticos localizados fora da 'fronteira' do desenvolvimento, fronteira móvel e indefinida, que opôs a vida selvagem, o espaço intocado à civilização. E é dessa relação que nasce o movimento “conservacionista”¹⁵ e também uma rede de parques naturais e florestas estabelecidas no Canadá e nos Estados Unidos. O movimento teve início com a Guerra Civil americana e tem seu término marcado pelo final da Primeira Guerra Mundial. Esse movimento inicial se dividiu em duas ramificações, que viam a participação do homem de maneira distinta: a humanidade pertence a natureza ou a humanidade está acima da natureza. A sua preservação deveria ser feita pela conservação em si, antes de qualquer abordagem sobre os conhecimentos que se poderia tirar dela, ou da preservação de recursos naturais para usos econômicos futuros. Os autores destacam que por mais ativo que o movimento conservacionista tenha sido, jamais questionou a ordem política e econômica, pois o progresso seria inevitável e a garantia de avanços.

Dessa forma o movimento conservacionista estaria em oposição com o movimento ambientalista, especialmente com as posições assumidas na Conferência do Rio de Janeiro,

15 Os principais autores do movimento conservacionista mencionados pelo simpósio são Henry David Thoreaus, Roland Jager, Hery Williamson, Jacquetta Hawkes and Scott Russel Sanders.

em 1992, que questionou o conceito de desenvolvimento econômico baseado na superexploração sistemática de recursos naturais e na perpetuação do consumismo.

O movimento conservacionista não deixou de existir durante o período de entre guerras até os anos 1960, mas perdeu força. O impacto destrutivo do desenvolvimento, durante os anos 1920 e 1930, tornou-se uma preocupação para um público maior a partir dos casos que expunham o perigo do emprego de pesticidas à base de arsênico, preocupação que foi postergada pela Segunda Guerra Mundial. No pós-guerras com o crescimento econômico acelerado que permitiu a alguns países aumentar seu padrão de vida, o tema poluição deixou de ser uma prioridade. Esse sentimento de urgência e prioridade da questão ambiental foi retomada nos anos 1960 e 1970 e se mantém, de formas variadas, desde então.

Foi ao longo dos anos 1960 que a questão ambiental chegou ao grande público e se tornou um problema a ser debatido e enfrentado. O exemplo escolhido pelos autores, a poluição, tem como veículo de comunicação a publicação de '*Silent Spring*', na revista *New Yorker*, vindo posteriormente a ser lançado no formato de livro (1962) com grande repercussão. Esse caso permitiu ao grande público leigo conhecer de forma acessível os resultados de pesquisas científicas, de uma forma que mostrava como a ecologia poderia ser compreendida a partir da relação entre toxicologia e epidemiologia. A mobilização da opinião pública a respeito repercutiu como nunca antes e medidas de regulamentação e até de banimento de determinados pesticidas, foram implementadas.

O desenvolvimento da ecologia foi muito importante para o movimento conservacionista, pois segundo Deléage, este começou a emergir nos círculos acadêmicos, entre os anos de 1860 e 1890, e no início do século XX só um grupo restrito de classe média se identificava com ele e buscava formas de escapar dos danos provocados pela questão ambiental. O movimento ambiental, por sua vez, mostrava em que medida a relação histórica do homem com a natureza resultava de uma sucessão dinâmica de inter-relações, na qual uma geração deixava para outra um ambiente transformado e remodelado, ao qual ela deveria se adaptar. A questão que o movimento ambiental colocou foi a de que essas consequências não ocorriam mais dentro de um processo regular, mas essas inter-relações dinâmicas, associadas à escala

dos danos, geraram também consequências sociais ao afetarem toda uma região, podendo impactar a estrutura econômica e os 'equilíbrios' sociais. Os autores se apoiam na análise proposta por Paehlke, em seu livro *Environmentalism and the Future of Progressive Politics* (1989), que afirma que o ambientalismo se diferencia do conservacionismo em cinco aspectos, a saber, por:

- 1) ser político e ideológico;
- 2) ser anti tecnológico;
- 3) entender a natureza como parte integral da biosfera e não como algo distante dos centros urbano;
- 4) questionar o modelo de desenvolvimento econômico baseado no aumento contínuo de produção e consequentemente;
- 5) rejeitar o consumismo que caminha passo a passo com o produtivismo.

Refletindo sobre o patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas, Peixoto (2000) argumenta que a proteção ao meio ambiente se tornou um desafio global para a humanidade a partir do desenvolvimento massivo dos armamentos nucleares e dos receios gerados pelas explosões atômicas de Hiroshima e Nagasaki, que evidenciaram o desconhecimento profundo dos efeitos das radiações nucleares. Além da destruição provocada pela ação humana, há outros desastres naturais que são fruto do desenvolvimento, bem como outras situações bélicas que abalaram a Europa Ocidental, como a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que provocou grandes manifestações contrárias e criou o contexto para o surgimento dos movimentos ambiental e pacifista europeus.

E é também nesse contexto que a relação entre o crescimento populacional, o aumento da poluição e a crise energética ajuda a delinear no âmbito do movimento ambientalista a noção de desenvolvimento sustentável, baseado na ideia de que o desenvolvimento deve levar em conta a capacidade de sustentar a vida, o que por sua vez demanda a mudança nos modos de produção e questiona o desenvolvimento econômico, já que o meio ambiente passa a ser considerado um entidade econômica (Goodland *apud* Davallon *e.al.*, 1992). Há uma mudança no discurso e na ação; já não se trata mais de reformar o sistema. Internamente o movimento

ambientalista se divide entre os que defendem uma tradição mais conservacionista, com foco nas áreas intocadas da natureza, nas espécies ameaçadas e na vida selvagem, e outra que demanda mudanças mais profundas.

Como vimos acima, o primeiro simpósio organizado pelo ICOM que debateu a chegada das questões ambientais aos museus ocorreu em 1972, na França. O Icom organizou também outras ações sobre o tema em diferentes países como mencionamos anteriormente, e na edição de 1990, realizada também na França, em Lyon, debateu-se o tema num momento em que as questões ambientais repercutidas por diferentes organizações e grupos militantes da causa, tanto de base local quanto de expressão nacional, adquiriram peso político e a transformaram em uma das maiores questões para as sociedades contemporâneas. Em alguns países os movimentos se transformaram em partidos políticos. Para o sociólogo Denis Duclos (1989 e 1991), no contexto europeu as formações políticas de base ecológica são herdeiras de várias práticas e demandas que por muito tempo as mantiveram afastadas de outros movimentos sociais, como os sindicatos; o ponto em comum entre elas está em serem herdeiras dos movimentos políticos alternativos dos anos 1970, baseados na luta contra a repressão e pela criação de uma economia alternativa.

Duclos continua afirmando que o quadro das várias formas de consciência ecológica não ficaria completo sem mencionar abordagens - em grande medida muito distintas - que surgiram nos países em desenvolvimento. Ele identificou três formas de abordagem:

1) a do desenvolvimento ecológico, que está de acordo com uma pedagogia do autodesenvolvimento;

2) a do etnoecologismo; a etnoecologia se refere ao estudo científico de como diferentes grupos humanos, vivendo em lugares diferentes, entendem o ecossistema em que vivem e suas relações com os ambientes à sua volta e como essa relação complexa tem sido sustentada ao longo do tempo. O etnoecologismo é como os grupos sociais organizados lutam pela preservação dos ecossistemas nos quais se baseiam para se sustentarem;

3) a de uma ecologia que conecta os temas dos riscos para a produção da natureza e os temas relacionados aos interesses do Terceiro Mundo. (Duclos, 1991: 111-112).

Apesar das diferentes abordagens e recortes o que se pode constatar é que uma consciência ecológica expressa nos diferentes continentes, por diferentes grupos, já identificou que para se lidar com questões de meio ambiente a questão deve ser tratada em escala planetária. E isso marca uma mudança de paradigma, no qual a preservação da natureza tem sido inserida e vinculada à crescente preocupação sobre as consequências das transformações do meio ambiente para a sobrevivência da espécie humana, acompanhada de um sentido de urgência e certo desencanto. (Jodelet, Scipion, 1992 *apud* Davallon *e.al.*, 1992).

A consciência ecológica se desenvolveu de fato a ponto de se tornar uma forma de pensamento e um modo de representação caracterizado pela busca por novas formas de relacionamento entre a humanidade e o planeta, um modo de pensamento que penetrou em diferentes campos sociais como a política, a administração, os grupos de interesse, as companhias, a economia, o direito, entre outros. A consciência ecológica que é herdeira de várias tradições e composta por tendências diferentes, ainda que por vezes bastante próximas, foi incorporada pelas pessoas, por programas e práticas à complexa natureza do que não pode ter seu equilíbrio desajustado.

Segundo Peter Davis¹⁶, em seu livro *Ecomuseum, a sense of place* (1999, 2011) o termo ecologia foi cunhado em 1866 pelo zoologista alemão Ernst Haeckel (1834-1919) para descrever as complexas relações entre organismos. Atualmente já possui status de ciência especializada sendo seu conceito utilizado por diferentes áreas do conhecimento como o estudo do comportamento, da psicologia, das comunidades e dos ecossistemas. De diferentes dicionários de língua inglesa definem a ecologia como o estudo das relações entre organismos e meio ambiente. Já o termo meio ambiente é definido como relacionado ao mundo natural, sendo a soma de todos os seres vivos e não vivos (luz, água, geologia) de um local específico.

¹⁶ Peter Davis é formado em biologia marinha, oceanografia e ecologia, tendo trabalhado em organizações voltadas à conservação e parque naturais, antes de começar a trabalhar em museus como curador especialista. Atua nesta área há mais de vinte anos tendo dado início à área de *Museum Studies* na Universidade de Newcastle em 1992.

A palavra meio ambiente (*environment*) pode também ser empregada como sinônimo de ecossistema, termo por sua vez criado pelo botânico inglês Sir Arthur George Tansley (1871-1955), em 1935, para descrever não apenas a relação entre organismos, mas a interação com seu meio ambiente físico. Com destaque para o vínculo que possuem com a dimensão geográfica ou territorial, estando associados a locais e regiões específicas.

Na França, embora a ecologia seja considerada uma ciência, o público em geral associa o termo mais ao movimento político (ecologismo) do que a uma ciência. Dessa forma, é um termo que pode significar coisas distintas para diferente grupos, o que pode provocar equívocos.

No Brasil o dicionário Houaiss (2009) define ecologia de forma similar à francesa, sendo seu primeiro sentido o da ciência biológica, 'ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si ou com o meio orgânico ou inorgânico no qual vivem'; por analogia, 'o estudo das relações recíprocas entre o homem e seu meio moral, social, econômico'; em linguagem informal é sinônimo de ecologismo e ambientalismo; sendo ainda definida pela ecologia vegetal como 'estudo das relações entre as plantas e seu ambiente'. O termo ambientalismo datado de *circa* 1975, é definido como 'conjunto de ideias, ideologia ou movimento em defesa da preservação do meio ambiente' e como 'movimento político cujas principais preocupações são os efeitos da poluição ambiental e o consequente comprometimento da qualidade de vida; movimento ecológico'. Já o termo ecologismo datado de *circa* 1990 é um 'movimento que visa a um melhor equilíbrio entre o homem e seu meio natural, assim como à proteção deste [baseia-se na defesa de que apenas mudanças radicais na estrutura da sociedade industrial moderna podem reintegrar o homem à biosfera.]'; e também como 'corrente política que defende tais ideias'; 'movimento ou ação e ideias que patrocina a luta por postulados ambientalistas (usado, por vezes, pejorativamente)'. Assim como em francês, também em português o termo pode significar coisas distintas para diferentes grupos e em diferentes situações.

No simpósio *Museology and Environment* (Lyon, 1990) as diferenças e aproximações entre os termos 'ecologia' e 'ambientalismo' foram largamente discutidas e sendo um evento

organizado pelo ICOM - por meio do *Musée de la Civilisation* do Québec, no Canadá - as diferenças entre os movimentos europeus, 'ecologistas', e norte americanos, 'ambientalistas', foram as mais discutidas. O pensamento de André Gorz (1990), um dos primeiros teóricos da ecologia política, foi retomado para esse debate. Para ele “a abordagem ambientalista impôs restrições e novos limites para a expansão da *rationale* econômica desenvolvida pelo capitalismo, mas essas restrições não afetaram a sua lógica original de permanente expansão mercantilista e de acúmulo de capitais. Por outro lado, a abordagem ecológica implicaria numa mudança de paradigma, cujo objetivo seria a redução da esfera da *rationale* econômica e comercial dominante e colocá-la a serviço de finalidades sociais e culturais não quantificáveis”. Mas apesar das diferenças em ambas, isto é, de manutenção da lógica de expansão mercantilista e de priorização de finalidades sociais e culturais não quantificáveis, pode-se identificar um crescimento da preocupação e aprimoramento da gestão do meio ambiente.

A abertura do simpósio contou com a participação de Joël Rosnay¹⁷ que tratou do que ele definiu como 'paradoxo ecológico' para a discussão da relação entre meio ambiente (*environment*) e ecologia. Para ele o paradoxo está em que ecologia pode ser considerada como um conjunto de fatos, enquanto que o meio ambiente está relacionado a práticas. Para ele há outra relação que deveria ser explorada nesse paradoxo, que é aquela que existe entre ecologia e economia. Ambas “possuem a mesma raiz grega: *oikos*, que significa *casa*, - casa no sentido mais amplo do termo – *logos* que significa *ciência* e *nomos* que significa *regra*. *Oikos-logos*, do qual deriva ecologia, a ciência que estuda a casa planetária na qual vivemos e da qual somos as células, e *oikos-nomos*, economia, que é a regra da boa gestão da casa”. Mas a economia e a ecologia distanciaram-se e se opuseram uma a outra e hoje estão separadas quando há todos os motivos para que caminhem juntas. Conclui dizendo que ecologia não é uma disciplina, é um continente em si mesma, ela seria uma meta disciplina, englobando várias outras. É um conceito integrador e sistêmico.

¹⁷Joël de Rosnay é Doutor em Ciências e Presidente Executivo da Biotics Internacional. Conselheiro da presidência do *Cité des Sciences et de l'Industrie de la Villette*, do qual foi diretor de prospecção e avaliação até julho 2002. Entre 1975 e 1984, foi diretor de pesquisa aplicada no Instituto Pasteur. Ex-pesquisador e professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) no campo da biologia e ciência da computação, foi adido científico na embaixada da França nos EUA.

E como vimos, na Declaração Sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, é no âmbito do meio ambiente que começa a se moldar a ideia de que a humanidade tem um patrimônio próprio cuja preservação é vital para assegurar a sua sobrevivência. A ideia de patrimônio comum da humanidade é melhor compreendida quando associada aos recursos naturais da terra, do mar e do ar que respiramos e a muitos outros atributos da natureza que deveriam ser partilhados da mesma forma por todos.

4 A Natureza nos Museus

Os museus tratam das questões referentes à natureza desde muito antes do surgimento do tema meio ambiente. Tradicionalmente foram os museus de história natural os que o fizeram de forma sistemática, por meio da incorporação de coleções que podem ser caracterizadas pelo acúmulo de espécies e as exposições desenhadas de forma a exibí-las organizadas em linhas taxonômicas que buscavam demonstrar uma “ordem natural”. É a relação do homem com a natureza nos domínios do conhecimento (Van Praët, 1989). A natureza como objeto da ciência, mas de forma autônoma, dissecada e classificada, retirada da relação com o homem e suas ações. O homem também era exposto, mas enquanto espécie e como tal era exposto numa coleção crescente que permitia sua identificação, nomeação, em uma ordenação racional.

Expor a natureza pela reunião e descrição de exemplares foi uma forma bastante popular empregada pelos museus ao longo do século XIX. E dessa realidade surge o debate acerca da pertinência de seguir uma exposição taxonômica ou uma exposição contextualizada, especialmente por meio de dioramas (Boas, 2004(a); Davallon, 1988, Davis, 2011, Van Praët, 1989). Mas é também no século XIX que os museus de história natural passam a incorporar as novas visões sobre a relação das espécies e seu meio, como fruto dos trabalhos de Buffon, Lamarck, Wallace, Darwin entre outros (Deléage, 1991). Muito antes do meio ambiente se tornar uma questão social, os museus de história natural já descreviam diferentes habitats. O emprego do recurso de dioramas que remontam ao século XVIII e que se desenvolveram nos museus de história natural no início do século XX, eram formas de expor o habitat da forma como eram concebidos pelos museus e de representá-los para o público, atuando como

“relato e interpretação do mundo natural pelo estabelecimento de símbolos e significados socialmente compartilhados. Os dioramas reforçam os aspectos urbanos dos museus: a visão da natureza através de uma janela” (Silva, 2013). Nessas exposições o visitante só tinha acesso à construção da ciência por meio da representação do diorama, ou seja, o esforço mental que deveria empregar para reconstruir o discurso científico estava baseado na encenação a qual ele assistia. (Davallon et al. 1992). Durante a primeira metade do século XX os museus de história natural mantiveram, majoritariamente, o discurso sobre a natureza baseado na apresentação das espécies e grupos e na descrição do habitat. Uma mudança importante foi o uso de achados paleontológicos que permitiram a representação das transformações do meio ambiente por meio da descrição das sucessivos períodos geológicos e exposições sobre a história da vida. O mesmo processo ocorreu nos zoológicos que, após anos contextualizando o habitat do animal por meio de cenários dentro das jaulas, passaram a considerar, já no início do século XX, todo o parque como uma composição de paisagens. Foi só a partir do início dos anos 1960 que mudanças na forma de expor a natureza, o homem e suas relações com o meio ambiente começaram a ocorrer.

4.1. Dos parques nacionais ao ecomuseu

Para essa análise, partimos do trabalho Peter Davis, *Ecomuseum, a sense of place* (2012). Ele é formado em biologia marinha, oceanografia e ecologia, tendo trabalhado em organizações voltadas à conservação e parques naturais, antes de começar a trabalhar em museus como curador especialista. Atua nesta área há mais de vinte anos tendo dado início à área de *Museum Studies* na Universidade de Newcastle em 1992. Essa formação permitiu ao autor discutir as definições de ecologia e de meio ambiente no contexto museológico, mais especificamente, no contexto dos ecomuseus, que aqui nos interessam.

Em seu livro, Davis destaca que mais recentemente o termo ecologia foi introduzido em outras áreas do conhecimento para além das ciências naturais, especialmente onde o foco está na observação das relações espaciais. O autor discute o conceito de ecologia humana - estabelecido como um campo sociológico nos anos 1920, e considerado uma subdisciplina da geografia, da antropologia, da psicologia, e da ecologia - que provê uma moldura para o

entendimento do espaço ambiental em sua interdependência com as pessoas e suas instituições, tanto na zona rural quanto urbana. De forma variada, essa perspectiva sociológica das interações humanas com seu meio ambiente e seus recursos naturais ajuda a justificar o uso do prefixo ‘eco’ para os ecomuseus.

Apesar do sufixo 'eco' a maioria dos ecomuseus tratados na segunda parte do livro de Davis não tem foco específico em questões ambientais, mas nas relações humanas com o território e com aspectos particulares do meio ambiente, como por exemplo: o Ecomuseu della Canapa na Carmagnola, Itália'; o Ecomuseu dell'Argilla também na Itália, em Cambiano; o Ecomuseu de Seixal em Portugal; o Ecomuseu de Metepec no México; e o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, Santa Cruz, Rio de Janeiro. O meio ambiente é a combinação das paisagens naturais com as quais os grupos humanos envolvidos têm familiaridade (por exemplo, praia, rio, açude, mata, cerrado, etc) e aquela parte do nosso mundo na qual é mais evidente a parcela de criação e interferência humanas. Para o conceito de ecomuseu o meio ambiente inclui elementos materiais como ocupações e as pessoas que nelas vivem, edifícios individuais, artefatos culturais, padrões de usos da terra e animais domésticos, e elementos imateriais como as tradições e festivais. Para esse autor, é possível expressar o que significa nosso meio ambiente humano usando outros termos: “condições”, “contexto”, “domínio”, “habitação”, “localidade”, “lugar”, “cena”, “cenário”, “situação”, “arredores” e “território” no qual se vive. Essas alternativas ao termo meio ambiente - que reflete o meio ambiente natural, fabricado e social no qual as pessoas vivem - seriam termos mais úteis quando se considera os eixos de operação do ecomuseu (Davis, 2012:4-5)

O termo território não indica apenas os limites geográficos do ecomuseu, mas assume a conotação dos temas e comunidades que o ecomuseu abarca. Consequentemente, o prefixo “eco” demanda no caso dos ecomuseus uma flexibilidade considerável; deve se referir não só a uma dimensão espacial, mas a mudanças e interconexões temporais. O ecomuseu não apenas abarca tudo na sua área geográfica, mas enfatiza a complexa rede de *links* entre os sistemas físico, químico e biológico e as atividades humanas. Davis cita o trabalho de outros dois autores que pesquisam ecomuseus, Corsane e Holleman (1993), que afirmam que “protagonistas de um ecomuseu ideal acreditam que em todas as atividades desempenhadas

por esse tipo de museu os aspectos ecológicos e ambientais devem ser considerados e enfatizados”, só serão verdadeiros se uma definição alargada do que constitui o meio ambiente for adotada. Corsane e Holleman, reconhecem a necessidade de se entender o meio ambiente numa visão holística, sugerindo que

O ambiente total abarca aspectos tanto do natural como do humano com um sistema muito intrincado e interconectado. Essa rede reúne tanto elementos biofísicos quanto elementos que foram manipulados, modificados ou construídos pelo homem, assim como elementos intangíveis como a economia, a cultura e a dimensão política que também é parte integral do ambiente humano. (Corsane e Holleman, 1993, apud Davis, 2011:5)

Ecomuseus não estão preocupados só com os ambientes contemporâneos, com as paisagens naturais ou construídas que nos cercam agora; eles são também museus de tempo em adição a museus de espaço. Portanto, os elementos do nosso meio ambiente que são importantes para os indivíduos porque estabelecem uma ligação com o passado são os elementos maiores do ecomuseu. Consequentemente, evidências de ambientes no passado vivos - um carvalho antigo, um alagadiço que tenha construído uma paisagem, a qualidade posta em risco das águas de um rio, ou ainda tradicionais exemplares de vida - assumem um significado especial. Também são significativos os elementos tangíveis deixados por nossos antepassados - qualquer vestígio, desde pinturas rupestres, utensílios, monumentos arqueológicos, edificações, circuitos do gado, fábricas abandonadas e construções ligadas à agricultura - elementos do ambiente construído que nos ligam ao passado. Os ecomuseus servem para conservar e interpretar todos os elementos do meio ambiente mencionados acima com o intuito de estabelecer um tratamento de continuidade com o passado e um sentido de pertencimento ao território.

Na França, Georges Henri-Rivière desenvolveu a ideia de ecomuseu, provavelmente com base nas visitas que realizou aos museus a céu aberto (open air museums) nos anos 1930; experiência de museu que nasceu na Suécia no final do século XIX. Segundo Duclos, Georges Henri-Rivière que acompanhava o trabalho de Jean Blanc na formação de futuros diretores dos novos parques naturais “imaginava criar dez ou mais museus a céu aberto nos

parques nacionais, podendo reunir 130 tipos de casas francesas rurais”. Duclos afirma que a ideia se desenvolveu até que em 1972, no simpósio sobre Museus e Meio Ambiente organizado pelo Icom a primeira definição de ecomuseu foi apresentada (Duclos, apud Davallon et al, 1992:95-97).

Outra autora que discute a relação do patrimônio natural, patrimônio cultural e ecomuseus é Maria da Conceição Machado Moreira em sua tese de mestrado *Museologia e Identidade Territorial, Parques Naturais e Ecomuseu no contexto da Nova Museologia*. A autora aponta as transformações do conceito de patrimônio, inicialmente associado à ideia de obra de arte ou monumento, tendo-se expandido para incorporar a rua, o bairro, a povoação inteira, a paisagem, os objetos de uso cotidiano e as crenças, entre outros elementos, desde que seu valor estético, sua importância sociocultural e sua integração paisagística assim o justifiquem.

Para essa autora, o valor patrimonial das paisagens é a capacidade que elas têm de contar a história do trabalho dos homens, a sua diversidade social, testemunhas dos seus esforços para vencer obstáculos naturais. A paisagem, no seu sentido mais *lato*, integra na sua expressão a fisionomia da sociedade que a cria. Aquilo a que muitas vezes chamamos natureza, em geral, é o resultado do esforço de sucessivas gerações que atuaram no território e o foram moldando a fim de nele se instalarem e retirarem subsistência. Foram humanizando a paisagem, fazendo surgir, simultaneamente, costumes, regras, hábitos sociais, ou seja, cultura.

A atuação do homem que mais contribuiu para a modelagem das paisagens foi a agricultura. Na Europa, salvo raras exceções, todo o espaço é explorado por comunidades humanas e o resultado são paisagens construídas por gerações sucessivas de populações rurais e que representam etapas importantes da história e da cultura desses povos.

A autora aponta a criação dos parques naturais - áreas que se caracterizam por conter paisagens naturais, seminaturais e paisagens humanizadas - como exemplos da integração das atividades humanas e da natureza. A sua criação tem por finalidade a proteção da paisagem pelo seu valor histórico, cultural e estético, assim como o desenvolvimento socioeconômico

das populações e a preservação dos seus valores naturais e culturais. Ela defende a criação de unidades museológicas, os ecomuseus, em áreas protegidas, pois neles o território é colocado em termos museológicos. O conceito de ecomuseu adapta-se ao de Parque Natural como sistema museológico pelo seu caráter de museu vivo, dinâmico como é a natureza. O ecomuseu implantado numa área de preservação mantém vivos os elos da cadeia do ecossistema que foram criados pelo homem a partir da atividade econômica, em busca de subsistência e desenvolvimento.

Destaca que o ecomuseu é uma forma museológica que traduz a ligação e interdependência entre espaço natural e espaço humanizado (cultural), conservando os testemunhos que em determinado espaço revelam a forma como o homem se integrou no meio natural e documentam a evolução desse território e da sua população. O objeto desse museu é o homem vivo e sua relação com o ambiente natural, sua história e cultura.

Os parques naturais tem por objetivo principal a conservação da natureza e do território enquanto suporte das atividades humanas, já o ecomuseu visa a preservação e interpretação desse território. Ambos valorizam as relações que se estabelecem entre meio natural e comunidades humanas. Os parques naturais têm por missão a gestão racional dos recursos naturais tendo presente que só o desenvolvimento sustentável garante o futuro das próximas gerações. Os ecomuseus têm o potencial de estimular a participação dos grupos humanos envolvidos e, conseqüentemente, fortalecer laços de identidade e pertencimento. (Moreira, 1996)

A relação entre o patrimônio natural e cultural é discutida na área da museologia a partir da trajetória dos grandes museus de história natural. Criados no período do Iluminismo, a constituição de suas primeiras coleções buscavam apresentar e interpretar o mundo do período das grandes navegações e dos descobrimentos. São resultados desse período de entusiasmo pela natureza a criação de sociedades de estudos sobre temas afins, como as coleções de história natural, os museus de história natural, os jardins zoológicos e os jardins botânicos. No final do século XIX e início do XX houve pouca alteração na dinâmica dos museus de história natural, focados em coletar, catalogar e conservar espécies, buscando

compreender melhor a sistemática e taxonomia dos animais e plantas. Apesar de novas abordagens nas exposições, com a utilização de dioramas buscando integrar os elementos da natureza com a descrição visual dos habitats, a maioria dos museus permaneceu expondo a natureza numa sequência lógica de animais (Rader; Cain, 2008). Na metade do século XX houve mudança de posição, que pode ser expressa na fala do diretor do *American Museum of Natural History*, Albert Parr (1942-1959). Segundo ele, os museus deveriam encontrar uma nova missão, mais voltados aos problemas contemporâneos, já que o aspecto da natureza mais diretamente ligado à sociedade não era o mundo natural intocado, mas sim o da natureza como meio ambiente do homem, para o qual deveriam ser canalizados os esforços educativos de um Museu de História Natural. A década de 1960 foi marcada por desastres ambientais e por protestos populares, demandando a transformação da sociedade. Os museus tiveram que responder a esse crescimento da preocupação ambiental.

5. Os caminhos da preservação no Brasil

No Brasil as discussões sobre o patrimônio cultural e sua preservação surgiram no início do século XX. Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), precedido pelo anteprojeto de lei apresentado por Mário de Andrade para a criação do Serviço de Proteção Artístico Nacional (SPAN), mas do qual se distanciou em vários aspectos. No anteprojeto de Mário de Andrade há um conceito ampliado de cultura, com a inclusão de elementos novos apontando para novos campos de interesse e pesquisa como as formas, sons, objetos e hábitos populares, entre outros, implicando uma nova organização dos museus e seus acervos, propondo a ruptura com um modelo e práticas dominantes até então. A ênfase do anteprojeto recai sobre a preservação, conservação e nas ações de difusão desses conteúdos selecionados, especialmente por meio de ações educativas. Havia a preocupação com a ampliação do repertório de informação cultural da população e também um olhar direcionado à diversidade da produção e da vivência cultural das camadas populares.

A gestão de Mário de Andrade na direção do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo (1935-1937) foi marcada por uma atuação consistente na elaboração de um trabalho de identificação e registro de manifestações culturais. A necessidade de especialistas para a

realização do trabalho de campo levou o Departamento de Cultura a patrocinar o Curso de Etnografia, ministrado pela etnóloga Dina Lévi-Strauss. Após o término do curso em 1936, foi criada a Sociedade de Etnografia e Folclore com a finalidade de promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos.

Nas ações de tombamento do patrimônio cultural a partir dos anos 1970, uma perspectiva histórica mais ampla passa a ser empregada e essa ampliação do conceito do valor histórico permitiu incorporar vários conjuntos de objetos e lugares de memória, antes excluídos por não pertencerem à definição de fatos memoráveis da história do país ou de valor artístico excepcional. Foi dentro dessa perspectiva ampliada do valor histórico, que outros testemunhos de ocupação do território nacional, de desenvolvimento das cidades, da diversidade étnica e cultural, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, entre outros, passaram a ser reconhecidos como bens patrimoniais (Fonseca, op.cit, 2005:188-195). Esse reconhecimento traz consigo não só uma dimensão conceitual, mas também política e jurídica, pois os bens patrimoniais escolhidos, reconhecidos como testemunho, como documentos, estão plenos de significação histórica, nem sempre precisas, como as noções de ambiente, entorno, identidade, herança cultural, qualidade de vida, propriedade, entre outras.

Ainda segundo Fonseca (2005) a incorporação de historiadores aos quadros dos órgãos de preservação levou à introdução das concepções da nova historiografia nas práticas de tombamento, ampliando assim a natureza dos bens tombados, para incluir outros testemunhos da ocupação do solo brasileiro, da evolução das cidades, dos diferentes grupos étnicos, da história da ciência e da tecnologia no Brasil, para citar alguns dos exemplos mencionados pela autora. A partir da década de 70, a ampliação da perspectiva histórica nas ações de tombamento do IPHAN permitiu inclusive reconceituar determinados valores artísticos, reavaliados dentro de uma visão histórica, compreendidos como características de um período histórico e reflexo das contradições sociais e culturais de uma determinada época,

“Dentro de uma visão histórica mais ampla, portanto, certos traços estilísticos como o ornamento autônomo, a dissimulação de materiais, e a alusão a estilos pretéritos, que caracterizaram o ecletismo, deixaram de ser interpretados como negativos”. Já nos anos 80 a ampliação do conceito de valor

histórico permitiu a incorporação de bens e conjunto de bens antes excluídos por não poderem ser identificados como *“fatos memoráveis da história do Brasil e que não se destacavam por seu valor artísticos excepcional.”*(Fonseca, 2005:188-195)

A década de 1970 foi também momento importante para a organização institucional no Brasil, quando instituições foram criadas, aglutinadas ou ainda tiveram suas atuações ampliadas para atender às novas necessidades, acompanhadas da criação de conselhos responsáveis pelos aspectos legais envolvidos na área (Botelho, 2007).

No Brasil, a expansão do conceito de patrimônio e o estímulo à participação social, marcou a política cultural durante os anos de 1970 e 1980 propondo uma relação de colaboração entre Estado e sociedade e Fonseca afirma que o desafio continuava sendo o de desenvolver uma política de patrimônio que fosse efetivamente uma política pública.

“Já nos anos 70 e 80, na fase de abertura do regime militar, de crise da modernidade diante de uma comunidade científica mais independente, estruturada e diversificada (cf. Pécaut, 1990, p. 257-308), os intelectuais que se propuseram a reorientar a política federal de preservação – em um sentido que implicava, ao contrário do que havia ocorrido no SPHAN, uma articulação com outras áreas do governo e com movimentos sociais, tendo em vista uma ideia de democracia participativa – viram, muitas vezes, seu trabalho e sua atuação junto a um governo autoritário serem postos sob suspeita por outros intelectuais de renome. De um lado, porque se estariam deixando cooptar pela ditadura militar, já em crise de legitimidade; de outro por se arvorarem em porta-vozes dos interesses populares (cf. Miceli, 1985, p.127) no momento em que a sociedade civil se reestruturava, tanto por meio dos mecanismos de representação política quanto por meio de novas formas de organização não-governamentais”.
(Fonseca, 2005:25)

Ao comentar os trabalhos desenvolvidos pelo Centro Nacional de Referências Culturais

(CNRC) nas ações desenvolvidas durante os anos 1970, Cecília Londres Fonseca afirmou que não havia interesse em valorizar só um tipo específico de bem, mas sim destacar que o que “*a sociedade brasileira considera bem cultural é algo muito mais diversificado e plural do que aqueles bens que vinham sendo priorizados pela atividade exercida pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*”. Pouca atenção era dedicada, no âmbito do órgão federal de preservação, aos bens da cultura popular e quando algo tinha que ser realizado era considerado tarefa para etnólogos e folcloristas (Fonseca, in: Motta & Silva, 1998:33).

No Brasil foi nos anos 1970 que tiveram início as discussões para a atualização do conceito de patrimônio cultural frente às demandas de inclusão de diferentes heranças culturais na trajetória brasileira, o que significou a incorporação de legados da cultura indígena, da cultura afro-brasileira e da cultura popular de uma sociedade resultante de um contínuo processo de contato entre culturas diversas (Porto, 2012). O estímulo às pesquisas voltadas à preservação de saberes, fazeres e formas de expressão permitiu ações de preservação desses aspectos do patrimônio imaterial brasileiro. Na década seguinte, podemos destacar a promulgação da Constituição de 1988 (artigo 216)¹⁸ que alargou não apenas o conceito de patrimônio, mas também as responsabilidades de competência comum de União, estados e municípios e a responsabilidade da “comunidade” no apoio à política de preservação e ampliou os instrumentos para sua implementação, ao não mais apontar o tombamento como instrumento central das ações de preservação. Apesar do viés modernizador da Constituição, foi apenas na década de 2000 que tiveram início as ações viabilizadoras do texto constitucional e a sua prática mostrou que foi mantida a ênfase no uso do instrumento de tombamento. Nessa década são publicados os decretos que institucionalizam o registro de bens culturais de natureza imaterial, o lançamento do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, os primeiros tombamentos de áreas remanescentes de quilombos, o início do programa Legados da Imigração; a portaria de

18 Constituição da república Federativa do Brasil, 1988, artigo 216 : “Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. As formas de expressão; II. Os modos de criar, fazer e viver; III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. As obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

criação da chancela de Paisagem Cultural; o tombamento de locais sagrados dos povos do Xingu e o tombamento de bens relativos ao patrimônio naval.

Ao longo dos anos 1970, tanto nacionalmente quanto internacionalmente¹⁹, intensificaram-se as discussões acerca da noção de patrimônio, que passaram a incorporar novos valores e interesses, estabelecendo um vínculo direto entre o tema da preservação e a questão do desenvolvimento socioeconômico. A preocupação com o desenvolvimento local exige que às ações ligadas ao patrimônio possuam qualificação e instrumentais que estejam à altura não apenas da diversidade e complexidade cultural de uma determinada região, mas também estejam vinculadas à articulação e ao estímulo à participação social.

19 Mesa Redonda de Santiago do Chile. *Princípios de Base do Museu Integral*, ICOM, 1972; Colóquio Internacional do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Museu da Comunidade urbana Le Creusot-Montceau-les-Mines, 1972.

Capítulo 3. Os Ecomuseus: Patrimônio, Conscientização e Participação

Neste capítulo buscamos entender o percurso dos ecomuseus desde sua criação na Europa e sua chegada ao Brasil para verificarmos as bases sobre as quais ele se estabeleceu no Brasil onde temos a hipótese de que ele assumiu características distintas.

Os museus estão em contínuo processo de transformação. Apesar de algumas ideias e experiências que estão por trás da criação do ecomuseu terem ligações com outros modelos de museus que o precederam, como os museus a céu aberto (*open air museum*) e os *folk museums*, por exemplo, esse novo tipo de museu surge nos efervescentes anos 1960, período de contestações e manifestações da sociedade civil, nos quais foram reavaliados os objetivos sociais, com grande participação de movimentos pacifista, de tolerância racial, de direitos civis e pelo desarmamento nuclear. A sociedade passou a reexaminar seus valores e foi nesse contexto que os museus passaram a se questionar sobre seu papel na sociedade e seu futuro.

Ao longo dos anos 1960 e 1970 o Icom promove uma série de conferências, publica documentos elaborados pelos seus vários subcomitês e passa a indicar as novas exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio. Georges Henri-Rivière e seu sucessor Hugues de Varine foram importantes para definir a filosofia da organização. A dimensão social dos museus foi particularmente enfatizada durante a mesa-redonda sob os auspícios da Unesco, realizada em Santiago do Chile, em 1972. Foi um encontro que contou com a participação de profissionais de outras áreas numa discussão sobre o papel dos museus. Um dos pontos de destaque do encontro, foi o reconhecimento de que os museus estavam distanciados de seu entorno e o documento final do encontro destaca o papel do museu como instrumento de mudança social e seu potencial de viabilizar a construção de uma consciência crítica.

No entanto a ideia do ecomuseu é anterior à mesa redonda e foi sendo construída a partir de outros modelos de museus e das experiências de visita e interpretação dos parques naturais. O termo foi cunhado em 1971 durante a 9ª Conferência Geral do Icom realizada em Grenoble, na França. O ecomuseu vincula a ideia de patrimônio a uma comunidade e a um meio ambiente. Como já mencionamos no capítulo anterior, o ecomuseu, nas palavras de

Georges Henri-Rivière, pretende ser “o espelho em que uma população se olha para se reconhecer nesse espaço, no qual ela procura a explicação do território a que está vinculada, conectada com a história das populações precedentes. Um espelho que essa população apresenta a seus hóspedes para que seja mais bem compreendida, no respeito por seu trabalho, por seus comportamentos e por sua intimidade”. A lógica comunitária do projeto é definida pela territorialidade do campo de intervenção e pela participação da população, que assume outro papel que não o de consumidora do museu, mas o de atora e mesmo co-autora do museu (Poulot 2013:56).

François Hubert, então conservador do Museu da Bretanha, em seu *Dossier Ecomuseo* afirma que os ecomuseus surgem na França em um momento de transformação da sociedade francesa e seu surgimento pode ser visto de duas maneiras: do ponto de vista formal, porque o desenvolvimento de uma política de organização do território cria condições favoráveis para o seu surgimento e do ponto de vista do seu conteúdo, porque se ocupam de preocupações surgidas recentemente na sociedade. A França passava por um momento marcado pelo êxodo rural e de crescimento populacional concentrado nos centros urbanos devido às indústrias. A partir de 1963, os recursos são destinados ao fomento do turismo, aposta econômica do governo frente ao aumento do período de férias dos franceses e ao aumento do turismo internacional. Para atender a essa nova demanda, recursos são liberados para diferentes regiões identificadas com potencial turístico. As regiões rurais foram beneficiadas com a criação de parques naturais regionais, próximos aos grandes centros urbanos. Os recursos destinados permitiram a criação de estruturas museográficas suscetíveis de atrair visitantes e de valorizar o meio rural. Para Hubert essas são as condições objetivas para a implantação de ecomuseus. Esses equipamentos turísticos atraíram a atenção rapidamente e constituam-se em torno da etnologia regional e da ecologia, repercutindo alguns dos grandes temas que brotaram da efervescência social e cultural dos anos sessenta: mito do retorno à natureza, valorização do meio rural, ressurgimento das culturas tradicionais ou minoritárias, entre outros. O ecomuseu nasce num novo contexto social e cultural e dessa forma se diferencia do museu tradicional, no sentido que ele assume de ser “templo da cultura, universal e intemporal”. Já em 1980, Georges Henri Rivière listou dez ecomuseus na França: Mont Lozère, Ouessant, Monts d'Arrée, Grande Lande, Marie-Galante, le Creusot-Montceau-Les-

Mines, Fresnes, Saint_Quentin em Yvelines, Vendée y Beauvaisis. Destes, seis dependiam de “*colectividades territoriais*”, isto é, parques regionais ou nacionais, departamentos e os demais tinham estatuto associativo mas dependiam das estruturas municipais ou intercomunais. (Hubert 1989, in: Rivière: 195-206). O caso do ecomuseu de Creusot estendeu a ideia de ecomuseu ao campo industrial, especialmente nas regiões onde a industrialização tinha entrado em crise, e o consequente fechamento de galpões, fábricas, esvaziando áreas industriais, o que permitiu aos museus ocuparem os espaço desocupados, especialmente a partir de 1977. Hubert afirma ainda que os ecomuseus de “terceira geração” (para o autor os primeiros foram os ligados aos parques e o de segunda ligados à Creusot) tendiam a se preocupar mais com a ideia de ambiente social, fomentando mais uma política de participação que diretamente a do meio ambiente.

Esse contexto francês é distinto do contexto brasileiro que abordaremos mais a frente neste capítulo e nos dará indicações dos caminhos diferenciados que assumiram no Brasil.

1. O Ecomuseu

Inicialmente Georges Henri Rivière formulou três definições para o ecomuseu, embora pouco precisas, definições que evoluíram a partir das experiências realizadas e também das discussões às quais a ideia foi submetida. Cada uma delas foi elaborada na Comissão de Museologia da Conferência de Parques, que se configurava como o local de debates sobre ecomuseus.

Abaixo apresentamos a definição que GeorgesHenri Rivière deu ao ecomuseu, mas ela passou por duas reformulações, discutidas no parágrafo seguinte. Na versão²⁰ traduzida pela editora:

“ Un ecomuseo es un instrumento que um poder público y una población conciben, fabrican y explotan conjuntamente. Dicho poder, com los expertos, las facilidades, los recursos que él le proporciona. Dicha población, según sus aspiraciones, su cultura, sus facultades de aproximación.

20 A versão original em francês pode ser encontrada em Désvalles, 1992: 440-443.

Un espejo en el que esa población se mira, para reconocerse en él, donde busca la explicación del territorio al que está unido, junto al de las poblaciones que la han precedido, en la discontinuidad o la continuidad de las generaciones. Un espejo que esa población presenta a sus huéspedes, para hacerse comprender mejor, en el respeto a su trabajo, sus comportamientos, su intimidad. Una expresión del hombre y de la naturaleza. El hombre es allí interpretado en su medio natural. La naturaleza está en su salvajismo, pero tal y como la sociedad tradicional y la sociedad industrial han adaptado su imagen.

Una expresión del tiempo, cuando la explicación remonta hasta la aparición del hombre en la región, se escalona a través de los tiempos prehistóricos e históricos que ha vivido y desemboca en la época actual. Con una apertura hacia el mañana, sin que por ello el ecomuseo tome decisiones, sino que juegue, en este caso, un papel de información y de análisis crítico.

Una interpretación del espacio. De espacios escogidos, donde el visitante pueda reposar, o caminar.

Un laboratorio, en la medida en que contribuye al estudio histórico y contemporáneo de esa población y de su medio y favorece la formación de especialistas en sus campos respectivos, en cooperación con las organizaciones de investigación que no pertencen al ecomuseo.

Un conservatorio, en la medida en que ayuda a la preservción y a la valoración del patrimonio natural y cultural de esa población.

Una escuela, en la medida en la que asocia a esa población con sus acciones de estudio y de protección, en la que incita a un mejor análisis de los problemas de su próprio estudio y de protección, en la que incita a un mejor análisis de los problemas de su próprio futuro.

Ese laboratorio, esse conservatorio y essa escuela se inspiran en principios comunes. La cultura que ellos invocan hay que entenderla en su sentido más amplio, al tiempo que se consagran a dar a conocer la dignidad y la expresión artística de las diversas capas de la población de las qe emanan las diferentes manifestaciones. En el ecomuseo la diversidad no tiene límites, habida cuenta de

las diferencias existentes. La población no se encierra en sí misma, sino que recibe y da.” (Rivière, 1989:191-192)

A primeira versão foi elaborada durante o ciclo de formação para diretores de novos parques naturais e dizia que o ecomuseu é um “museu de novo gênero”, mediante três noções, a “interdisciplinaridade baseada na ecologia”, a “união orgânica com a comunidade que ele reflete” e a “participação dessa comunidade na sua construção e funcionamento”. Uma segunda versão, de 1976, que o define como sendo “um museu que irrompeu violentamente” formado por um “órgão primário coordenador” e “órgãos secundários”, sendo seu objetivo interpretar o meio ambiente natural e cultural no tempo e no espaço (aspecto intensivo) com referências comparativas fora da comunidade (aspecto extensivo). Em 1980, uma terceira definição eliminou a palavra museu e onde o ecomuseu era definido como “museu do homem e da natureza”(…) “museu do tempo” (...) “museu do espaço”, se fala da “expressão do homem e da natureza” (...) quando trata da escola que “ajuda na formação de especialistas” e incita a “população a aprender os problemas de seu próprio meio” foi substituída por “uma escola (que) associa essa população com suas atividades de estudo e de proteção e a incita a aprender os problemas de seu próprio futuro”. (Hubert, 1989 in: Rivière:201-202).

Museu de espaço e museu de tempo, museus que tratam mais das mudanças do que das permanências. O tempo era a chave de seu sistema e a história era a disciplina de referência, a condição para a associação das demais ciências capazes de enriquecer ou esclarecer sua missão. Em 1957, ao conceber o Museu da Bretanha em Rennes, George Henri Rivière propôs uma síntese da história da região, desde as eras geológicas até a contemporaneidade, baseado num programa interdisciplinar periodizado, ideia que se traduziu na definição de ecomuseu desenvolvida concomitantemente à proposição do Museu da Bretanha - escreveu sobre o museu de 1960 a 1975 – segundo Hubert (1989:199).

Em 1971 Georges Henri Rivière criou o ecomuseu do Mont Lozère no parque nacional de Cévennes e a partir de 1973, no Parque Natural Regional de Camarga foi instalado o museu de tempo do futuro ecomuseu de Camarga, concebido por Jean-Claude Duclos e que, em

1979, foi contemplado com o grande prêmio europeu de museu do ano. Ainda segundo Rivière (1989:190-191) a realização de uma exposição que apresentava a evolução da comunidade urbana através dos tempos, e na qual todas as dezesseis comunidades envolvidas tiveram uma abordagem específica a respeito de suas características específicas dentro da comunidade. Para que fizesse parte da exposição os aspectos trabalhados de cada comunidade tinha de ser aprovado por seus habitantes e foi a partir dela que a instituição se transformou no ecomuseu. Mas foi só a partir de 1977 que o ecomuseu passa a “*confeccionar su próprio sistema de participação, baseado essencialmente em la vida asociativa*”, mas foi só em 1981 que André Desvallées conseguiu que um texto marco fosse aprovado reconhecendo aos ecomuseus os mesmos direitos que os “museus tradicionais”.

O ecomuseu trata de interpretar o patrimônio natural e cultural de uma microrregião no seu conjunto, nessa complexa rede de relações e ao longo de seu processo de mudanças. Para Varine (2010) os ecomuseus são museus que estão enraizados no seu território e que vivem a vida da comunidade, os museus locais, pluridisciplinares e interdisciplinares. O que se pode também se aplicar aos museus clássicos que decidam se adaptar ou se transformar para melhor servir seus territórios e as populações que os habitam, e entendam o conceito de coleção/tesouro aplicado ao patrimônio natural e cultural vivo. (Varine, 2010)

Segundo a museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno (2001) os ecomuseus fazem parte do movimento da nova museologia, assumem formas diferentes, mas todos estão de uma maneira ou de outra ligados ao desenvolvimento de territórios e à participação de populações nesse desenvolvimento, em especial na sua dimensão patrimonial e ambiental. Nos ecomuseus as “*comunidades*”, entendidas como “*grupo de pessoas que partilham o espaço e um tempo, isto é, partilham as experiências acumuladas*”, participam do processo de identificação e preservação do patrimônio natural e/ou cultural relacionados ao “*espaço comunitário*” e “*ao tempo de experiências compartilhadas*” na qual a preservação dos bens identificados se dá pelas “*vivências*” individuais e coletivas.

A dimensão ampliada da ideia de patrimônio e da participação direta da população no processo de identificação e preservação apontou para a necessidade de recortes e definições

que pudessem abarcar o sentido das ideias e também das práticas e experiências junto aos grupos sociais envolvidos. Para Bruno (2001) o patrimônio comunitário pode ser definido como sendo o “*conjunto dos bens identificados como patrimônio por uma comunidade e preservados para sua perpetuação*”, distinguindo-o da ideia de patrimônio integral, que reúne o “*conjunto dos bens naturais e culturais a serem preservados em sua integridade e diversidade para a perpetuação do homem*”. Distintos, mas relacionados e interligados na perspectiva local, comunitária e global, humana, como também nos vínculos dos grupos sociais que ocupam o território com o patrimônio identificado, construídos de formas diversas a partir de práticas e ações estabelecidas ao longo do tempo. A preservação desse patrimônio visa ao desenvolvimento comunitário cuja base de ação é o uso do patrimônio ambiental e cultural na construção de uma consciência crítica frente a realidade e aos problemas dos grupos sociais envolvidos. Por meio de uma “*pedagogia global (Paulo Freire)*” busca-se o “*conhecimento das características*” e a “*abordagem dos problemas*” num processo de conscientização individual e coletiva., cujas estratégias de ação estão baseadas em atividades de documentação, como a “*realização de inventários das referências patrimoniais*” e de comunicação como a realização de “*exposições e de educação patrimonial*”.

Para Davis (2011) o movimento da nova museologia é a reação dos museus frente às mudanças ocorridas na pós-modernidade e que forçaram os museus, a instituição a redefinir seu papel em uma sociedade em profunda transformação. Esse novo papel propõe uma atuação radicalmente nova, e que foi incorporada de formas e com intensidades distintas pelas instituições museológicas em diferentes partes do mundo. As declarações de Santiago do Chile (1972) e de Caracas (1992), separadas por um intervalo de vinte anos ajudam a entender um processo que se mantém na atualidade.

2. A Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972

O mundo contemporâneo da Declaração de Santiago, o início dos anos setenta, é um momento em que na maioria dos países da América Latina se combatia pela institucionalização da democracia e superação da sua profunda crise econômica, política e

social.

A Mesa-redonda de Santiago do Chile, realizada em maio de 1972 foi um encontro interdisciplinar que ocorreu sob os auspícios da Unesco e tinha por objetivo refletir sobre o papel dos museus na América. Sua maior contribuição foi ter introduzido em sua reflexão o tema da função social dos museus e a ideia de museu integral, em diálogo com os problemas da sociedade e capaz de atuar como instrumento de desenvolvimento, num momento em que as grandes cidades vivenciavam um crescente e significativo aumento populacional e agravamento das já deficientes infraestruturas adequadas para acompanhar esse aumento.

Com função social declarada e assumida a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, o museu ganhou respaldo para rever seus objetivos e suas formas de comunicar e salvaguardar o patrimônio a ser preservado. O documento final reconhece o museu como uma instituição ao serviço da comunidade, como instituição que tem como missão participar na formação da consciência da comunidade a qual ela serve, de forma a que esta apreenda por meio de um quadro histórico, os problemas do seu presente, do homem enquanto indivíduo e, enquanto ser social.

“Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais” (Cadernos de Sociomuseologia, 15, 1993).

O documento propõe formas de atuação desse novo perfil de museu em relação ao meio rural, ao meio urbano, ao desenvolvimento científico e técnico e à educação permanente. Ele destaca o papel de conscientizador acerca dos problema e necessidades e papel articulador entre diferentes instâncias; destaca seu papel de *“agente incomparável da educação permanente da comunidade”*.

Esse documento é considerado como uma contribuição da América Latina para a museologia internacional, embora o tempo de sua incorporação como referência para a área tenha sido lento frente a sua importância para as experiências de ecomuseus, museus comunitários e similares.

O fato do encontro ter sido realizado em espanhol favoreceu a participação dos intelectuais latino-americanos, como destacou Grete Mostly Glaser na introdução da Revista *Museum* (1973) dedicada aos museus latino-americanos e em especial à Mesa Redonda de Santiago do Chile. Ele enfatizou as poucas possibilidades que os profissionais de museus da América Latina tinham de poder participar das reuniões e das mesas redondas realizadas regularmente na Europa e nos Estados Unidos. E a importância do encontro em Santiago do Chile. . A Unesco já havia realizado uma série de seminários regionais semelhantes, mas o formato latino-americano introduziu o espanhol como língua oficial do evento, abrindo a possibilidade de maior participação dos profissionais latino-americanos.

Varine havia convidado o educador Paulo Freire para dirigi-la, que aceitou o desafio de “*transpor suas ideias de educador em linguagem museológica*”, mas como o Brasil estava sob o governo militar, o representante brasileiro junto à Unesco vetou seu nome. O contato de Varine com Paulo Freire era anterior, conheceram-se no momento da criação na França do Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos (Institut Oecuménique pour le Développement des Peuples – INODEP), uma organização não governamental que seria presidida por Paulo Freire, que naquele momento era consultor para educação do Conselho Ecumênico das Igrejas, em Genebra. (Cabral, 2012)

Para Varine (1995) o ponto inovador da Declaração de Santiago é a ideia de um museu integral, que levasse em conta a totalidade dos problemas da sociedade, e a de **museu enquanto ação**, enquanto instrumento dinâmico de mudança social, mas destaca que a difusão dessas ideias não foi imediata e levou quase uma década para que a Declaração de Santiago tivesse impacto. No entanto, é importante destacar que durante os anos 1970 em vários países da América Latina e especificamente no Brasil esse foi um período de

intensificação de lutas pela redemocratização que contaram com forte participação de diferentes movimentos sociais.

Conforme mencionamos apesar da sua importância, o impacto da Mesa Redonda de Santiago do Chile só foi sentido na década seguinte. Em 1983 durante a conferência geral o ICOFOM não reconheceu a existência de práticas museológicas distintas das já instituídas pela museologia. Sendo assim, nesse mesmo ano, um grupo de profissionais de museus organizou um ateliê dedicado à Georges Henri-Rivière no ecomuseu de *Haute Beauce*, no Canadá para “*avaliar, conceitualizar e dar forma a uma organização alternativa para uma museologia que se apresentava igualmente como uma museologia alternativa*”. Com um segundo ateliê realizado no ano seguinte em Quebec, denominado Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova Museologia, reforçando a ideia de uma museologia de caráter social que se diferenciava de uma museologia mais tradicional, voltada para as coleções. Os debates ocorreram tendo como pano de fundo a Declaração de Santiago e apontaram para as questões socioeconômicas e políticas envolvidas e como resultado foi publicada a Declaração de Quebec, que dentre outras demandas propôs a criação na estrutura do ICOM de um comitê voltado para “*Ecomuseus/Museus Comunitários*”, que nunca chegou a ser implementado, mas que deu origem ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) (Cabral, 2012).

Ao tratar dos museus como espaço de interdisciplinaridade, Manuelina Duarte Cândido (2009), historiadora, especialista em museologia, argumenta que “*por não ser possível musealizar tudo, por serem indissociáveis memória, museu e seleção, a reflexão museológica internacional vem questionando este conceito e se aproximando do museu integrado, sugerido em 1992, em Caracas. Ao invés da pretensão de totalidade, a viabilização da integração. No plano prático, esta posição conduz aos museus interdisciplinares devido à integração: entre diferentes vertentes patrimoniais – consequentemente de disciplinas e de profissionais; entre diversas atividades e setores das instituições museológicas; entre as comunidades e os museus.*”

4. A Declaração de Caracas

No Seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios", celebrado em Caracas, Venezuela, entre os dias 16 de janeiro e 06 de fevereiro de 1992, foram reforçados aspectos já presentes no documento de Santiago como a função social dos museus, a formação dos profissionais da área, a inclusão das políticas museológicas nas políticas de cultura e a importância para o desenvolvimento dos povos, a definição de estratégias para captação e gestão de recursos financeiros e o entendimento do museu como um veículo de comunicação. A declaração aponta para a necessidade dos museus aprenderem a explorar sistematicamente as vias e os meios de que dispõe o sistema da economia de mercado e a nova era da comunicação, a fim de subsidiar suas atividades., enfatizando as relações entre museu comunicação, patrimônio, liderança, gestão e recursos humanos, e como as demais declarações da Unesco, contendo considerações e recomendações.

Na publicação do livro O ICOM – Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro – documentos selecionados, Volume 2 (Bruno, 2010) há o texto da museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta que foi representante do Brasil no encontro de Caracas. Nele a autora destaca o papel do museu entendido como um meio de comunicação, possuidor de uma linguagem própria que atua como instrumento a favor do diálogo entre diferentes “forças sociais”, um instrumento que auxilie no processo de conscientização e desenvolvimento integral. Assim como foi afirmado na Declaração de Santiago o museu continua sendo entendido como um agente privilegiado de desenvolvimento integral para a região e reflete os conceitos defendidos pela Nova Museologia. Dessa forma, o museu permanece nesse momento visto como espaço de inter-relação de um grupo social, a comunidade, com seu patrimônio. E essa relação deve ser utilizado pelo museu para promover o desenvolvimento de uma consciência crítica frente à realidade.

Num momento de expansão do ideário neoliberal no continente, defende-se que o papel de protagonismo social como indutor e meio de transformação demanda o domínio e apropriação de instrumentos de gestão, os mesmos utilizados pelas empresas de mercado.

5. O Movimento Internacional por uma Nova Museologia

Oficialmente criado em 1985 em Portugal, o Movimento Internacional por uma Nova Museologia teve seu início marcando uma dissidência dos defensores de uma museologia social, não neutra e fortemente comprometida com as causas e lutas sociais, distanciando-se das discussões da museologia convencional, esse período estruturou as novas abordagens que ocorreram em diferentes partes do mundo.

Destaca-se a forte atuação do Minom em Portugal com a organização das "Jornadas sobre a função social do Museu" em Vila Franca de Xira 1988, Portimão 1989, Vilarinho da Furna 1990, Lisboa, 1991 e Setúbal 1992; e os "Encontros Nacionais de Museologia e Autarquias" realizados em Lisboa, 1990, Beja, 1991 e Setúbal, 1992.

Para Mario Moutinho, museólogo português, em documento no qual define a museologia social (Cadernos de Sociomuseologia 1, 1993) “ a abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo”. A crescente produção bibliográfica já refletiam as questões abordadas, como a expansão do patrimônio e a redefinição do objeto museológico, a museologia como um fator de desenvolvimento, a interdisciplinaridade, o estímulo à participação da comunidade na definição e também na gestão das práticas museológicas, a incorporação dos novos recursos tecnológicos e o museu como um veículo de comunicação, questões que acompanharam as transformações dos museus e suas práticas.

6. O encontro com Paulo Freire

Como já foi mencionado acima, a pedagogia de Paulo Freire teve impacto no movimento nova museologia notadamente nas ações de educação patrimonial, tendo sua influência sido apontada por vários autores e em 1996 Hugues de Varine concedeu uma entrevista ao museólogo Mário Chagas, que permite dimensionar o papel que as propostas de Freire tiveram no desenvolvimento da ideia de ecomuseu, nos ajudando a compor o quadro de entendimento do papel da educação, do processo de conscientização e participação propostas

pelo ecomuseu e também incorporada de diferentes maneiras por museus cujas atuações podem ser caracterizadas como mais tradicionais.

Ao explicar qual o impacto do ideário de Paulo Freire sobre suas práticas museológicas, Varine afirmou que considerava Freire o *“maior pedagogo político de nossa época, porque ele colocou em prática suas ideias, antes de exprimi-las. Os outros pedagogos, mais teóricos do que práticos, procuram, sobretudo, melhorar a eficácia da educação, seu rendimento, talvez a sua democratização, num espírito generoso. Paulo Freire propõe inverter o processo educativo. Considera antes que o objeto da educação, o educando, tem também alguma coisa importante a oferecer, da qual o educador e todos nós temos necessidade. No domínio da cultura, é importante inverter igualmente a relação da oferta e da procura. Todo cidadão, toda comunidade oferece alguma coisa em troca do que o agente cultural pode lhe oferecer. Não deveria então ser mais possível fazer uma política cultural, conceber uma estratégia, utilizar métodos como se fazia antes de Paulo Freire.”* nesse trecho em que destaca a importância do diálogo na prática educativa, das trocas culturais e da abertura para reconhecer que qualquer grupo social possui o que oferecer a um agente cultural e vice-versa.

Varine continua a entrevista descrevendo seus primeiros encontros e trabalhos com Paulo Freire que ocorreram em 1970-1971 e se deram no âmbito da Igreja Católica, por meio de *“um grupo de amigos franceses e missionários católicos, críticos em relação às ações da missão que segundo ele incentivavam a conversão de pagãos a uma religião culturalmente ocidental.”*. Com o desejo de criar uma organização não governamental, de vocação internacional e composta principalmente por protestantes e católicos voltada para a promoção de formas de cooperação ao desenvolvimento. Para isso criaram o Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos (INODEP), operou ativamente por quase 20 anos na Europa, África, Ásia e América Latina, com especial suporte às ações comunitárias no campo da cooperação pelo desenvolvimento. Ofereceram à Paulo Freire a presidência do Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos (INODEP), pois entendiam que esse cargo deveria ser ocupado por alguém que não desse apenas orientação ideológica, mas também orientação que os auxiliassem na prática, na ação. Nessa época, período de ditadura militar no Brasil, Paulo Freire estava exilado e morava em Genebra, Suíça, atuando como

conselheiro para a educação no Conselho Ecumênico das Igrejas em Genebra. Nesse período, Varine entrou em contato com suas obras disponíveis em inglês ou francês.

“Minha participação no INODEP era absolutamente voluntária e independente do meu trabalho como director do ICOM, mas pude, naturalmente utilizar o que aprendia com Paulo no INODEP no meu trabalho no ICOM. Lembro muito que a recusa brasileira de autorizar a UNESCO a convocar Paulo em Santiago - 1972 não lhe permitiu fazer o que me havia prometido: adaptar sistematicamente a formulação de sua doutrina e de seus métodos à prática museológica e museográfica. Tentei novamente em 1992 em São Paulo, mas ele estava nesse momento ocupado com as suas funções na Prefeitura de São Paulo que ele acabava de deixar. Penso que cabe a nós agora meditar sobre seus textos e suas ideias e adaptá-los aos nossos problemas cada um na sua área de competência. É o que eu tento fazer no meu trabalho pelo desenvolvimento comunitário na França”.

Nessa entrevista, Varine deixa claro o impacto que o ideário de Paulo Freire tiveram sobre o campo do patrimônio notadamente sobre a ideia de uma nova tipologia de museus calcada na participação popular e na construção de um cidadão consciente e crítico de sua realidade e seu entorno.

7. Os ecomuseus chegam ao Brasil, os primeiras encontros

I e o II Encontro Internacional de Ecomuseus

No mesmo ano da ECO 92, o Rio de Janeiro, em meio às questões de desenvolvimento sustentável, sediou o I Encontro Internacional de Ecomuseus (18 a 23 de maio de 1992), organizado pela Prefeitura, com a intenção de implantar o conceito no Brasil e propor a criação de um ecomuseu na Zona Oeste da cidade, o Ecomuseu de Santa Cruz. Nesse encontro, foram debatidos os temas como museu, cultura e desenvolvimento sustentado (Herman Crespo Total), além de apresentações de experiências com ecomuseus em Itaipu (Fernanda Camargo-Moro), Portugal (Mário Moutinho), Estados Unidos (René Rivard) e

Europa (Hugues de Varine).

Nesse encontro as apresentações e debates foram organizados em torno de cinco temas:

- Museus, cultura e Desenvolvimento Sustentado;

- A proposta do Ecomuseu – Experiência de Itaipu

painel: Ecomuseu a guarda da memória coletiva;

- Ecomuseu a experiência em Portugal;

painel: Experiências brasileiras, museus a céu aberto

- Ecomuseu a experiência Americana;

painel: Comunidade e desenvolvimento sustentável

- Ecomuseu a experiência europeia

painel: pressupostos para a implantação em países de terceiro mundo

painel: potencialidades da zona oeste

painel: propostas para um plano de ação para a zona oeste

Esses temas giravam em torno do objetivo principal do encontro que era o tratamento do ecomuseu como alternativa de desenvolvimento sustentável, em sintonia com as propostas que foram feitas no âmbito da ECO-92. Estava em discussão a implantação do primeiro ecomuseu brasileiro. Como destacou Fernanda Camargo-Moro em sua primeira fala no evento, o ecomuseu “*é um museu que vincula o território à comunidade e ao patrimônio*”, mas um patrimônio liberto de dos conceitos estéticos pautados em critérios de excepcionalidade, raridade, beleza. “*O território também não precisa ser um território bonito, precisa ser amado e querido pela comunidade*”. (Segundo encontro, 1992:2).

O segundo encontro correu em maio de 2000 também no Rio de Janeiro, em Santa Cruz, contanto com uma participação maior de palestrantes e temas, já que também foi um evento conjunto com o IX ICOFOM latino-americano.

Após oito anos os ecomuseus se reuniram para debater questões relacionadas a sua implantação e gestão,. Nesse segundo encontro houve um aumento significativo no numero de participantes e de comunicações. Além do número de participantes, vale destacar a diversidade das experiências apresentadas visto que os participantes do encontro

apresentaram temas relacionados à questões dos ecomuseu em diferentes partes do mundo, como Índia, Reino Unido, Argentina, México, França, Canadá, Portugal, Espanha, Costa Rica, Itália e Brasil. As apresentações abordaram experiências em diferentes contextos, legislações e países e discutiu-se diversas questões envolvendo o patrimônio natural, como por exemplo os ecomuseus no contexto das agendas 21 locais, educação ambiental, as integrações regionais e potenciais cooperações, memória regional; bem como museologia, identidades, questões de pertencimento, narrativas do patrimônio, discurso e ação comunitária, autonomia, cidadania e estratégias de desenvolvimento sustentável. Destacamos também o debate sobre a noção de patrimônio, entendido como um fenômeno social e o impacto de uma nova estratégia de gestão patrimonial histórica e cultural necessárias para acompanhar as transformações da relação entre os profissionais do patrimônio e os grupos sociais vinculados a ele e a esse território, neste caso a autora discute os museus históricos de cidade. O crescimento do interesse por parte dos grupos de estudo e pesquisadores de museologia sobre o tema tanto em Quebec, quanto no México como no Brasil (Segundo encontro, 2000:26-29)

Modelos de Ecomuseus

Diante de uma tipologia nova de museu em constante elaboração e reelaboração, Corsane, Davis et al. pesquisaram a região do Piemonte, Itália a fim de avaliar o quão próximos da teoria museológica algumas das experiências denominadas de ecomuseu se encontravam.

A pesquisa realizada em cinco ecomuseus sugere que novos métodos de avaliação devem ser desenvolvidos e que não se atinge os objetivos desejados se as ferramentas também não se adaptarem à nova tipologia de museu proposta. A pesquisa permitiu identificar o que os grupos envolvidos avaliavam como relevantes para mensurar o 'sucesso' do ecomuseu. Segundo os autores as conversas diretas e as questões abertas empregadas nas entrevistas com os grupos sociais vinculados ao ecomuseu trouxeram informações relevantes para a discussão dos benefícios advindos do ecomuseu. Eles vão desde a aquisição de novas e inesperadas habilidades na liderança estratégica e gerenciamento de projetos, na identificação e construção de uma rede de financiamento (Ecomuseo dell'Argila), o encontro de novos amigos, a oportunidade de viajar que o museu oferece (Ecomuseo della Campana) ou a

construção do conhecimento e reconhecimento do território (Ecomuseo dell'Ardesia). Uma posição compartilhada por diferentes membros dos cinco ecomuseus pesquisados apontam para o benefício de atingir um objetivo ou ambição pessoal e o consequente sentimento de orgulho pela conquista, o que levou os autores a sugerir que o envolvimento com o ecomuseu agrega benefícios que podem ser intangíveis e portanto exigem novas abordagens e técnicas de identificação. (Corsane et al, 2007: 12-14)

Os trabalhos de Corsane, Davis et al. abordam os ecomuseu do Piemonte, mas ambos trabalham também com ecomuseus chineses, japoneses, sul-africanos e Davis também esteve envolvido no projeto do único modelo de ecomuseu do Reino Unido, localizado na Escócia.

Ao longo do desenvolvimento da tese analisamos diferentes experiências de ecomuseus no Brasil e na Europa. Apresentamos abaixo alguns ecomuseus que foram selecionados para podermos exemplificar a grande diferença de modelos para uma mesma tipologia de museu. Além disso, mas não menos importante, no Brasil, não há um acompanhamento sistemático das implantação de ecomuseus e não há dados oficiais sobre a quantidade, localização e atividades dos ecomuseus, especialmente dentro do recorte cronológico deste trabalho, isto é do pós guerra, 1956 até 2003, ano da Convenção sobre o Patrimônio Imaterial. É a partir do final da primeira década do século XXI e início da segunda que as associações de ecomuseus e museus comunitários se estruturam e ganham maior visibilidade.

O Ecomuseu de Itaipu – PR

O caso do Ecomuseu de Itaipu, fruto da implantação de uma hidroelétrica, e da busca de ações de mitigação dos danos socioambientais, suscita uma avaliação do seu processo de implantação e das suas formas de sustentabilidade frente ao grande número de obras de infraestruturas em implantação e/ou previstas para serem implantadas no Brasil. Desde o início dos estudos de viabilidade para a construção de Itaipu, isto é, início dos anos 1970, da construção e operação da hidroelétrica, a legislação de preservação ambiental e patrimonial nacionais se transformaram, ampliando as responsabilidades e as exigências de contrapartidas socioambientais frente aos danos e/ou transformações provocadas pela sua implantação. O caso do ecomuseu de Itaipu é importante para entender o alcance das suas

ações junto às populações com as quais trabalha e, especialmente, frente ao seu potencial de gestão inovadora do patrimônio tendo em vista a integração de diferentes ações de preservação.

O Ecomuseu de Itaipu é o projeto de ecomuseu mais antigo, em funcionamento no Brasil. O ecomuseu está vinculado à empresa Itaipu Binacional, uma das maiores hidroelétricas do mundo e seu reservatório cobre uma área de 1490 quilômetros quadrados, segundo dados da prefeitura de Foz do Iguaçu (2011). A hidroelétrica Binacional, construída pelo Brasil e Paraguai, está situada na Foz do Iguaçu, na região sudoeste do Brasil, na fronteira com o Paraguai e a Argentina, no encontro dos rios, Iguaçu e Paraná. Nessa mesma região está localizado o Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1939 que abriga o maior remanescente de floresta Atlântica da região sul do Brasil. O Parque protege uma riquíssima biodiversidade, constituída por espécies representativas da fauna e flora brasileiras e foi a primeira Unidade de Conservação do Brasil a ser instituída como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO, no ano de 1986. Unido pelo rio Iguaçu ao Parque Nacional Iguaçu, na Argentina, o Parque integra o mais importante contínuo biológico do Centro Sul da América do Sul, com mais de 600 mil hectares de áreas protegidas e outros 400 mil em florestas ainda primitivas. Na década de 1970, época da ocupação agrícola do oeste do Paraná por habitantes vindos do sul do país (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), a cidade possuía cerca de 34.000 habitantes. A partir dos anos 1970, com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ocorreu uma explosão demográfica e a partir dos anos 90 a atividade de comércio, turismo e eventos propiciou novo acréscimo populacional.

O Ecomuseu de Itaipu foi o primeiro ecomuseu no Brasil(1985-1986). A sua seleção se deve pelas perguntas que um ecomuseu vinculado a uma usina hidroelétrica permite formular, especialmente quando pensamos sobre a forma de participação dos grupos sociais associados ao ecomuseu. Os desafios de articulação com todos os municípios lindeiros cujos cursos d'água deságuem na represa de Itaipu e possam dessa forma comprometer a qualidade da água, prejudicando o desempenho da usina. Foi escolhido por ser o pioneiro mas também por reunir um rico patrimônio natural e cultural, estar localizado numa zona de fronteira, com grande diversidade étnica, social e cultural. Além disso, o Parque Nacional da Foz do Iguaçu

é sítio Patrimônio Natural da Humanidade, título recebido da Unesco em 1986. Nesse sentido, há semelhanças com alguns aspectos de Roden Island na África do Sul apresentado por Corsane no capítulo anterior. É um sítio que congrega patrimônio natural, cultural, com forte potencial turístico, diferentes públicos, tanto localmente quanto turistas. Ao contrário da maioria dos ecomuseus ele faz parte da estrutura administrativa da usina hidrelétrica e dessa forma está subordinado à sua hierarquia, o que constrange e limita a participação das populações envolvidas em aspectos que envolvam a gestão do ecomuseu, pois estão institucionalmente submetidos ao corpo gestor à hierarquia empresarial. Mas por outro lado a presença da empresa pode ser um facilitador para a sustentabilidade do ecomuseu e um facilitador para o planejamento das ações do museu.

Outro documento levantado foi uma entrevista intitulada *Un écomusée près d'une centrale hydroélectrique* para o jornal *Avenir*, dada por Fernanda Camargo-Moro. Dessa entrevista destacamos sua proposição para a criação de um ecomuseu que refletisse a realidade local, isto é, a enorme hidrelétrica de Itaipu e seu entorno. Itaipu tinha então em seu poder vários testemunhos do passado, de variadas formas, que “*traçam o desenvolvimento histórico da região toda. As tradições devem ser preservadas na perspectiva de uma expansão cultural que se caracterizará mais e mais por uma osmose entre as heranças desaparecidas que é uma questão dessa tríplice fronteira e as comunidades e populações transplantadas, flutuantes, das quais muitas não estão integradas*”. Segue tratando da vocação dos ecomuseus para conciliar os grandes avanços do desenvolvimento e a atenção necessária ao processo de preservação. Afirma seguir uma museologia segundo a qual a atenção ao cotidiano é indispensável para a “*manutenção da identidade criada pelo homem, suas atividades e seu meio... tornar o museu receptivo às questões sociais e arqueológicas assim como às mudanças, reforçando suas funções de desenvolvimento científico e cultural, ... a fim de transformá-lo num verdadeiro instrumento de comunicação entre as gerações atuais, passadas e futuras*”.

O ecomuseu de Itaipu desenvolve especialmente atividades de comunicação, como exposições e atividades de educação patrimonial. O fato de estar vinculado a uma grande empresa pública não permitiria que os grupos sociais diretamente envolvidos viessem a ter

participação plena e decisória nas atividades e opções do museu, mas por outro lado, a hierarquia institucional não inviabiliza sua participação, estimulada por meio das ações de comunicação e formação.

O Ecomuseu de Maranguape – CE

O Ecomuseu de Maranguape localizado na comunidade rural de Cachoeira, município de Maranguape, no Estado do Ceará no estado do Ceará, região nordeste do Brasil, tem um percurso bastante diferente do Ecomuseu de Itaipu. O local onde está é uma área destinada para reforma agrária e lá foram assentadas famílias dentro do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971). Representa uma das primeiras experiências de reforma agrária no estado do Ceará, realizada durante a ditadura militar que governou o país de 1964-1985. O Ecomuseu de Maranguape pretende estudar e catalogar as manifestações simbólicas do local, mapear os conteúdos das experiências de vida dos habitantes, a partir da concepção da comunidade e seu patrimônio cultural, da preservação do território, por meio do diálogo entre passado e presente visando a formação e o aperfeiçoamento profissional e humano da comunidade de Cachoeira. Há várias ações propostas para o desenvolvimento local, mas aqui vale destacar a premiação do projeto de educação patrimonial elaborado por um dos jovens da comunidade no Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial²¹.

A experiência do Ecomuseu de Maranguape é importante para as discussões sobre o conceito de ecomuseu (já que se consideram também um museu comunitário), sobre a participação da comunidade nas ações de identificação do patrimônio cultural, e especialmente na gestão de seu patrimônio e na proposição de ações que contribuem para o desenvolvimento local. Há várias denominações que podem ser usadas além de ecomuseu, museu comunitário, museu de vizinhança, e cada um deles reforça um aspecto em torno do qual um determinado grupo se reúne e se aglutina. No caso de Maranguape o ecomuseu opera numa região de semiárido onde o desafio da agricultura é saber operar e se relacionar com o

²¹Leandro Oliveira, ganhador do projeto "Celeiro dos bens culturais e naturais: descobrindo os bens patrimoniais da minha cidade", graduando em Letras – Artes e Mediação Cultural da Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA).

meio ambiente onde atua. Mas se pensarmos sob o aspecto que motivou a criação do ecomuseu, isto é, a memória da luta e conquista pela terra, se a opção tivesse sido a denominação de museu de território a ênfase estaria dada nessa relação. E não seria denominação que mudaria o encaminhamento das ações.

Mas um dos pontos importantes dessa relação é a valorização e a participação dos membros do grupo na tomada de decisões. Todas as decisões são discutidas pelo Comitê Agrícola, composto exclusivamente pelos membros do assentamento. Dele participam também indivíduos e entidades organizadas da sociedade civil que contribuem com as ações do Ecomuseu, mas a decisão pela implantação ou não, é de responsabilidade dos membros do comitê. A criação do ecomuseu resulta de uma iniciativa do Comitê que desejava uma ação de memória da luta pela terra e da história do assentamento que ficasse exposta na antiga sede da fazenda. A partir daí a Fundação Terra que assessora a comunidade em diferentes questões, apresentou ao grupo a proposta da criação de um ecomuseu, para tratar dos diferentes aspectos da história local, mas que também poderia incorporar as preocupações e ações frente a manutenção do território e o seu desenvolvimento. No momento da visita ao Ecomuseu de Maranguape o grupo discutia a reativação da casa de farinha que é uma edificação antiga, localizada próxima ao casarão, sede da antiga fazenda, e o que justificava sua reativação era o fato de que o produto farinha era ainda consumido por muitos e era isso que dava o significado da recuperação física da casa de farinha. O passado está presente enquanto houver sentido e contribuir para o desenvolvimento futuro, não é a manutenção e a preservação de um bem valorizado por elementos externos a ele – beleza, excepcionalidade, raridade, entre outros – mas pelos valores atribuídos, no caso fornecedor um produto que passa a ser produzido localmente e que contribuirá para o grupo. Mas não podemos também ignorar que é a própria discussão pelo grupo, de se a casa de farinha deveria ou não ser recuperada, já é em si mesma um exercício de conscientização e participação por meio de um bem cultural e a decisão de como fazê-lo, isto é, a consciência das necessidades do grupo, do conhecimento técnico necessário para a sua realização, da organização de sua produção e compartilhamento. Essa discussão sobre se a produção de algo consumido diariamente, ou se será mantida a compra do produto no mercado, passa pela avaliação de questões ligadas à realidade cotidiana, desejos e possibilidades, e é isso que lhe dá o sentido e a revincula ao patrimônio, à

história e ao território. É uma construção de sentido, de pertencimento lenta, contínua e coletiva que está na operação.

Os agricultores são os proprietários do casarão que abrigava a antiga sede da fazenda e onde hoje está localizado a sede do Ecomuseu de Maranguape. O patrimônio histórico local inclui também a Igreja de São José.

Em matéria de divulgação produzida pelo Ecomuseu e reproduzida em seu site, o presidente do Comitê Agrícola, Gilson Rodrigues, afirma que todos ganharam com a rede construída para o projeto. Ele conta que técnicas de uso racional de água e práticas agrícolas sustentáveis contribuíram muito para que os agricultores de Cachoeira não sentissem tanto o impacto de uma seca fortíssima que castigou grande parte do Nordeste há alguns anos. E os agricultores também estão buscando alternativas de geração de renda, como o plantio de produtos orgânicos, de acordo com as técnicas de permacultura praticadas e disseminadas pelo Ecomuseu. "O importante é a ação comunitária, todos juntos, e o projeto deu mais força nisso", complementa Gilson Rodrigues, citando por exemplo a padaria comunitária que os moradores mantêm. O site ainda informa que as tecnologias sociais e alternativas são, de fato, uma das linhas de atuação do Ecomuseu de Maranguape. Os parceiros passaram a integrar a rede de tecnologias sociais existente no município, com ações como o forno solar, muito apreciadas pelos jovens. Mas o que consideramos fundamental aqui é não só o uso das tecnologias como a informática para a articulação do grupo com outros grupos, via a constituição de uma rede, o potencial do uso, mas também que a aceitação dessas tecnologias sociais implantadas passa pela decisão do grupo e o respeito a decisão que pode contrariar a visão de técnicos e especialistas. Quando da visita ao Ecomuseu de Maranguape discutia-se na reunião com o comitê agrícola a produção de orgânicos e a definição do público-alvo para venda, avaliação de experiências prévias com a sua produção, a experiência de outros agricultores regionais, etc. Outro exemplo seria o uso do forno solar que dispensa o consumo de energias não renováveis como madeira, carvão ou mesmo gás e funciona com a energia solar. Na região do semiárido cearense parece uma escolha simples e racional, mas que teve que ser apropriada por parte do grupo. Explico, as narrativas que ouvimos eram de profunda desconfiança frente ao emprego desse recurso, um objeto simples, uma geladeira de

isopor “aprimorada” com a emprego de outros invólucros e parte que a transformaram num forno que só precisaria ficar algumas horas exposto ao sol e as dúvidas se a comuda não estragara, se ficaria com bom saber se faria bem, etc, tiveram que ser trabalhadas pelo grupo e pelos técnicos. A autonomia está na possibilidade de recusa, na possibilidade de se avaliar eficácia e pertinência, ainda que a opção venha a ser pela não utilização do recurso. A autonomia está também na possibilidade de reavaliação das opções anteriores e decisão de mudança ou de permanência da posição assumida.

A atualização do site do Ecomuseu ainda informa que eles mantêm a atividade da equipe de jovens monitores, “que capricham nas explicações sobre todos objetos do museu mantido no casarão. São símbolos de uma história viva, cujos significados são retomados e reinterpretados no contexto do projeto. Jovens como Luana Castro, que realça a importância de “não se esquecer as raízes da comunidade””. As visitas ao casarão e/ou às exposições são acompanhadas pelos monitores e no momento de nossa visita, estava em cartaz uma exposição sobre bordados, com amostras de todas as variações de bordados realizados pelos moradores e moradoras. A diversidade de técnicas de bordado, a delicadeza dos pontos, e o orgulho do monitor pelo seu patrimônio confirmam a força dessa tradição artesanal no Brasil.

Cada espaço, cada pedaço de chão, do casarão e do terreno ao redor são utilizados como material de ensino e aprendizagem. A mandala, utilizada dentro do rol de atividades ligadas à permacultura, é explicada nos mínimos detalhes, por agentes jovens como Antônio Vagner Luz da Silva, de 18 anos. “É preciso aprender a conviver com o semiárido, mas com tecnologias certas isso é possível”, ele observa. Novamente reforçamos que o emprego de tecnologias respeitam os tempos individuais e coletivos e que o sucesso ou não de sua utilização se dá pelas opções conscientes do recurso, o que por sua vez retroalimenta o processo.

Em nova atualização ficamos sabendo que “as oficinas de informática e de música no Ecomuseu e a biblioteca itinerante que passou a visitar todas as moradias do distrito rural de Cachoeira são algumas das múltiplas atividades propiciadas pelo projeto. Casas como a de Maria Faustina Oliveira da Silva, cujo neto, Douglas, de 10 anos, está no quinto ano da EM

"José de Moura". O menino estava muito feliz com a chegada da biblioteca em sua casa – alguns livros e o computador. "Ficamos muito contentes porque ele volta muito feliz da escola", diz a avó. Novamente estamos diante do museu em processo, em tempos de construção que fogem da lógica das gestões condicionadas ao tempo político. As necessidades do grupo são definidas pelo grupo e sua implementação depende muitas vezes do tempo das ações de agentes e departamentos submetidos à gestão política do momento, como no caso da educação e cultura, mas a ultrapassa e as mantém como condutoras de um processo maior, cujos resultados podem ser o apresentado pela Escola Municipal "José de Moura", que conforme nos informam, passou por grande transformação desde o início do Projeto Ecomuseu de Maranguape.

Em nosso contato com o ecomuseu a falta de infraestrutura presente em diferentes aspectos dentro da escola era uma questão preocupante e que segundo nos informaram à época seria uma frente de ação prioritária para o ecomuseu. "Passou a contar com lousa digital e outros recursos de última geração, mas principalmente desenvolveu uma nova metodologia de ensino e aprendizado, com resultados expressivos na performance dos alunos. Uma das mudanças mais notáveis e impactantes foi a adoção da política de imersão, levando ao aprofundamento do estudo de uma determinada disciplina, de um assunto específico. A imersão é dividida em módulos: 20 dias seguidos de português, associados a 10 de história e 10 de geografia, e 20 dias seguidos de matemática, associados a 10 de ciências, 5 de artes e 5 de ensino religioso. "Facilitou muito para as crianças, pois o ensino ficou mais organizado. E no final, em um seminário, elas mostram o que aprenderam e o que têm de questionamentos", explica a professora Glaucia Andrade, entusiasmada com a metodologia que deve ser estendida a outras escolas de Maranguape, tal o sucesso alcançado." É claro que o sucesso do movimento é fundamental para a sua manutenção e expansão, mas vale destacar sempre a ideia de processo que permeia o museu e suas ações e aqui não falamos apenas de Maranguape. O fundamental foi a ação, a tomada de consciência e a busca de uma solução. No caso, o resultado satisfatório resulta de outros elementos presentes nas parcerias do ecomuseu, mas que por sua vez também são fruto de outros processos e que não se estabelecem e se solidificam no período de uma gestão política.

Nas palavras de outra coordenadora do projeto e ex-diretora da escola municipal José de Moura, “a construção do conhecimento, visão multidimensional, ensino integral. Eixos que o Projeto Ecomuseu de Maranguape vem seguindo, sempre com a base na aliança, na parceria. "Estamos construindo sinergias, e por isso as ações devem ter continuidade. A sustentabilidade vem do conhecimento construído, assimilado e compartilhado".

Nas palavras de Nadia Helena Oliveira Almeida coordenadora do ecomuseu em trabalho de monografia de especialização pela UFMG Programa de Formação de Conselheiros Nacionais a “ampliação dos espaços de interação interpessoais e institucionais, de promoção da cidadania, por meio da inclusão sociopolítica é um passo importante, mas não suficiente para gerar a mudança de paradigma substantivamente. É também identificar elementos contextualizantes do movimento da Nova Museologia (museus comunitários e ecomuseus) no Brasil, situando e sinalizando os caminhos que estas unidades museológicas vem trilhando, com base no trabalho coletivo e compartilhado de redes locais e globais e seus horizontes futuros.

As questões ecológicas são abordadas em diferentes frentes de educação, mas também de produção (agroecologia). Segundo informações do ecomuseu a Fundação desenvolve iniciativas em educação ambiental e arte nas comunidades serranas do Ceará. No distrito de Cachoeira, em Maranguape, em parceria com o Centro Comunitário e a EM José de Moura, foi construída uma Agenda 21 Local, que apontou as prioridades da comunidade. Entre elas, a revitalização do casarão histórico (da década de 1830), que foi da família Moura Cavalcanti, com a estruturação do Ecomuseu e que abriga tanto a oficina de informática quanto as exposições do ecomuseu. Exposições que partem do patrimônio cultural local e podem ter alcances distintos, incluindo sua itinerância, como foi o caso da exposição de bordados, conforme nos informou nosso monitor.

Em sua monografia Nadia destaca outro aspecto que consideramos fundamental na implantação de ações como a Ecomuseu de Maranguape:

“...Uma tentativa de revisão da relação Território e Desenvolvimento Sustentável. Na concepção do geógrafo Milton Santos (1994),

“o território é o dado essencial da condição da vida cotidiana e seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da vida individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”. Sob esta perspectiva, o território, como uma categoria de análise espaço-temporal – e mesmo quando ainda denotava apenas a base física sobre a qual uma nação produz suas condições objetivas de vida – expressa a complexidade das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais das sociedades em/comum determinado espaço.”

Não é o patrimônio cultural que molda e determina as ações, mas a conquista de território, a apropriação de sua ocupação para além do tempo de vida dos que o conquistaram, mas a inclusão do passado, visando o futuro. Diante do receio de que as novas gerações pudessem se esquecer do que representou a luta pela terra e/ou de que as condições de vida no presente determinassem a saída dos jovens da região, reiniciando um percurso já conhecido, levou inicialmente a proposição de uma exposição que marcasse essa luta. O sucesso da parceria vem da percepção de que só isso não seria suficiente e que é nesse momento que o uso da noção de patrimônio assume força transformadora, embora como já foi dito, ela não tem si mesma a força mobilizadora da ação, mas pode ter sim papel transformador de processos e na construção de identidades e percursos.

O Museu Comunitário Umbu – RS

O Museu Comunitário Umbu localizado em Alvorada, estado do Rio Grande do Sul, nasce de uma iniciativa da ONG Movimentação que é resultado de 40 anos de atuação dos movimentos sociais que tiveram início na década de sessenta (1960) no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Suas ações são voltadas para a transformação da situação de vulnerabilidade social das comunidades periféricas, com destaque para as ações afirmativas para garantir políticas públicas de proteção da criança e geração de emprego e renda. A ONG vem fomentando os processos de mediação de conflitos e promovendo atividades socioeducativas tendo em vista o alargamento dos conceitos de territorialidade e pertencimento para a população dos bairros Onze de Abril, Salomão e do Parque Residencial

Umbu, que surgiram como conjuntos habitacionais oriundos da luta por moradia. O Museu aplica a pedagogia Griô Reinvenção da Roda da Vida, com foco na ancestralidade com enfoque nas rodas de memória e na cultura de tradição oral.

Está inserido dentro do contexto de implementação de políticas públicas de valorização do patrimônio imaterial brasileiro definidas pela constituição federal de 1988, fruto de uma série de lutas e debates ao longo do processo da assembleia constituinte responsável pela sua redação e que só foi regulamentado em 2000, embora o tenha sido com três anos de antecedência em relação à Convenção do Patrimônio Imaterial da Unesco (2003). São implementadas ações como as 'mulheres pela paz' que atuam na mediação de conflitos, outra ação realizada foi a experiência de implantação de um dinheiro local, o umbu, mas no caso d Museu Comunitário Umbu destacamos a importância de ações como o mestre griô que valoriza a tradição oral e o compartilhamento de experiências, contribuindo com o reforço de identidades e de pertencimento.

É importante enfatizar que ao tratarmos de ecomuseus não estamos tratando de processo lineares e com sucesso e permanência assegurado, já que quase todos dependem de projetos e editais de financiamento para se manterem. Mas trata-se antes de continuidade, de muito esforço e luta condicionados pelas realidades locais e que a autodeterminação na escolha do nome de museu comunitário, ecomuseu, museu de território não é determinante em si mesma, mas reflexo do aspecto a ser mais valorizado. As experiências de ecomuseus terão o tempo de existência no território que ele puder ter, enquanto ele fizer sentido para o grupo e tiver viabilidade para existir. E aqui há uma outra diferença grande em relação ao museu tradicional, que é uma instituição voltada para a permanência e preservação, mas os ecomuseus, museus de tempo e de espaço, podem até ser transitório ou temporário, o que sem dúvida prejudica o processo mas não o inviabiliza, já que a essência do ecomuseu está também nas experiências compartilhadas pelos grupos e atores sociais envolvidos, ainda que interrompidas

No Brasil, a expansão do conceito de patrimônio e o estímulo à participação social, marcou a política cultural durante as décadas de 70 e 80. Conforme assinala Fonseca

(2005:25), houve um incentivo à democratização da política de preservação na proposta da Fundação Nacional Pró-memória, baseada no discurso amplamente difundido no qual a participação da comunidade nas ações de preservação não deveria ser apenas como objeto ou público-alvo da ação de preservação, mas que seria antes de tudo como sujeito dessa ação, como promotora e co-gestora da ação, chamada a participar junto com os agentes institucionais envolvidos; discurso bem retratado no lema “*a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio*” (op. cit., 2005:185). A participação das “comunidades” na promoção e co-gestão do patrimônio vem aumento no Brasil. Há exemplos de criação de museus comunitários e ecomuseus por parte de grupos e associações diretamente vinculados à questão original que gerou a necessidade de criação de um instrumento de organização, articulação e gestão de um determinado patrimônio coletivo.

No caso europeu apresentamos dois ecomuseus de natureza bastante diferenciada também.

O Ecomuseo della Pastorizia, Piemonte, Itália

É um museu que também tinha financiamento direto do poder público via projetos e ações da União Europeia. Está localizado numa região próxima à Turim e à fronteira com a França e historicamente ligada ao pastoreio. Essa atividade econômica que configurou a região por séculos vem sendo abandonada paulatinamente desde os anos 1960 com a expansão da indústria automobilística em Turim que absorveu grandes contingentes de mão de obra.

Após a passagem de um jornalista inglês que estudava as raças de cordeiros e se dirigiu à região famosa pela raça sambuco. E foi ele que oficializou a diminuição abrupta da espécie diante da incorporação de novas raças. Por iniciativa de moradores e autoridades locais foi iniciado um projeto para a reinserção da espécie sambuco o que demandava investimento em diferentes frentes. O projeto de desenvolvimento local amparado nessa iniciativa marca o início das atividades que culminaram com a criação do Ecomuseo della Pastorizia. A região do Piemonte possui uma legislação específica de valorização da criação de ecomuseus, como na maior parte dos casos europeus, voltadas para atividades de estímulo ao turismo e consumo

de produtos locais. A parte inferior da sede do museu foi transformada para abrigar filhotes da espécie sambuco que paulatinamente foram sendo incorporados pelos pastores aos seus rebanhos. Aliada ao pastoreio, o ecomuseu ajudou os produtores locais de laticínios a investirem num tipo regional de queijo que já encontra mercado nos circuitos gastronômicos da região do Piemonte. A parceria com universidades especialmente com a de Aix em Provence, na França buscou soluções industriais para o emprego da lã, pois a indústria da moda não iria incorporar a produção local e a criação de malhas locais não tem como concorrer com a indústria. O pastoreio é uma atividade milenar na região e o sambuco é uma raça que só existe praticamente nessa região. O Ecomuseu opera com roteiros turísticos e trilhas pelos alpes e durante a estação de inverno, quando a região é ocupada por adeptos de esportes de inverno, os roteiros são bastante procurados. Lentamente a reocupação do território por uma geração mais nova começa a ser percebido, mas uma nova população o ocupa, poucos são 'ancestrais' do território e não se sabe como se processará essa relação. No entanto, o que marca as ações desse ecomuseu é a sua real integração com a comunidade local, a relação benéfica com as universidades da região e o desenvolvimento de novos produtos. Como dependem integralmente de recursos públicos advindo da União Europeia e do governo do Piemonte não se pode mensurar os danos que uma prolongada crise financeira provocará na continuidade de suas operações.

Ceumannan Ecomuseum, Staffin, Isle of Skye, Escócia.

A Isle of Skye é uma ilha que fica à noroeste da Escócia. É a única organização no Reino Unido a usar o nome de Ecomuseu. A decisão de constituição desse ecomuseu ocorreu após o Staffin Community Trust ser premiado com cerca de duzentas mil libras para desenvolver um ecomuseu no nordeste de Skye, que é a parte de menor densidade demográfica da ilha. Os recursos vieram da União Europeia para um programa destinado à região das Highlands, do fundo para o patrimônio da loteria, do Patrimônio Escocês, de empresas e poder público locais. Foram desenvolvidas trilhas 'patrimoniais'. Para o diretor do Trust os percursos interpretativos mostrará a paisagem para os próprios moradores e também para os visitantes.

Se fossemos considerar só a apresentação inicial desse ecomuseu já poderíamos perceber

a enorme diferença entre as motivações e necessidades que levaram à opção pela constituição de um ecomuseu, mas também pela forma altamente hierarquizada na qual a decisão foi tomada.

Mas a região das Highlands e especialmente a região da Isle of Skye são localidades onde ainda se fala o idioma gaélico, especialmente os mais velhos, já que os jovens tendem a deixar a região em direção a centros urbanos maiores. As trilhas interpretativas dos treze percursos estabelecidos pela ilha, bem como nos estabelecimentos comerciais utilizam as duas línguas. Trata-se de um patrimônio imaterial riquíssimo que já foi registrado por pesquisadores e que está salvaguardado nas universidades. Há estudantes de letras e professores que se reúnem para praticar a língua na região, mas não há nenhum centro de interpretação da região que trate desse tema. Antigamente vários moradores viviam da pesca e essa é uma atividade já abandonada na região. Novamente o trabalho de pesquisa foi realizado e por meio de depoimentos as memórias e narrativas dos antigos pescadores foi registrada, mas não há nenhuma ação a ilha que faça referência a esse passado.

No entanto, há um museu a céu aberto que reproduz a arquitetura antiga das casas com reconstituições de ambientes internos e objetos especialmente voltados ao tema trabalho, emprego de bonecos de cera, bastante visitado. Há um terceiro museu com acervo eclético composto por objetos antigos encontrados na ilha e seu acervo é composto e por uma coleção de história natural. Mas as ações de patrimônio não estão articuladas e as três instituições não operam conjuntamente numa localidade de baixíssima densidade demográfica.

Acreditamos que esses modelos hierarquizados e dependentes de atores externos tem muito mais dificuldade de prosperar, pois além dos desafios internos que não são poucos não contam com uma rede articulada que viabilize os apoios e as trocas de experiências necessárias e não lhe dão o caráter de processo, mas sim de ações específicas e pontuais.

Conclusão

No primeiro capítulo abordamos o tema patrimônio por meio da discussão bibliográfica sobre a construção, expansão e usos da noção de patrimônio, pois foi no contexto de sua expansão que nasceu a ideia do ecomuseu.

A rápida expansão do patrimônio ocorrida nos últimos quarenta anos, num processo possível de ser identificado em diferentes países do ocidente e do oriente, criou novas indústrias, profissões e um largo campo interdisciplinar de estudo.

O surgimento do ecomuseu e seus desdobramentos. A partir da perspectiva do patrimônio nos apresentou o contexto que originou o ecomuseu e nos permitiu acompanhar seu desenvolvimento de um aparato institucional, via órgãos como a Unesco, o ICOM e posteriormente o MINOM, que pautaram e ao mesmo tempo refletiram essa discussão sobre a natureza do patrimônio, seus usos e práticas. Privilegiamos autores que refletiram sobre o patrimônio nas décadas de 1970 a 1990 e que vivenciaram o período de transformações da ideia de patrimônio no Reino Unido, França e Brasil.

As entidades criadas internacionalmente para a preservação do patrimônio cultural e natural e cujo trabalho criou as bases para que os acordos internacionais dessa área pudessem ser implementados pelos países membros, respeitadas as especificidades e o contexto de cada país.

No Brasil, além dos órgãos de preservação pontuamos aspectos da legislação patrimonial brasileira no que se refere ao patrimônio cultural e natural e, em ambos os casos, nosso objetivo é inseri-los no contexto de expansão da ideia de patrimônio e do desenvolvimento dos ecomuseus. Um movimento que culmina com a Convenção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural, e que ao mesmo tempo estimula a valorização de patrimônios locais, sua territorialidade; a diversidade cultural, que reforça identidades e conecta diferentes atores e grupos sociais às ações envolvidas nos processos de identificação, salvaguarda, comunicação e gestão do patrimônio.

Fizemos um percurso pela história dos ecomuseus a fim de entender como se deu a implantação na Europa e sua chegada ao Brasil para verificarmos as bases sobre as quais ele se estabeleceu no Brasil onde temos a hipótese de que ele assumiu características distintas.

E reforçamos que as diferenças no caso brasileiro refletem a participação de movimentos sociais vinculados a outras causas que vem na ideia de patrimônio um reforço e uma estratégia de ação, e que ao ser incorporada ela de fato se transforma num instrumento de ação política, de reforço de identidade, de melhoria de condições de vida, mas que não depende do patrimônio e do grupo gestor, dependem acima de tudo da conexão com a realidade local e a participação contínua e cotidiana na vida local.

Destacamos que a história da construção da cidadania no Brasil ao longo do século passado foi marcada por um longo período de suspensão dos direitos civis, políticos e sociais durante a o período da ditadura civil-militar também pela luta tanto contra a ditadura, mas pela conquista de novos direitos. As mudanças políticas não foram um produto direto de uma piora no cenário econômico, mas sim uma combinação de fatores na qual foram centrais o amplo processo social que se desenvolveu para além do projeto inicial de abertura. As oportunidades políticas conquistadas com a abertura política, após um período de repressão, permitiu a reestruturação e a estruturação de nova organizações e de mobilização social que ampliaram a capacidade de vários movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais e religiosas que ao se organizarem conquistaram a participação na assembleia constituinte brasileira e o direito de enviar emendar populares com propostas que se refletiram no texto final da constituição Federal de 1988. Inserimos nesse processo os avanços sobre as questões patrimoniais, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento do patrimônio imaterial.

Esse reconhecimento de elementos constitutivos das identidades de grupos sociais que ficam em geral á margem dos processo e das políticas públicas puderam ser incorporados em ações de valorização e promoção de patrimônios que não apenas os que representam segmentos privilegiados já bem representados nas ações de de tombamento e de preservação do patrimônio. Essa expansão do patrimônio é muito importante para o reconhecimento de quilombos, terra e cultura, a princípio preservados da especulação e do agronegócio.

Apontamos indícios da conexão entre visões de mundo cristãs e a ideia de patrimônio integrado, constituinte do ecomuseu. E acreditamos que o tema merece uma pesquisa direcionada na qual pudéssemos identificar o papel das comunidades eclesiais de base na organização e articulação de movimentos sociais.

Os ecomuseus são um instrumento de gestão do patrimônio integrado que só se realiza de fato, ao ser apropriado por movimentos sociais previamente organizados que veem na identificação e gestão do patrimônio um instrumento a mais de ação política, de reforço de identidades e de luta. A preservação do patrimônio, baseada na atualmente denominada museologia social, na constituição de um ecomuseu, não é suficiente para alavancar o processo de preservação e transformação a que se propõe, se não estiver sustentada por uma coesão externa a ela, isto é, uma coesão que seja fruto de outras lutas empregadas pelos grupos sociais envolvidos, organizados em busca de resolução de questões que não estejam diretamente ligadas ao patrimônio, como por exemplo, habitação, questões fundiárias, meio ambiente, acesso à educação, mas que são a base sobre a qual os processos museológicos envolvidos na gestão do patrimônio podem ser implementados.

FOTOS	
Figura 1	Mapa com a localização dos ecomuseus que integram o Laboratorio Ecomusei da região do Piemonte, Itália.
Figura 2	Itinerários e trilhas do Ecomuseo della Pastorizia, Piemonte, Itália
Figura 3	Material de divulgação, mapa e acessos ao Ecomuseo della Pastorizia, Piemonte
Figura 4	Material de divulgação, Cartão Postal do Ecomuseo della Pastorizia, Piemonte
Figura 5	Material de divulgação, atividades e produtos do Ecomuseo della Pastorizia
Figura 6	Material de divulgação, atividades e produtos do Ecomuseo della Pastorizia
Figura 7	Ecomuseu de Maranguape_Igreja, Ceará, Brasil
Figura 8	Ecomuseu de Maranguape_antiga sede da fazenda, área expositiva, Ceará, Brasil
Figura 9	Ecomuseu de Maranguape_Casa de Farinha, Ceará, Brasil
Figura 10	Ecomuseu de Maranguape_placas de energia solar, Ceará, Brasil
Figura 11	Ecomuseu de Maranguape_peça da Exposição de Bordados, Ceará, Brasil
Figura 12	Ecomuseu de Maranguape_peça da Exposição de Bordados, Ceará, Brasil
Figura 13	Ecomuseu de Maranguape_Comitê Agrícola, Ceará, Brasil
Figura 14	Ceumannan Staffin Ecomuseum_sinalização de percurso 1, Isle of Skye, Escócia
Figura 15	Ceumannan Staffin Ecomuseum_sinalização de percurso 2, Isle of Skye, Escócia
Figura 16	Ceumannan Staffin Ecomuseum_material de divulgação, Isle of Skye, Escócia
Figura 17	Ceumannan Staffin Ecomuseum_sinalização de percurso 3, Isle of Skye, Escócia
Figura 18	Staffin Taigh-Tasgaidh Museum_comunicação visual do museu, Isle of Skye, Escócia
Figura 19	Staffin Taigh-Tasgaidh Museum_sapato de criança encontrado na região em 1982
Figura 20	Isle of Skye_Staffin Taigh-Tasgaidh Museum_acervo de mineralogia
Figura 21	Isle of Skye_Open Air Museum_reproduções de habitações antigas 1
Figura 22	Isle of Skye_Open Air Museum_reproduções de habitações antigas 2

Figura 23	Isle of Skye_Open Air Museum_livreto com a história local
Figura 24	Isle of Skye_Open Air Museum_exposição modos de vida 1
Figura 25	Isle of Skye_Open Air Museum_exposição modos de vida 2
Figura 26	Isle of Skye_Open Air Museum_exposição modos de vida 3

Figura 1: Projeto Ecomuseus, mapa com a localização dos ecomuseus que integram o Laboratorio Ecomusei da região do Piemonte – Itália

Figura 2: Ecomuseo della Pastorizia, itinerários.

Figura 3 e 4: Ecomuseo della Pastorizia

Figuras 5 e 6: Ecomuseo della Pastorizia

Ecomuseo della Pastorizia

SUL FILO DELLA LANA

9.30 ARRIVO a Pietraperzia
Incontro con la guida e, se prevista, COLAZIONE

10.00 VISTA
Il percorso museale sulla pastorizia presso l'Ecomuseo è un abbinamento di spazi di ricerca Sambucano LABORATORIO multimediale, laboratorio insieme con l'Autore

12.30 PRANZO

14.00 MUSICA & DANZE
Momenti di festa ed animazione con la musica e le danze occitane

PERCORSO didattico
Passeggiata alla scoperta della flora e della fauna nel sentiero dell'Ecomuseo della Pastorizia

16.00/16.30 MERENDA se concordata, e rientro

Architettura e tradizione

9.30 ARRIVO a Sandrone
Incontro con la guida e, se prevista, COLAZIONE

10.00 PERCORSO didattico
alla scoperta dell'architettura, della cultura "Centro di Documentazione Valle Stura", (Sala delle Antiche Tradizioni) e degli aspetti naturalistici della nostra montagna

12.30 PRANZO

14.00 MUSICA & DANZE
Momenti di festa ed animazione con la musica e le danze occitane

LABORATORIO didattico di Educazione Ambientale

16.00/16.30 MERENDA se concordata, e rientro

Le erbe aromatiche

9.00 ARRIVO a Domette
Incontro con la guida TRASFERIMENTO in località Salerin e, se prevista, COLAZIONE

9.30 PERCORSO didattico
Passeggiata naturalistica "Le erbe aromatiche spontanee"

12.30 PRANZO

14.00 MUSICA & DANZE
Momenti di festa ed animazione con la musica e le danze occitane

LABORATORIO didattico
"Le erbe aromatiche tra riconoscimento e loro coltivazione" oppure "Il cavallo di montagna"

PARTICIPANTI: minimo 15, massimo 30

16.00/16.30 MERENDA se concordata, e rientro

Condizioni

Il costo dell'intera giornata varia come segue:

- € 16,50 pro capite, oppure € 18,50 pro capite comprendente: vitale guidata, incontro con la musica e le danze occitane, colazione o merenda, trasporto presso struttura chiusa per il pranzo al sacco (a cura degli alunni).
- € 9,00 pro capite, oppure € 11,00 pro capite comprendente: vitale guidata, incontro con la musica e le danze occitane, colazione o merenda, ospitalità presso struttura chiusa per il pranzo al sacco (a cura degli alunni).
- E a carico degli insegnanti il solo costo della prima colazione o merenda (€ 3,00) e il pranzo al ristorante (€ 9,00) se concordati.
- Gli importi complessivi dovranno essere versati alla guida della Comunità Montana all'arrivo della giornata di visita.
- Ad attendere nella località di arrivo saranno presenti una o più guide naturalistiche che, accompagnandoli lungo tutta la giornata, renderanno il vostro soggiorno in valle piacevole e istruttivo.
- L'organizzazione del trasporto rimane a carico dei partecipanti, salvo accordi diversi, i guidatori, dove necessario a disposizione del gruppo per tutta la giornata.

Un prodotto naturale

L'agnello Sambucano presenta un'ossatura piccola con una massa muscolare molto sviluppata, compatta e con assenza di striature di grasso filamentoso. La carne ha un sapore ottimo, determinato da caratteristiche genetiche oltre che dal tipo di alimentazione naturale somministrata alle pecore. Le analisi di laboratorio eseguite dalla Facoltà di Scienze Agrarie di Torino hanno confermato che si tratta di una carne particolarmente magra, di colore rosso vivo attruente, con ottime caratteristiche organolettiche e chimico-bromatologiche ed a basso contenuto di colesterolo.

Essendo un alimento facilmente assimilabile e a potere allergizzante pressoché nullo, è particolarmente indicata nell'alimentazione dei bambini, degli anziani ed in casi di allergie alimentari.

SAMBUCANO

AGNELLO OTTENO GARANTITO

CONSETO L'ESCAROUM
NELLE SUE IN VENEZIA, CN

La carne di agnello Sambucano dal gusto raffinato e saporito va cucinata in modo semplice, al forno o in umido, con l'aggiunta di poco olio d'oliva e alcune erbe locali (rosmarino, timo, ecc.).

La pregiata lana della pecora Sambucano permette il confezionamento di plaid, maglioni, giacconi, berretti, sciarpe, calze e giuletti per un caldo inverno.

La trasformazione del latte della pecora Sambucano permette di produrre il tradizionale e saporito formaggio "La Toano".

Potete acquistare la tenera e saporita carne dell'agnello Sambucano, del Presidio Slow Food, nelle macellerie o consumarla nei ristoranti che espongono questo marchio ed il certificato di provenienza che accompagna l'agnello e ne garantisce la qualità e la genuinità.

L'agnello Sambucano è commercializzato dalla COOPERATIVA AGRICOLA "LOU BARMASET a.r.l." PIAZZA PONTIERNARDO 12010 PIETRAPORZIO (CN) Tel. 335 5470191

Figuras 7 e 8: Ecomuseu de Maranguape

Figuras 9 e 10: Ecomuseu de Maranguape

Figuras 11 e 12 : Ecomuseu de maranguape

Figuras 13 e 14 ecomuseu de Maranguape

COME AND JOIN US IN STAFFIN. WALK IN THE FOOTSTEPS OF TIME. DISCOVER SOME OF THE MOST IMPORTANT DINOSAUR DISCOVERIES IN THE UK. FEEL THE RHYTHMS OF CROFTING LIFE. ROAM THROUGH THE ARCHAEOLOGY OF OUR TALKING LANDSCAPE. CONNECT WITH OUR THEATRE OF GEOLOGY. LISTEN TO GAELIC AS A LIVING LANGUAGE.

...Nuair thig thu staigh aig Grèinigil,
chi thu meudachd na Cuith-raing
far 'n deachaidh millean ceum a thoirt
le muinntir chèin nach gann;
a h-uile bliadhna sheulaichinn
gum bi an seusan trang
le millean dhaoine a' spleuchdadh air
na creagan 'g èirigh teamm...

M.C.

**STAFFIN ECOMUSEUM
CEUMANNAN**

it's out there!

**WALK IN THE FOOTSTEPS OF TIME
IN OUR TALKING LANDSCAPE
DISCOVER 13 SITES - EACH WITH
ITS OWN STORY TO TELL
A MUSEUM IN THE ENVIRONMENT,
WHERE ANYTHING CAN HAPPEN...**

**STAFFIN ECOMUSEUM
CEUMANNAN**

it's out there!

FOR MORE INFORMATION VISIT OUR MUSEUM WEBSITE
WWW.SKYECOMUSEUM.CO.UK

STAFFIN ECOMUSEUM CEUMANNAN IS SUPPORTED BY:

POSTING CODE: STAFFIN ECOMUSEUM IS NOW PART OF THE STAFFIN ECOMUSEUM TRUST, A SCOTTISH CHARITY

**STAFFIN ECOMUSEUM
CEUMANNAN**

it's out there!

FOR MORE INFORMATION VISIT OUR MUSEUM WEBSITE
WWW.SKYECOMUSEUM.CO.UK

STAFFIN ECOMUSEUM CEUMANNAN IS SUPPORTED BY:

POSTING CODE: STAFFIN ECOMUSEUM IS NOW PART OF THE STAFFIN ECOMUSEUM TRUST, A SCOTTISH CHARITY

11 AN LETHALLT

LEWIT - THE BURN WITH THE HIGH BANK - (FROM GORTIC)

THE DISTOMITE ROAD

YOU CAN CROSS THE MAIN FORD ONE MILE
THE DISTOMITE ROAD ONE MILE FROM
THE BURN. AS YOU CROSS THE FORD
DISTOMITE ROAD CROSSING FROM BURN TO
HAWKSTON ROAD. THAT THE DISTOMITE
THE BURN ROAD THE CROSSING OF
THE DISTOMITE ROAD.

WALKING DOWN THE ROAD CROSSING THE
DISTOMITE ROAD, THEN THE DISTOMITE ROAD
AND THE DISTOMITE ROAD CROSSING
HAWKSTON ROAD. THAT THE DISTOMITE
THE BURN ROAD THE CROSSING OF
THE DISTOMITE ROAD.

YOU CAN CROSS THE MAIN FORD ONE MILE
THE DISTOMITE ROAD ONE MILE FROM
THE BURN. AS YOU CROSS THE FORD
DISTOMITE ROAD CROSSING FROM BURN TO
HAWKSTON ROAD. THAT THE DISTOMITE
THE BURN ROAD THE CROSSING OF
THE DISTOMITE ROAD.

WALKING DOWN THE ROAD CROSSING THE
DISTOMITE ROAD, THEN THE DISTOMITE ROAD
AND THE DISTOMITE ROAD CROSSING
HAWKSTON ROAD. THAT THE DISTOMITE
THE BURN ROAD THE CROSSING OF
THE DISTOMITE ROAD.

YOU CAN CROSS THE MAIN FORD ONE MILE
THE DISTOMITE ROAD ONE MILE FROM
THE BURN. AS YOU CROSS THE FORD
DISTOMITE ROAD CROSSING FROM BURN TO
HAWKSTON ROAD. THAT THE DISTOMITE
THE BURN ROAD THE CROSSING OF
THE DISTOMITE ROAD.

WALKING DOWN THE ROAD CROSSING THE
DISTOMITE ROAD, THEN THE DISTOMITE ROAD
AND THE DISTOMITE ROAD CROSSING
HAWKSTON ROAD. THAT THE DISTOMITE
THE BURN ROAD THE CROSSING OF
THE DISTOMITE ROAD.

**STAFFIN ECOMUSEUM
CEUMANNAN**

it's out there!

FOR MORE INFORMATION VISIT OUR MUSEUM WEBSITE
WWW.SKYECOMUSEUM.CO.UK

STAFFIN ECOMUSEUM CEUMANNAN IS SUPPORTED BY:

POSTING CODE: STAFFIN ECOMUSEUM IS NOW PART OF THE STAFFIN ECOMUSEUM TRUST, A SCOTTISH CHARITY

**WALK IN THE
FOOTSTEPS OF TIME**

13 UNIQUE SITES
- EACH WITH ITS
OWN SECRETS TO DISCOVER

**STAFFIN ECOMUSEUM
CEUMANNAN**

it's out there!

**WALK IN THE
FOOTSTEPS OF TIME**

13 UNIQUE SITES
- EACH WITH ITS
OWN SECRETS TO DISCOVER

**STAFFIN ECOMUSEUM
CEUMANNAN**

it's out there!

Open Air Museum Escocia

A Short History of Crofting in Skye

By Jonathan MacDonald

ANEXOS:

Anexo 1: Países signatários da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris, 17 de outubro de 2003, organizada por data de adesão à convenção.

Anexo 2: Países signatários da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 1972, organizada por ordem alfabética de países.

Anexo 1

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris

17 de outubro de 2003.^{1 2}

	<u>Estados</u>	<u>Data de depósito do instrumento</u>	<u>Tipo de Instrumento</u>
1	Argélia	15/03/2004	Aprovação
2	República de Maurício	04/06/2004	Ratificação
3	Japão	15/06/2004	Aceite
4	Gabão	18/06/2004	Aceite
5	Panamá	20/08/2004	Ratificação
6	China	02/12/2004	Ratificação
7	República Centro-Africana	07/12/2004	Ratificação
8	Letônia	14/01/2005	Aceite
9	Lituânia	21/01/2005	Ratificação
10	Bielorrússia	03/02/2005	Aprovação
11	República da Coreia	09/02/2005	Aceite
12	Seychelles	15/02/2005	Ratificação
13	República Árabe Síria	11/03/2005	Ratificação
14	Emirados Árabes Unidos	02/05/2005	Ratificação
15	Mali	03/06/2005	Ratificação
16	Mongólia	29/06/2005	Ratificação
17	Croácia	28/07/2005	Ratificação
18	Egito	03/08/2005	Ratificação
19	Omã	04/08/2005	Ratificação
20	Dominica	05/09/2005	Ratificação
21	Índia	09/09/2005	Ratificação
22	Vietnã	20/09/2005	Ratificação
23	Peru	23/09/2005	Ratificação
24	Paquistão	07/10/2005	Ratificação
25	Butão	12/10/2005	Ratificação
26	Nigéria	21/10/2005	Ratificação
27	Islândia	23/11/2005	Ratificação
28	México	14/12/2005	Ratificação
29	Senegal	05/01/2006	Ratificação
30	Romania	20/01/2006	Aceite
31	Estônia	27/01/2006	Aprovação
32	Luxemburgo	31/01/2006	Aprovação
33	Nicarágua	14/02/2006	Ratificação

1 De acordo com o Artigo 34, esta Convenção entra em vigor em 20 de abril de 2006 para os Estados que depositaram seus respectivos instrumentos de Ratificação, Aceite, aprovação ou acesso em ou antes de 20 de janeiro de 2006. Para os demais Estados ela deverá entrar em vigor. Três meses depois que seja feito o depósito, pelo Estado do instrumento de Ratificação, Aceite, Aprovação ou acesso.

2 Fonte: UNESCO_Documento acessado em 10/10/2013.

	<u>Estados</u>	<u>Data de depósito do instrumento</u>	<u>Tipo de Instrumento</u>
34	Etiópia	24/02/2006	Ratificação
35	Chipre	24/02/2006	Ratificação
36	Bolívia	28/02/2006	Ratificação
37	Brasil	01/03/2006	Ratificação
38	Bulgária	10/03/2006	Ratificação
39	Hungria	17/03/2006	Ratificação
40	Irã	23/03/2006	Ratificação
41	Jordânia	24/03/2006	Ratificação
42	República da moldávia	24/03/2006	Ratificação
43	Eslováquia	24/03/2006	Ratificação
44	Bélgica	24/03/2006	Aceite
45	Turquia	27/03/2006	Ratificação
46	Madagascar	31/03/2006	Ratificação
47	Albânia	04/04/2006	Ratificação
48	Zâmbia	10/05/2006	Aprovação
49	Armênia	18/05/2006	Aceite
50	Zimbabué	30/05/2006	Aceite
51	Camboja	13/06/2006	Ratificação
52	Macedônia (A antiga República Iugoslávia da Macedônia)	13/06/2006	Ratificação
53	Marrocos	06/07/2006	Ratificação
54	França	11/07/2006	Aprovação
55	Costa do Marfim	13/07/2006	Ratificação
56	Burquina Faso	21/07/2006	Ratificação
57	Honduras	24/07/2006	Ratificação
58	Tunísia	24/07/2006	Ratificação
59	São Tomé e Príncipe	25/07/2006	Ratificação
60	Argentina	09/08/2006	Ratificação
61	Filipinas	18/08/2006	Ratificação
62	Burundi	25/08/2006	Ratificação
63	Paraguai	14/09/2006	Ratificação
64	República Dominicana	02/10/2006	Ratificação
65	Guatemala	25/10/2006	Ratificação
66	Espanha	25/10/2006	Ratificação
67	Quirguistão	06/11/2006	Ratificação
68	Mauritânia	15/11/2006	Ratificação
69	Grécia	03/01/2007	Ratificação
70	Líbano	08/01/2007	Aceite
71	Noruega	17/01/2007	Ratificação
72	Azerbaidjão	18/01/2007	Ratificação
73	Uruguai	18/01/2007	Ratificação
74	Santa Lúcia	01/02/2007	Ratificação
75	Costa Rica	23/02/2007	Ratificação
76	Venezuela	12/04/2007	Aceite

	<u>Estados</u>	<u>Data de depósito do instrumento</u>	<u>Tipo de Instrumento</u>
77	Niger	27/04/2007	Ratificação
78	Cuba	29/05/2007	Ratificação
79	Mônaco	04/06/2007	Aceite
80	Djibuti	30/08/2007	Ratificação
81	Namíbia	19/09/2007	Ratificação
82	Iêmen	08/10/2007	Ratificação
83	Indonésia	15/10/2007	Aceite
84	Moçambique	18/10/2007	Ratificação
85	Quênia	24/10/2007	Ratificação
86	Itália	30/10/2007	Ratificação
87	Belize	04/12/2007	Ratificação
88	Arábia Saudita	10/01/2008	Aceite
89	Uzbequistão	29/01/2008	Ratificação
90	Equador	13/02/2008	Ratificação
91	Guiné	20/02/2008	Ratificação
92	Geórgia	18/03/2008	Ratificação
93	Colômbia	19/03/2008	Ratificação
94	Sri Lanka	21/04/2008	Aceite
95	Portugal	21/05/2008	Ratificação
96	Ucrânia	27/05/2008	Ratificação
97	Chade	17/06/2008	Ratificação
98	Sudão	19/06/2008	Ratificação
99	Suíça	16/07/2008	Ratificação
100	Lesoto	29/07/2008	Ratificação
101	Catar	01/09/2008	Ratificação
102	Papua Nova Guiné	12/09/2008	Ratificação
103	Eslovênia	18/09/2008	Ratificação
104	Barbados	02/10/2008	Aceite
105	República Popular Democrática da Coreia	21/11/2008	Ratificação
106	Chile	10/12/2008	Ratificação
107	Grenada	15/01/2009	Ratificação
108	Togo	05/02/2009	Ratificação
109	República Tcheca	18/02/2009	Aceite
110	Bósnia e Herzegovina	23/02/2009	Ratificação
111	Afeganistão	30/03/2009	Aceite
112	Áustria	09/04/2009	Ratificação
113	Uganda	13/05/2009	Ratificação
114	Bangladesh	11/06/2009	Ratificação
115	Montenegro	14/09/2009	Ratificação
116	Haiti	17/09/2009	Ratificação
117	São Vicente e as Grenaldinas	25/09/2009	Ratificação
118	Dinamarca	30/10/2009	Aprovação
119	Laos	26/11/2009	Ratificação

<u>Estados</u>	<u>Data de depósito do instrumento</u>	<u>Tipo de Instrumento</u>
120 Iraque	06/01/2010	Ratificação
121 Fiji	19/01/2010	Ratificação
122 Tonga	26/01/2010	Aceite
123 Malawi	16/03/2010	Ratificação
124 Botsuana	01/04/2010	Aceite
125 Nepal	15/06/2010	Ratificação
126 Guiné Equatorial	17/06/2010	Ratificação
127 Sérvia	30/06/2010	Ratificação
128 Trinidad e Tobago	22/07/2010	Ratificação
129 Tajiquistão	17/08/2010	Ratificação
130 Vanuatu	22/09/2010	Ratificação
131 Jamaica	27/09/2010	Ratificação
132 República Popular Democrática do Congo	28/09/2010	Ratificação
133 Eritreia	07/10/2010	Ratificação
134 Suécia	26/01/2011	Ratificação
135 Polônia	16/05/2011	Ratificação
136 Gambia	26/05/2011	Ratificação
137 Brunei Darussalam	12/08/2011	Ratificação
138 Tanzânia	18/10/2011	Ratificação
139 Palau	02/11/2011	Ratificação
140 Turquemenistão	25/11/2011	Ratificação
141 Palestina	08/12/2011	Ratificação
142 Cazaquistão	28/12/2011	Ratificação
143 Benin	17/04/2012	Ratificação
144 Países Baixos	15/05/2012	Aceite
145 Congo	16/07/2012	Ratificação
146 El Salvador	13/09/2012	Ratificação
147 Camarão	09/10/2012	Ratificação
148 Suazilândia	30/10/2012	Aceite
149 Ruanda	21/01/2013	Ratificação
150 Micronésia	13/02/2013	Ratificação
151 Finlândia	21/02/2013	Aceite
152 Nauru	01/03/2013	Ratificação
153 Alemanha	10/04/2013	Aceite
154 Antígua e Barbuda	25/04/2013	Ratificação
155 Malásia	23/07/2013	Ratificação
156 Andorra	08/11/2013	Ratificação
157 Samoa	13/11/2013	Aceite
158 Comoros	20/11/2013	Ratificação
159 Barein	07/03/2014	Ratificação
160 Myanmar	07/05/2014	Ratificação
161 Bahamas	15/05/2014	Ratificação

Anexo 2		
Países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972		
Afeganistão	20/03/1979	R
Albânia	10/07/1989	R
Argélia	24/06/1974	R
Andorra	03/01/1997	Ac
Angola	07/11/1991	R
Antígua e Barbuda	01/11/1983	Ac
Argentina	23/08/1978	Ac
Armênia	05/09/1993	S
Austrália	22/08/1974	R
Áustria	18/12/1992	R
Azerbaidjão	16/12/1993	R
Bahamas	15/05/2014	R
Barein	28/05/1991	R
Bangladesh	03/08/1983	Ac
Barbados	09/04/2002	Ac
Bielorrússia	12/10/1988	R
Bélgica	24/07/1996	R
Belize	06/11/1990	R
Benin	14/06/1982	R
Butão	22/10/2001	R
Bolívia	04/10/1976	R
Bósnia-Herzegovina	12/07/1993	S
Botsuana	23/11/1998	A
Brasil	01/09/1977	Ac
Brunei Darussalam	12/08/2011	R
Bulgária	07/03/1974	Ac
Burquina Faso	02/04/1987	R
Burundi	19/05/1982	R
Cabo Verde	28/04/1988	
Camboja	28/11/1991	Ac
Camarão	07/12/1982	R
Canadá	23/07/1976	Ac
República Centro-Africana	22/12/1980	R
Chade	23/06/1999	R
Chile	20/02/1980	R
China	12/12/1985	R
Colômbia	24/05/1983	Ac
Comores	27/09/2000	R
Congo	10/12/1987	R
Ilhas Cook	16/01/2009	R
Costa Rica	23/08/1977	R
Costa do Marfim	09/01/1981	R

Anexo 2		
Países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972		
Croácia	06/07/1992	S
Cuba	24/03/1981	R
Chipre	14/08/1975	Ac
República Tcheca	26/03/1993	S
República Popular Democrática da Coreia	21/07/1998	Ac
República Democrática do Congo	23/09/1974	R
Dinamarca	25/07/1979	R
Djibuti	30/08/2007	R
Dominica	04/04/1995	R
República Dominicana	12/02/1985	R
Equador	16/06/1975	Ac
Egito	07/02/1974	R
El Salvador	08/10/1991	Ac
Guiné Equatorial	10/03/2010	R
Eritreia	24/10/2001	Ac
Estônia	27/10/1995	R
Etiópia	06/07/1977	R
Fiji	21/11/1990	R
Finlândia	04/03/1987	R
França	27/06/1975	Ac
Gabão	30/12/1986	R
Gâmbia	01/07/1987	R
Geórgia	04/11/1992	S
Alemanha	23/08/1976	R
Gana	04/07/1975	R
Grécia	17/07/1981	R
Granada	13/08/1998	Ac
Guatemala	16/01/1979	R
Guiné	18/03/1979	R
Guiné Bissau	28/01/2006	R
Guiana	20/06/1977	Ac
Haiti	18/01/1980	R
Vaticano	07/10/1982	A
Honduras	08/06/1979	R
Hungria	15/07/1985	Ac
Islândia	19/12/1995	R
Índia	14/11/1977	R
Indonésia	06/07/1989	Ac
Irã	26/02/1975	Ac
Iraque	05/03/1974	Ac
Irlanda	16/09/1991	R
Israel	06/10/1999	Ac

Anexo 2		
Países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972		
Itália	23/06/1978	R
Jamaica	14/06/1983	Ac
Japão	30/06/1992	Ac
Jordânia	05/05/1975	R
Cazaquistão	29/04/1994	Ac
Quênia	05/06/1991	Ac
Kiribati	12/05/2000	Ac
Kuwait	06/06/2002	R
Quirguistão	03/07/1995	Ac
Laos	20/03/1987	R
Letônia	10/01/1995	Ac
Líbano	03/02/1983	R
Lesoto	25/11/2003	Ac
Libéria	28/03/2002	Ac
Líbia	13/10/1978	R
Lituânia	31/03/1992	Ac
Luxemburgo	28/09/1983	R
Madagascar	19/07/1983	R
Malawi	05/01/1982	R
Malásia	07/12/1988	R
Maldivas	22/05/1986	Ac
Mali	05/04/1977	Ac
Malta	14/11/1978	Ac
Ilhas Marshall	24/04/2002	Ac
Mauritânia	02/03/1981	R
República de Maurício	19/09/1995	R
México	23/02/1984	Ac
Micronésia	22/07/2002	Ac
Mônaco	07/11/1978	R
Mongólia	02/02/1990	Ac
Montenegro	03/06/2006	S
Marrocos	28/10/1975	R
Moçambique	27/11/1982	R
Myanmar	29/04/1994	Ac
Namíbia	06/04/2000	Ac
Nepal	20/06/1978	Ac
Países baixos	26/08/1992	Ac
Nova Zelândia	22/11/1984	R
Nicarágua	17/12/1979	Ac
Níger	23/12/1974	Ac
Nigéria	23/10/1974	R
Niue	23/01/2001	Ac

Anexo 2		
Países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972		
Noruega	12/05/1977	R
Omã	06/10/1981	Ac
paquistão	23/07/1976	R
Palau	11/06/2002	Ac
Palestina	08/12/2011	R
Panamá	03/03/1978	R
Papua Nova Guiné	28/07/1997	Ac
Paraguai	27/04/1988	R
Peru	24/02/1982	R
Filipinas	19/09/1985	R
Polônia	29/06/1976	R
Portugal	30/09/1980	R
Catar	12/09/1984	Ac
República da Corei	14/09/1988	Ac
República da Moldávia	23/09/2002	R
Romênia	16/05/1990	Ac
Rússia	12/10/1988	R
Ruanda	28/12/2000	Ac
São Cristóvão e Névis	10/07/1986	Ac
Santa Lúcia	14/10/1991	R
São Vicente e as Grenaldinas	03/02/2003	R
Samoa	28/08/2001	Ac
São Marino	18/10/1991	R
São Tomé e Príncipe	25/07/2006	R
Arábia Saudita	07/08/1978	Ac
Senegal	13/02/1976	R
Sérvia	11/09/2001	S
Seicheles	09/04/1980	Ac
Serra Leoa	07/01/2005	R
Singapura	19/06/2012	R
Eslováquia	31/03/1993	S
Eslovênia	05/11/1992	S
Ilhas Salomão	10/06/1992	A
África do Sul	10/07/1997	R
Espanha	04/05/1982	Ac
Sri Lanka	06/06/1980	Ac
Sudão	06/06/1974	R
Suriname	23/10/1997	Ac
Suazilândia	30/11/2005	R
Suécia	22/01/1985	R
Suíça	17/09/1975	R
Síria	13/08/1975	Ac

Anexo 2		
Países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972		
Tajiquistão	28/08/1992	S
Tailândia	17/09/1987	Ac
Macedônia (antiga República Iugoslávia da Macedônia)	30/04/1997	S
Togo	15/04/1998	Ac
Tonga	30/04/2004	Ac
Trinidade e Tobago	16/02/2005	R
Tunísia	10/03/1975	R
Turquia	16/03/1983	R
Turquemenistão	30/09/1994	S
Uganda	20/11/1987	Ac
Ucrânia	12/10/1988	R
Emirados Árabes Unidos	11/05/2001	A
Reino Unido	29/05/1984	R
Tanzânia	02/08/1977	R
Estados Unidos da América	07/12/1973	R
Uruguai	09/03/1989	Ac
Usbequistão	13/01/1993	S
Vanuatu	13/06/2002	R
Venezuela	30/10/1990	Ac
Vietnã	19/10/1987	Ac
Iêmen	07/10/1980	R
Zâmbia	04/06/1984	R
Zimbabué	16/08/1982	R

Notas

O símbolo ** refere-se aos países que de acordo com o Artigo 33 da Convenção ainda não entrou em vigência

1. Essa convenção passou a vigorar em 17 de dezembro de 1975. Consequentemente, ela passou a vigorar em cada país três meses após a data de depósito do instrumento daquele Estado, exceto nos casos de declarações de sucessão (indicadas pela letra (S)), onde a convenção entrou em vigor na data na qual o Estado assume responsabilidade pela condução de suas relações internacionais.

2. Por meio do acesso da República Democrática da Alemanha à Lei Básica da República Federativa da Alemanha a partir de 3 de outubro de 1990, as duas Alemanhas uniram-se para formar um Estado soberano. As partes contratantes do Tratado de Unificação “concordaram que os tratados e acordos aos quais a República Federativa da Alemanha contratados ... continuam em vigor e que seus respectivos direitos e obrigações ... serão aplicados “ a todo território Alemão. A República Democrática da Alemanha aderiu à essa Convenção em 18 de dezembro de 1988.

Bibliografia

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.) (2009) *Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2a ed..
- ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (2007) *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Disponível on-line no sítio da ABA <<http://www.portal.abant.org.br/>>.
- ALVES, Vânia Maria Siqueira; REIS, Maria Amélia Gomes de Souza Reis.(2013) *Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a mesa redonda de Santiago do Chile, 1972* . Revista Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS Unirio | MAST vol. 6 no 1
- APPADURAI, Arjun (2008) *The globalization of archaeology and heritage: a discussion with Arjun Appadurai*. Londres: Routledge.
- ARANTES, Antonio Augusto (org.). (1984) *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Cristina (orgs.) (1995) *A memória do pensamento museológico brasileiro: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM/FFLCH/USP
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOMUSEUS MUSEUS COMUNITÁRIOS (2006) *Estatuto da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários*. <<http://www.abremc.com.br/estatuto.asp>>
- BAGHLI, S.; BOYLAN, P.; HERREMAN, Y. (1998) *History of ICOM (1946-1996)*. Paris: ICOM.
- BAPTISTA, Jean & SILVA, Cláudia Feijó da (Orgs.) (2013) *Práticas Comunitárias e Educativas em Memória e Museologia Social*. Rio Grande: Editora da FURG.
- BATISSE, M. e BOLLA, G. (2003) *L'invention du 'patrimoine mondial'* in: Les Cahiers du Club Histoire, Paris: AAFU.
- BELLAIGNE, Mathilde (1992) *Museologia e Interdisciplinaridade*. In: O Desafio Museológico, Fórum de Museologia do Nordeste, Salvador.
- BLOCH, Marc (2001) *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- BOAS, Franz (2004) “Os objetivos da pesquisa Antropológica”, In: *Antropologia Cultural*, organização e tradução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BOAS, Franz (2004a) “As limitações do Método Comparativo da Antropologia” In: *Antropologia Cultural*, organização e tradução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BOFF, Leonardo & Boff, Clodovis (1987) *Introducing Liberation Theology*. Kent: Burns & Oates,. Series Liberation and Theology, v. 1.

BOSREDON, Pauline (2009) *Habiter et aménager les centres anciens. Les reconfigurations du rapport des acteurs à la vieille ville par le classement au patrimoine mondial: une comparaison entre Harar em Ethiopie et Alep em Syrie*. Geography Université Rennes 2. French. <NNT:2010REN20017> <tel-00525518>

_____. (2011) Recompositions spatiales et marginalisation sociale au centre Le cas de Harar (Éthiopie), une ville du patrimoine mondial. *Recompositions spatiales et marginalisation sociale au centre, Géographie et cultures*, 79, pp. 47-65.

BOTELHO, Isaura. (2000) *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.

BOURDIEU, P. (1980) *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit.

BRANDÃO, Lucas Coelho (2011) “Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte

de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular”. Universidade De São Paulo Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas Departamento De Sociologia Programa De Pós-Graduação Em Sociologia.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.) (2010) *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v.1.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.) (2010) *O ICOM- Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro - documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, v. 2.

Bruno, Maria Cristina Oliveira (2001) *A Nova Museologia*. Material produzido para Curso de Especialização de Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; FELIPINI, K (Orgs.) (2008) *Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento - Propostas e Reflexões Museológicas*. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó.

- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; CHAGAS, Mario; MOUTINHO, M. (Orgs.) (2007) *Sociomuseology*. 1. ed. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- CABRAL, Magaly (2012) *Mesa-Redonda “O papel dos museus na sociedade”* 10ª Semana Nacional de Museus, Juiz de Fora/MG, 13 a 20 de maio de 2012, Revista Museu.
- CÂNDIDO. Manuelina Maria Duarte (2003) *Ondas do pensamento museológico brasileiro*. Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. V.20.
- _____ (2009) *Museus como espaço de interdisciplinaridade e o ofício do historiador*. In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História. Por uma est(ética) da beleza na História. Fortaleza: ANPUH.
- _____ (2014) *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico, museologia e planejamento*. Porto Alegre: Medianiz.
- CARDOSO JR, Hélio Rebello (1996) “Narrativas e Totalidades como problemas na historiografia – um estudo e dois casos”. In: MARBELA, Jurandir (Org.). *A Velha História*. Campinas: Papirus.
- CARMAN, John (2002) *Archeology and Heritage: an introduction*. Londres: Continuum.
- CHAGAS, Mário (1996) *Entrevista Hugues de Varine*. Cadernos de Sociomuseologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. V.5.
- _____ (2000) “Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus”. Texto apresentado em aula do curso de especialização em museologia do Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade de São Paulo (mimeo).
- _____ (2009) *A Imaginação Museal Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- CHOAY, Françoise (2001) *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Liberdade & Unesp, 2a. edition.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (1972) *Colloque à Lourmarin*, du 25 au 30 septembre, in: Les Nouvelles de l'ICOM, vol.25, no 3.
- _____ (1972) *Mesa Redonda de Santiago do Chile: Princípios de Base do Museu Integral*, ICOM; Colóquio Internacional do Conselho

Internacional de Museus (ICOM). Museu da Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau-les-Mines.

(2008) “Mesa Redonda de Santiago do Chile – 1972” e “Declaração de Caracas – 1992”. In: *Seminário Alargado em Museologia : Textos de apoio*. Mindelo, Cabo Verde: Universidade Lusófona de Lisboa.

CORSANE, Gerad (2007) *Using ecomuseum indicators to evaluate the Robben Island Museum and World Heritage Site*. Londres, Routledge.

CORSANE,G, DAVIS,P., ELLIOTT,S., MAGGI,M., MURTAS,D. & ROGER,S.(2007) *Ecomuseum Performance in Piemonte and Liguria, Italy: The Significance of Capital* International Journal of Heritage Studies Vol. 13, No. 3, May 2007, pp. 224–239, DOI: 10.1080/13527250701228148

CONSANI, Ana Claudia Do Rego (2009) “Os Direitos Adquiridos Na Constituição Federal De 1988”. Dissertação De Mestrado Faculdade De Direito Da Universidade De São Paulo São Paulo.

COSTA, Rogério H. (2010) *Do 'Fim dos Territórios' à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CURY, Isabelle (org.) (2000) *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 3ª edição.

CURY, Marília Xavier (1999) “O campo de atuação da museologia”. In: *Exposição: análise metodológica do processo de concepção, montagem e avaliação*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

DAVALLON, Jean; GRANDMONT, Gérard; SCHIELE, Bernard (Eds) (1992) *The Rise of Environmentalism in Museums*. Quebec: Musée de la Civilisation, Collection Muséo.

DAVALLON, J. (1988) *Exposition scientifique, espace et ostension*, Protée 16 (3).

DAVIS, Peter (2011) *Ecomuseums, a Sense of Place*. London: Continuum.

DAVIS, P.; CORSANE, G.; ELLIOT, S.; MAGGI, M.; MURTAS, D.; ROGERS, S. (2007) *Ecomuseum Evaluation: Experiences in Piemonte and Liguria, Italy*, International Journal of Heritage Studies, 13:2.

DE CARLI, Georgina (2008) *Un Museo Sostenible: museo y comunidad en la preservación activa de su patrimonio*. Heredia: EUNA.

DELÉAGE, Jean-Paul (1991) *Histoire de l'écologie: une science de l'homme et de la nature*. Paris: La Découverte.

DERSDEPANIAN, Georgina (2000) *El museo comunitario: un principio para todos*. Gaceta de Museos, nº. 17, março. CNMyE-INAH. México.

DESVALLÉES, André (1993) *Musée et Collections Publique*. In: *La Museología: curso de museología / textos y testimonios*, Georges Henri Rivière. Madrid: Editiones Akal S.A.

DESVALLÉES, André (1992) “Présentation”. In: *Vagues - Une anthologie de la nouvelle muséologie*. Mâcon: éditions W, Lyon: M.N.E.S., p.20-21.

Encyclopædia Britannica Online, s. v. "Aswan High Dam", (accessado em 14-04-2015), <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/40203/Aswan-High-Dam>>.

DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François (Eds.) (2013) *Conceitos-Chave De Museologia*. São Paulo: ICOM.

DUCLOS, Denis (1991) “L’écologisme dans le monde: Constellation politique ou nébuleuse culturelle?”. *Cahiers Français*, 250, Mar-Abr, pp.110-114.

_____ (1989) *La Peur et le Savoir: La société face à la science, la technique et leurs dangers*. Paris: Ed. La Découverte.

FERNANDES, Ana Mercedes S. (2005) *Um Núcleo Documental para o Estudo do Minom*. Dissertação apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia para a obtenção de grau de mestre em Museologia.

FERNANDES, Bernardo Mançano (1998) *Gênese e Desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação, nº 30, - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Gráfica e Editora Peres: São Paulo.

FILIPE, Maria da Graça da Silveira (2000) *O Ecomuseu Municipal do Seixal no Movimento Renovador da Museologia em Portugal (1979-1999)*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

FONSECA, Maria Cecília Londres (2005) *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN.

FONTANA, Josep (1998) *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto (2007) *Cândido de Mello Leitão: as ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1265-1290, out.-dez..

GONÇALVES, José Reginaldo S. (1996) *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____ (1990) *Rediscoveries of Brazil: nationalism and historic preservation of narratives*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade da Virginia, USA, January.

GORGUS, Nina (2003) *Le magicien des vitrines*. Paris: Fondation Maison des Sciences de l'Homme.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo (2010) “Bem e Patrimônio Cultural”. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.) (2010) *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

HARRISON, Rodney (2013) *Heritage Critical Approaches*. Oxon: Routledge.

HARTOG, François (2006) *Tempo e Patrimônio*. *Varia hist.*, Dez, vol.22, no.36.

HAUENSCHILD, Andrea (2014) *Claims and Reality of New Museology: Case Studies in Canada, the United States and Mexico*. <http://museumstudies.si.edu/claims2000.htm> (acessado em 22-07-2014 14:23 p.127).

HERMANT, Daniel (1978) “Destructions et vandalisme pendant la Révolution française”. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 33e année, N. 4, 1978. pp. 703-719. doi: 10.3406/ahess.1978.293964 url: [/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1978_num_33_4_293964](http://web.revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1978_num_33_4_293964)

HOBBSAWN, E. e RANGER, T. (eds.) (1983) *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOBBSAWN, Eric (1998) *On History*. Londres: Abacus.

_____ (1995) *The Age of Extremes 1914-1991*. Londres: Abacus.

INSTITUTO LATINOAMERICANO DE MUSEOLOGIA (1998) *Museums and sustainable communities: summit of the museums of the Americas*. Costa Rica: Instituto Latinoamericano de Museologia (ILAM)/American Association of Museums.

ICOMOS (1978) *Icomos Statutes adopted by the Vth general Assembly in Moscow on May 22nd, 1978*. <<http://www.icomoscr.org/doc/teoria/ICOMOS.estatutos.internacionales.pdf>> (acessado em 15-09-2013).

_____ (1999) “Estatuto do Icomos”. In: PRIMO, Judite (org). *Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Cadernos de Sociomuseologia, nº 15.

JULIÃO, Leticia (2008) *Diretrizes Conceituais do Museu de Percursos do Vale do Jequitinhonha*. Superintendência de Museus da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.

JEUDY, Henri Pierre (1990) *Patrimoine em Folie: conférences du séminaire "Patrimoine"* tenu em 1987-1989, au Collège International de Philosophie / sous la direction de Henri Pierre Jeudy – Paris: Éd. De la Maison des sciences de l'homme.

JEUDY, Henri-Pierre (2001) *La machinerie patrimoniale*. Paris: Sens&Tonka editors.

KINARD, John (1992) "Le Musée de visinage, catalyseur de l'évolution sociale". In: *Vagues une Anthologie de la Nouvelle Museologie*, Paris: MNES, Editona W, Savigny-leTemple. Vol. 1.

KITCHIN, Rob & THRIFT, Nigel (eds). *International Encyclopedia of Human Geography*. Oxford: Elsevier, 2009. ("Territory and Territoriality", D. Delaney, p.196-208; "Sustainability", T. Marsden, p.103 – 108; "Sustainable Development", p.113 – 131)

LE GOFF, Jacques (2010) *Memória e História*. Campinas: Editora da Unicamp.

LISOWSKI, Telma Rocha (2013) "O Poder Constituinte Entre Continuidade E Ruptura: Limites, Tradição E Transformação". Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

LOWENTHAL, David (1985) *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (1998) *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: Cambridge University Press.

MARINS, Paulo César Garcez (2009) "Nem o corpo, nem o rosto: Inquietações a partir dos 'apagamentos' de Gavin Adams". *Revista Proa*, n.1, vol.1. <<http://www.ifch.unicamp.br/proa>>.

MAURE, Marc (1995) *La Nouvelle Muséologie: qu'est-ce-que c'est?* In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM (17)]. Symposium Museum and Community II, Stavanger, Noruega.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (1993) *A Problemática da Identidade Cultural nos Museus: do objeto (de ação) a objeto (de conhecimento)*. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, Nova Série*, vol.1 no 1, p.207-222.

_____ (1994) *Do Teatro da Memória ao Laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. In: Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, Nova Série, vol.2, Jan/Dez, p.9-42.

_____ (2011) “Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses”. Rio de Janeiro, *Revista Estudos Históricos*, vol. 24, no 48, p. 405-431, Jul-Dez.

MILES, Margaret M. (2010) *Art as Plunder: The Ancient Origins of Debate about Cultural Property*. New York: Cambridge University Press.

MOREIRA, Conceição (1996) “Parques Naturais e patrimônio: os ecomuseus como instrumento de desenvolvimento cultural”. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, v.5.

MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA UMA NOVA MUSEOLOGIA (MINOM) (1992) *Textes de Museologie*. In: Cadernos do MINON-2. Lisboa: [s.n.].

_____ (2005) Sistema de Informação e Gestão de Núcleos Documentais - Signud. <http://www.minom-icom.net/old/signud/>.

MUSEM (1973) *Rolê du musée dans l'Amérique latine d'aujourd'hui*. Vol XXV, n.3, 1973

NORA, Pierre (org.) (1986) *Les Lieux des Memoires*. Paris: Gallimard, v.1.

NORA, Pierre (eds.) (2001) *Rethinking France: Les Lieux des Mémoire*; translated by Mary Trouille; under the direction of Pierre Nora; translation directed by David P. Jordan. Chicago, University of Chicago Press, vol.2 *The Space*, vol.3 *Legacies*, vol.4 *History and Memories*.

NOVAES, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri da (Orgs.) (2011) *Nova História em Perspectiva*, vol.1, São Paulo: Cosac Naify.

PAEHLKE, R. C. (1989) *Environmentalism and the Future of Progressive Politics*. New Haven & London: Yale University Press.

PAIVA, Carlos Magno de Souza (2012) “Patrimônio Natural e Cultural, Bens Jurídicos de Natureza Distinta in: IPHAN/Ministério da Cultura”. *I Fórum Nacional do Patrimônio Natural, sistema Nacional de Patrimônio Cultural Desafios, Estratégias e Experiências para uma Nova Gestão*. Ouro Preto: IPHAN.

PEIXOTO, Paulo (1998) *Le patrimoine mondial et l'intensification des processus de patrimonialisation*. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais.

PEIXOTO, Paulo (2000) *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. Oficina do CES, n. 155, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais.

POMIAN, Krzysztof (1990) “Musée et Patrimoine”. In: *Patrimoine em Folie: Conférences du séminaire “Patrimoine”*, tenu en 1987-1989, au Collège International de Philosophie / sous la direction de Henri Pierre Jeudy – Paris: Éd. De la Maison des sciences de l’homme – p.177-198.

_____ (2001) “The Era of the Annales”. In: NORA, Pierre (ed.) *Rethinking France: Les Lieux des Mémoire*; translated by Mary Trouille; translation directed by David P. Jordan. Chicago : University of Chicago Press, vol.2 *The Space*.

PORTO, Paula (2012) *Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados 2000-2010*. Brasília: IPHAN/Monumenta.

POULOT, Dominique (2009) *Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade.

_____ (2013) *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Ensaio Geral).

PREFEITURA DE FOZ DE IGUAÇU (2011) *Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu*.

PRIMEIRO encontro internacional de ecomuseus (1992) Rio de Janeiro, *Anais*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 18-23 maio 1992

PRIOSTI, O.; DE VARINES, H. (2007) “O Novo Museu das Gentes Brasileiras: Criação, Reconhecimento e Sustentabilidade dos Processos Museológicos Comunitários”. In: *Actas do XII Atelier Internacional do MINOM*. Lisboa, *Cadernos de Sociomuseologia*, Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. V.28.

PRIOSTI, Odalice Miranda (2010) *Memória, Comunidade e Hibridação: Museologia da Libertação e estratégias de resistência*. Doutorado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

RADER, Karen A.; CAIN, Victoria E. M. (2008) “From natural history to science: display and the transformation of American museums of science and nature”. *Museum and Society*, Jul. 6(2).

RIGAUD, Jacques (1975) *La culture pour vivre*. Paris: Gallimard.

- RIOUX, Jean-Pierre (1997) “Décolonisation et Patrimoine”. In: *Actes des Entretiens du Patrimoine-Science et conscience du patrimoine*. Paris, 28,29 e 30 Nov. 1994, sous la direction de Pierre Nora. Paris: Fayard e éditions du patrimoine.
- RIVIÈRE, Henri Georges (1993) *La Museología curso de museología / textos y testimonios*. Madrid: Ediciones Akal S.A..
- ROBINSON, Mike e PICARD, David (2006) *Tourism, Culture and Sustainable Development*, UNESCO Cultural Tourism Division, UNESCO: Paris.
- RONCAYOLO, Marcel (1986) “Território”. In: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, V.8.
- SANTOS, Milton (1978) *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC.
- SAMUEL, Raphael (1994) *Theatres of Memory*. London: Verso, vs.1 e 2.
- SEGUNDO encontro internacional de ecomuseu e IX ICOFOM LAM (2000). Rio de Janeiro, Anais, Rio de Janeiro: Núcleo de orientação e pesquisa Histórico – NOPH, de 17-20 de maio
- SILVA, Fernando Fernandes da (2003) *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo.
- SILVA, Maurício Cândido da. *Musealização da natureza: exposições em museus de história natural como representação cultural*. Tese de doutorado, FAU/USP, 2013.
- SMITH, Charles Saumarez (1989) “Museums, Artefacts and Meanings”. In: VERGO, Peter (ed.) *The New Museology*. London: Reaktion Books Ltd.
- SMITH, M. K.; ROBINSON, M (eds.) (2005) *Cultural Tourism in a Changing World: Poitics, Participation and (Re)Presentation*. Cleveland and Buffalo: Channel View Publications.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano (1999) *Brave Gente, A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo.
- SCHWARCZ, Lilia K. M. (1995) “O Nascimento dos Museus Brasileiros (1870-1920)”. In: MICELI, Sergio [org.] (1989) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol.1. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP.
- TRAMPE JUNIOR, Alan; DOS SANTOS, Paula Assunção (Orgs.) (2012) *Mesa Redonda sobre la Importancia e el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972–* Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibero museos, v.1.

UNESCO (1963) *Records of the General Conference Twelfth Session, Resolutions*. Paris: Unesco.

_____ (1967) *Records of the General Conference Fourteenth Session*. Rennes: Imprimeries Oberthur, v.1. Resolutions.

_____ (1970) *Intergovernmental Conference on Institutional, Administrative, Financial Aspects of Cultural Policies*. Documento disponível em <<http://www.culturalrights.net/en/documentos.php?c=18&p=197>>

_____ (1972) *Cultural Development: experiences and policies*. Paris: Unesco

_____ (2008) *World heritage Information Kit*. Paris: World Heritage Centre.

_____ (2003) *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. General Conference of UNESCO, adopted in 2003, at its 32nd session. Documento disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00004>> (acessado em 10-10-2013).

_____ (2014) *Basic textes, including texts and amendments adopted by the General Conference at its 37th session* (Paris, 5 – 20 November 2013). Paris: Unesco, edition 2014.

VAN MENSCH, Peter (1995) “Magpies on Mount Helicon”. In: SCHÄRER, M. (ed.) *Museum and Community*, ICOFOM study Series, 25.

VAN PRAËT, Michel (1989) “Contradiction des musées d'histoire naturelle et evolution de leurs expositions”. In: SCHIELE, B. (org.) (1989) *Faire voir, faire savoir. La muséologie scientifique au présent*. Quebec: Musée de la Civilisation.

VARINE, Hugues de (2000) “Patrimônio e Cidadania”. In: POSSAMAI, Zita Rosane; LEAL, Elisabete (Orgs.) *Museologia Social*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal de Cultura.

_____ (2003) “Éducation Patrimoniale, Musée et Développement Territorial”. In: *Museus construindo a Comunidade*, VII Colóquio Galego de Museus, 6-28 de setembro de 2002. Consello Galego de Museus: Santiago de Compostela.

_____ (2007) “Quelques Idées sur le Musée Comme Institution Politique”. *Cadernos de Sociomuseologia*, Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. V.28.

_____ (2012) *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz.

_____ (2001) "Patrimônio e Educação Popular", *Ciências & Letras*, FAPA 31, Porto Alegre, (pp. 287-296).

_____ (1995) The Community Museum as a continuing process. Ce texte a été publié en 1995 dans un volume de mélanges dédiés à Erik Hofrén à l'occasion de sa retraite.

_____. (1996) "Ecomuseum or Community Museum ? 25 years of applied research in museology and development". Intervention au colloque organisé par l'Ecomusée de Bergslagen (Suède).

_____ (2003) "Éducation patrimoniale, musée et développement territorial". VII Coloquio Galego de Museos. Museos construindo a comunidade. Santiago de Compostela 26-28 setembro 2002. Conselho Galego de Museus.

VERGO, Peter (ed.) (, 1989) *The New Museology*. London: Reaktion Books Ltd.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS (1948) *IUCN Bulletin*. Brussels: IUCN.

WRIGHT, Patrick (1985) *On living in an Old Country*. Londres: Verso.